

Unidade e prática da fé

PASTORAL ECUMÊNICA
DA TERRA EM XERÉM

CADERNOS DO CEDI 17

Unidade e prática da fé

PASTORAL ECUMÊNICA
DA TERRA EM XERÉM

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Programa de Assessoria à Pastoral Protestante

Rio de Janeiro
1987

CEDI — Centro Ecumênico
de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Avenida Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 — São Paulo — SP

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha, Ary da Costa Pinto, Carlos Cunha, Carlos
Alberto Ricardo, Heloísa de Souza Martins, Henrique Pereira
Júnior, Jether Pereira Ramalho, Jorge Luiz C. Jardineiro,
Marcus Vinicius G. Borges, Neide Esterci, Sérgio Alli, Vera
Maria M. Ribeiro.

Edição deste caderno
Equipe da Pastoral Ecumênica da Terra (PET)

Coordenação de Edição
Rafael Soares de Oliveira

Texto Final
Carlos Cunha

Programação Visual
Anita Slade
Cristina Melibeú

Arte-Final
Cristina Melibeú

Mapas
Martha Braga

Composição
Robertom

Impressão
Gráfica Princeps
Programa de Assessoria à Pastoral Protestante

Ficha catalográfica
elaborada por Virgílio Lourencetti Jr.

Unidade e prática da fé : pastoral ecumênica da terra em
Xerém / Equipe da Pastoral Ecumênica da Terra, coord.:
Rafael Soares de Oliveira. — Rio de Janeiro : CEDI. Pro-
grama de Assessoria à Pastoral Protestante, 1987.
100 p. : il. ; 27 cm. — (Cadernos do CEDI; 17.).

1. Pastoral. 2. Ecumenismo. 3. Questão da Terra. I. Equipe
da Pastoral Ecumênica da Terra. II. Oliveira, Rafael Soares
de. III. Série.

CDD — 234.209.815
CDU — 238.2.261.8

SUMÁRIO

5 APRESENTAÇÃO

PRIMEIRA PARTE

7 Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial

7 A HISTÓRIA É DE LUTA PELA TERRA

10 Os trabalhadores rurais e a chegada dos grileiros

10 O assédio dos grileiros e a luta pela terra

11 Organização e estratégia dos trabalhadores rurais

12 A organização dos trabalhadores rurais hoje

13 E a luta pela terra continua

16 BOX: DESAPROPRIAÇÃO, CONQUISTAS, PERDAS
E A CONTINUIDADE DA LUTA

18 A PASTORAL ECUMÊNICA DA TERRA

18 A criação da Diocese de Duque de Caxias

21 O Centro Comunitário de Duque de Caxias

23 A formação da Pastoral Ecumênica da Terra

SEGUNDA PARTE

25 XERÉM: FALAM OS PARTICIPANTES

26 Relato coletivo: histórico da Pastoral Ecumênica da Terra

26 CONVOCAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL:
DESAFIO DA TERRA E DO ECUMENISMO

26 EM BUSCA DE UM PROJETO COMUM

26 Início do trabalho sem projeto comum e problemas enfrentados

30 Discutindo um projeto único e respondendo a
solicitações de apoio: problemas e avanços

34 Projeto definido

38 O PROJETO EM ANDAMENTO

40 METODOLOGIA GERAL

40 Os encontros

45 Organização para trabalhar e já trabalhando em
apoio aos trabalhadores

50 Relações do projeto com o movimento social: associações e sindicato

50 BOX: NÚCLEO AGRÍCOLA FLUMINENSE

54 BOX: ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

57 Relações com outras Igrejas, principalmente Assembléias de Deus

64 CONSOLIDAÇÃO JUNTO ÀS IGREJAS: A QUESTÃO METODISTA
E A RELAÇÃO COM AS HIERARQUIAS

68 REGISTRO AUDIOVISUAL: UM OBJETIVO PEDAGÓGICO

69 Metodistas envolvidos com o projeto da Pastoral

69 A ACEITAÇÃO DO TRABALHO PELA COMUNIDADE METODISTA

70 A REPRESENTATIVIDADE DOS METODISTAS PARTICIPANTES

- 73 COMO A IGREJA METODISTA URBANA ENCARA
A PASTORAL VOLTADA PARA A TERRA
- 73 SIGNIFICAÇÃO DA LIGAÇÃO FÉ E VIDA
- 75 COMO OS METODISTAS RETORNAM À IGREJA AS DISCUSSÕES
- 76 SIGNIFICADO DA EVENTUAL ENTRADA
DE UM PASTOR CONSERVADOR
- 77 PERSPECTIVAS DO TRABALHO
- 78 Um pastor metodista na Pastoral**
- 78 O SIGNIFICADO DO ECUMENISMO NA
PRÁTICA PASTORAL DA IGREJA
- 78 Ecumenismo e os membros da Igreja Metodista
- 79 Ecumenismo e as outras Igrejas locais
- 80 Ecumenismo e a prática do pastor
- 81 Problemas com a Igreja: encaminhamentos e soluções
- 83 COMO OS METODISTAS RETORNAM À IGREJA DISCUSSÕES
- 83 UMA QUESTÃO PASTORAL: PASTOR
ECUMÊNICO E IGREJA CONSERVADORA
- 85 Um padre católico na Pastoral**
- 85 O SIGNIFICADO DO ECUMENISMO NA
PRÁTICA PASTORAL DA IGREJA
- 85 Ecumenismo e a Pastoral católica
- 86 Lugar do ecumenismo na prática do padre
- 88 Ecumenismo ou adaptação proselitista católica
- 89 O SIGNIFICADO PARA A IGREJA DA COOPTAÇÃO
DE SUAS LIDERANÇAS PARA O ECUMENISMO
- 90 A DIFUSÃO DA PASTORAL NA IGREJA CATÓLICA
- 91 RESISTINDO À FÉ E VIDA E ACEITANDO O ECUMENISMO:
LEGITIMAÇÃO RELIGIOSA DOS CATÓLICOS
- 91 SIGNIFICADO DA EVENTUAL ENTRADA
DE UM PADRE CONSERVADOR
- 93 Membros católicos envolvidos com a Pastoral**
- 93 O SIGNIFICADO DA LIGAÇÃO FÉ E VIDA E DA PASTORAL
- 94 ECUMENISMO E PASTORAL
- 96 COMO OS CATÓLICOS RETORNAM À IGREJA
AS DISCUSSÕES DA PASTORAL
- 97 O PAPEL DA PASTORAL NO CONJUNTO DO MOVIMENTO SOCIAL

APRESENTAÇÃO

A Pastoral Ecumênica da Terra (PET) é o resultado de uma aproximação de agentes das Igrejas Católica e Metodista em Duque de Caxias, RJ, em torno de um trabalho voltado para os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais do município.

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), através do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante (Pp), vem, em conjunto com o Programa de Assessoria e Serviço à Baixada (PAS-BAIXADA)* assessorando essa experiência ecumênica, desde 1983.

Este Caderno é o resultado de um longo período de gestação.

Em meados de 1984, o CEDI propôs que se registrasse o que estava ocorrendo, por sua originalidade e pela possibilidade de ampliação da discussão em torno daquela prática.

O material sofreu um demorado período de coleta até meados de 1985, e de edição. Tendo sido os relatos e entrevistas editados pelo conjunto da Equipe da PET até o início de 1986.

O aspecto principal da publicação está no retrato que procura fazer da experiência através de vários interlocutores, sem forçar linearidades inexistentes e mostrando os problemas enfrentados.

Como um referencial adicional, quase como mais uma interlocução no conjunto do Caderno, optou-se por oferecer ao leitor informações, constantes na primeira parte, histórico-analíticas sobre a região onde se dá a experiência e o contexto eclesial em que se inseriu.

A segunda parte são os relatos ora coletivos ora individuais que trazem ao Caderno sua atualidade e dinamismo, cuja contribuição ao debate do ecumenismo e prática pastoral “alternativa” o Pp procura veicular e alimentar com esta publicação.

* Nova nomenclatura do Centro Comunitário Duque de Caxias (desde 1987).

Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial

Lígia Dabul

A HISTÓRIA É DE LUTA PELA TERRA

Amplas áreas em torno da Baixada da Guanabara (1) foram, desde o início de sua colonização até meados do século passado, ocupadas em função da cultura canavieira. Diversas condições concorreram para tanto, como a proximidade da cidade do Rio de Janeiro, a fertilidade do solo e a possibilidade de utilização dos grandes rios da região para o transporte da produção. A própria topografia contribuiu por haver, "ao lado dos blocos cristalinos elevados, superfícies de suaves ondulações e planícies nas quais se estabeleciam as lavouras de cana (...) As várzeas, as aluviões dos vales eram terras propícias às plantações de cana de açúcar, e a topografia plana facilitava a instalação das grandes propriedades açucareiras" (2).

Também, por diversas áreas da Baixada da Guanabara, inclusive pela do atual município de Duque de Caxias, era feito o escoamento da produção local e do planalto para a cidade do Rio de Janeiro através de caminhos terrestres (alguns atravessando a região de Xerém) e dos principais rios da região mantidos desobstruídos por escravos. Diversos núcleos e povoações organizados em torno de portos e ao longo dos caminhos, servindo como locais de pouso e entrepostos para as tropas que atravessavam a planície vindas da região cafeeira do planalto, experimentaram, até meados do século XIX, grande prosperidade (3).

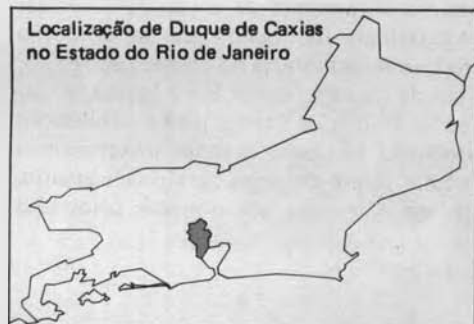
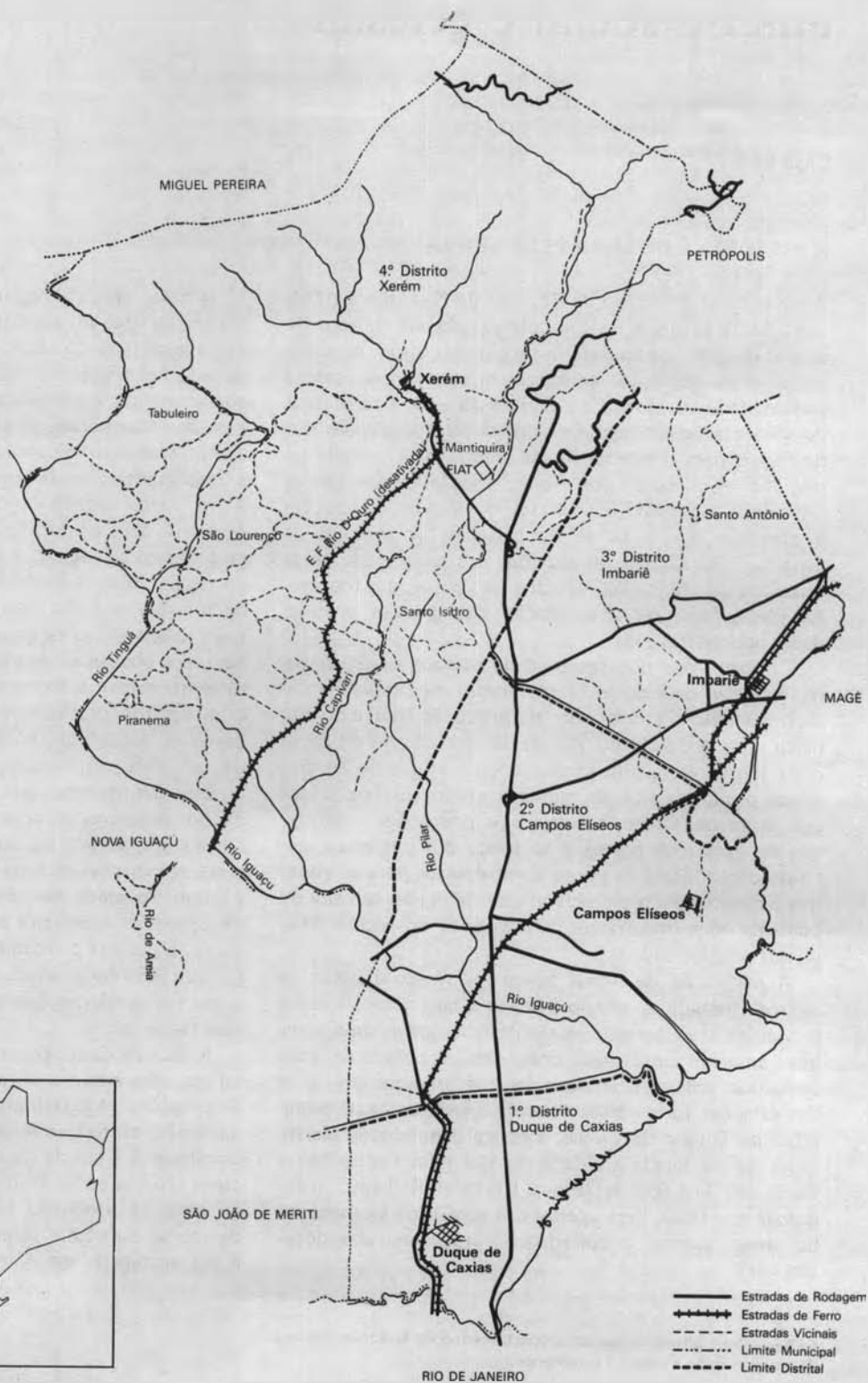
A instalação de linhas férreas na região a partir da segunda metade do século passado visava complementar as vias de transporte já existentes. Muitos aglomerados, que anteriormente não chegavam a constituir nem povoados, passaram então a ser conformados em torno das estações ferroviárias. A própria sede do atual município de Duque de Caxias, à época denominada Meriti, antes de ser ligada à cidade do Rio pelo trecho ferroviário de "The Rio de Janeiro Northern Railway", inaugurada em 1886, "era apenas um centro de escoamento de umas poucas propriedades rurais semi-abandonadas" (4).

Já nessa época a região experimentava a decadência, sentida na área do atual município de Duque de Caxias desde a metade do século passado. A própria instalação da rede ferroviária contribuiu para tanto. Primeiro, porque estendida até o planalto, foram desativadas outras vias de transporte, e assim desapareceram tropeiros que atravessavam a Baixada e foram abandonadas muitas e importantes localidades voltadas para a circulação. Além disso, contribuiu com a formação de pantanais, pois seus aterros, pontilhões e boeiros impediam o livre escoamento das águas, e porque muitos dos grandes rios da região foram substituídos pelas ferrovias como meio de transporte e não mais mantidos desobstruídos. Contudo, o abandono de grande parte da Baixada da Guanabara, e a obstrução de muitos de seus rios, cujo extravasamento gerava a formação de pântanos onde miasmas e mosquitos praticamente inviabilizavam a ocupação, deveu-se sobretudo ao desinteresse dos proprietários de terra pela continuidade da exploração.

Esse desinteresse, que se deu junto à total decadência dos engenhos da açúcar da área em torno da Baía de Guanabara, esteve ligado, de um lado, às dificuldades e transformações enfrentadas pelo setor canavieiro (5) e à impossibilidade de continuidade e de modernização da produção açucareira pelos fazendeiros locais; mas de outro, à própria proximidade da cidade do Rio de Janeiro, que já vinha atraindo os interesses desses fazendeiros, e aos comerciantes que se voltavam para a aquisição de suas terras (6).

A insalubridade, portanto, não foi a razão fundamental da não exploração agrícola da área. Os interesses econômicos interferiram nas condições de ocupação da região, tanto que mais tarde, já no começo do século, em algumas áreas da Baixada, como Nova Iguaçu, município vizinho ao de Duque de Caxias, para a viabilização da rendosa produção frutícola, grandes investimentos de capital particular foram dirigidos para o saneamento. E há evidências de que áreas abandonadas pelos seus

MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS



proprietários, que permaneciam verdadeiros pantanais e onde grassavam epidemias, continuaram sendo ocupadas lentamente e sem contestação por trabalhadores rurais de outras áreas do Estado e do País (7). Segundo depoimento de trabalhadores rurais, o Quarto Distrito de Duque de Caxias, Xerém, até a década de 30 era habitado, mas apenas pelos trabalhadores rurais que “se atreviam, como verdadeiros heróis na luta contra a febre, a morar e trabalhar nesses pantanais.”

O interesse de proprietários e grileiros pelas terras de amplas áreas da Baixada da Guanabara foi sendo retomado, não para a atividade agrícola, mas fundamentalmente para a especulação imobiliária. Com efeito, já nas primeiras décadas do século, em torno de estações ferroviárias foram promovidos os primeiros loteamentos da Baixada da Guanabara, que consistiam na divisão de grandes propriedades em pequenos lotes voltados especialmente para a ocupação residencial da numerosa e crescente população trabalhadora da cidade do Rio. O primeiro loteamento aprovado conhecido, de 1914, localizava-se junto à atual estação de Duque de Caxias. Mas as áreas de Duque de Caxias servidas pela Estrada de Ferro Leopoldina, diferentemente das de outros municípios servidos pela Central, mostravam-se então de difícil ocupação devido aos brejos ali mais extensos, encontrados nos terrenos mais baixos e planos e na área costeira do município (8).

Em Duque de Caxias, como em muitas áreas da Baixada da Guanabara, o que marcou a retomada do interesse dos proprietários de terra e a freqüente investida de grileiros foi a revalorização das terras da região, viabilizada pelos investimentos públicos ali efetuados a partir de fins da década de 20. Foi instalada uma rede ferroviária, com a construção, em 1928, da antiga Rio-Petrópolis, e das rodovias que, em seguida, a partir dela e das estações ferroviárias, estenderam-se por diversas áreas do município até então desvalorizadas e inacessíveis. Na década de 30, o Governo Federal promoveu, através de vultosos investimentos e obras, o saneamento de extensas áreas da Baixada Fluminense, incluindo a da Guanabara, principalmente com a regularização da drenagem de rios e extinção da malária. Embora fosse anunciado que com isso visava-se estimular o aproveitamento produtivo, especialmente agrícola, de regiões tão amplas e próximas à cidade do Rio, tornando a terra utilizável e a ocupação humana possível, aquilo a que se assistiu foi à aceleração e à acentuação da especulação imobiliária.

A ocupação e urbanização de Duque de Caxias “acompanhou” a atuação do Estado, ocorrendo de modo preferencial nas áreas adjacentes às rodovias. A Rio-Petrópolis fora eixo fundamental da expansão da ocupação do município, ocupação interiorizada com as rodovias estaduais e municipais e renovada com o novo eixo constituído pela variante da Rio-Petrópolis, construída em 1950. A partir da década de 50 — dada a aceleração no Estado e no País do processo de expulsão de trabalhadores do campo, que em número crescente

migraram para centros urbanos os quais com o processo de industrialização, ofereciam possibilidades de emprego — maior pressão residencial se fez sobre as áreas próximas à cidade do Rio, como Duque de Caxias. Também nesse município a partir de então aumentou o contingente de trabalhadores que tinham ali opção de moradia, viabilizada pelas linhas de transporte que promoviam a ligação com a cidade do Rio, e pela possibilidade de aquisição de lotes residenciais a preço relativamente acessível. Também nessa época deu-se a ocupação industrial de diversas áreas do município, reflexo do processo de industrialização que se assistia no País, do valor da terra na cidade do Rio, dos incentivos municipais e da própria concentração de trabalhadores na região. Data daí a atuação direta do Estado no processo de produção, e em Xerém a instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), que com suas vilas operárias constituiu o primeiro núcleo urbano do distrito.

Solucionada em grande parte a questão da salubridade da região, especialmente as áreas contíguas às rodovias tiveram sua vertiginosa valorização relacionada com sua possibilidade de venda em lotes residenciais ou, de modo bem mais restrito, para chácaras de fim de semana ao pé da Serra. Essa valorização, que atraiu antigos e novos proprietários e grileiros para a área, acelerou-se na década de 50 por conta da pressão residencial. Mas já na década de 20, com a construção da Rio-Petrópolis, a lucratividade da atividade loteadora fez com que fossem organizadas inúmeras empresas loteadoras das muito procuradas terras da região, algumas delas passando a situar-se, com a construção da rodovia, a poucos minutos do centro do Rio. Voltados sobretudo para a população trabalhadora, os lotes, em geral de pequena extensão, precisavam ser vendidos a preços relativamente baixos. As grandes propriedades, características da região, algumas localizadas em áreas recém saneadas, mostravam-se especialmente lucrativas na medida em que era reduzido o investimento de capital para o loteamento frente ao grande número de lotes a serem negociados depois. Como não havia uma legislação restritiva, muito facilmente uma propriedade rural parcelada ganhava foro urbano. O baixo preço dos lotes podia ser então garantido pela inexistência de infra-estrutura urbana (água, luz, esgoto, etc), que contava apenas com as linhas de transporte que iam sendo instaladas, necessárias ao deslocamento da população para seus locais de trabalho.

A pressão por novas áreas residenciais foi determinante para a lucratividade dos loteamentos. A extensão dessa atividade no período de mais afluência de trabalhadores para a região pode ser aferida pelo fato de que mais da metade da área até hoje loteada no município foi parcelada até 1960, sobretudo na década de 50, quando a população urbana de Duque de Caxias mais que dobrou (9). Contudo, o loteamento de uma área não significava necessariamente sua ocupação, e não apenas devido ao alto índice de inadimplência registrado entre os trabalhadores que tentavam adquirir seus

lotes residenciais. No distrito de Xerém, em 1977, 92% da área loteada encontrava-se desocupada e isso devido ao próprio caráter especulativo do comércio de lotes, que eram negociados muitas vezes não diretamente para a moradia, mas à espera de valorização, a qual poderia advir, por exemplo, com a instalação de linhas de transporte na área.

A intensidade da especulação imobiliária na Baixada da Guanabara não pode ser medida somente pela extensão das áreas que iam sendo parceladas. Frequentemente amplas áreas eram negociadas sem serem parceladas, por vezes passando nestas condições longo período para valorização. No distrito de Xerém, onde, sobretudo a partir da década de 50, proprietários novos e antigos e grileiros foram atraídos pela valorização da terra, em 1977 apenas 8% de seu território tinha sido parcelado (10). Mas em geral em qualquer situação em que há grupos interessados na terra visando a especulação, os ocupantes tornam-se empecilho para que o imóvel esteja livre para a negociação (11). Em Xerém, a partir da década de 50, como em diversas outras regiões do Estado, assistiu-se a tentativas, muitas vezes violentas e bem sucedidas, de expulsão dos trabalhadores rurais que ali viviam e trabalhavam, ou que para lá se deslocaram para tanto. Mas não foi sem resistência e um amplo processo de organização dos trabalhadores rurais.

Os trabalhadores rurais e a chegada dos grileiros

Em Xerém, como grande parte das áreas fora abandonada há décadas por seus proprietários, a titulação apresentava-se confusa, dando margem a que com muita frequência não apenas antigos e novos proprietários, mas também grileiros, reivindicassem a propriedade das terras da região, inclusive de áreas públicas. A grilagem também foi praticada muitas vezes por proprietários que tentavam ampliar suas áreas. Articulados com lideranças políticas locais, os grileiros tinham acesso ao aparelho burocrático municipal e ao poder político estadual (12).

Segundo depoimento dos trabalhadores rurais, essa retomada do interesse de proprietários e supostos proprietários significou um empecilho para sua instalação sem contestação, como há muito vinha ocorrendo em diversas áreas de Xerém:

“Depois da drenagem das áreas, cada uma passou a ser de um grileiro; todas as áreas (de Xerém) tinham grileiros (...). Não ficou terra pura para o lavrador entrar e produzir como dele”.

Contudo, nessa época deu-se significativa instalação de trabalhadores rurais na área rural do município, chegando a população aí, na década de 50 quase a quadruplicar (13). Trabalhadores rurais expulsos de outras regiões do Estado ou do País, muitas vezes já tendo passado por um período na área urbana, tinham nas áreas rurais já saneadas de Duque de Caxias opção para sua inflação.

Ocorre que, pelo fato de grande parte das áreas estar então controlada por grileiros, não havendo “terra pura” para os trabalhadores “produzirem como deles”, estes frequentemente passaram a instalar-se através dos grileiros ou de seus prepostos, fornecendo geralmente alguma espécie de renda pela sua produção na lavoura ou de lenha ou carvão.

Ao que parece, mesmo posseiros há décadas instalados sem contestação na área, frente às pressões dos grileiros chegaram a pagar, em diversas situações, renda para sua permanência, o que significava formalmente um reconhecimento do grileiro como legítimo proprietário, e a dificuldade da comprovação de sua condição legal de posseiros. Trabalhadores rurais de Xerém afirmam que os grileiros preferiam que os trabalhadores que por seu intermédio se instalavam na área se estabelecessem como carvoeiros, pois, mesmo fornecendo renda, a lavoura poderia ser acionada em algum momento como comprovação de posse e significar impedimento para que a terra fosse negociada livremente. Referem-se também ao fato dos carvoeiros serem proibidos de “botar lavoura”, sob pena de expulsão, e de por vezes servirem de “capangas do grileiro” por ocuparem sítios pertencentes a trabalhadores expulsos.

Mas foi crescente a perspectiva de muitos carvoeiros de “botar lavoura”. Com a organização dos trabalhadores rurais e o aumento do assédio de proprietários e supostos proprietários, posseiros, carvoeiros e trabalhadores que pagavam renda passaram a reivindicar a posse da terra. Opunham sua tentativa de ocupação da terra, muitas vezes antiga, para a produção, à atividade especulativa dos que se diziam proprietários. A grilagem sendo generalizada, também marcava a ilegitimidade da propriedade de todos os supostos proprietários aos quais se opunham tratando-os de grileiros. E, em diversas situações, independentemente de sua condição efetiva, enfatizando a justiça de sua reivindicação de permanência na terra, autodenominavam-se posseiros.

O assédio dos grileiros e a luta pela terra

O desenrolar dos numerosos confrontos entre trabalhadores rurais e grileiros, na região de Xerém, assumiu diferentes formas. Por exemplo, o enfrentamento da possibilidade de expulsão se deu desde o abandono da terra até a resistência armada. As áreas reivindicadas pelos trabalhadores foram tanto aquelas ininterruptamente há muito por eles ocupadas como as retomadas após expulsão. A resistência à expulsão ou a iniciativa de ocupação ocorreram com os trabalhadores organizados junto às suas entidades ou a outros grupos ou lideranças. Mas para os trabalhadores, nos conflitos de terra deflagrados na região de Xerém já desde finais da década de 40, como em diversas outras áreas do Estado, sempre estava em jogo a tentativa de afirmação do controle da terra

pelos grileiros, em geral preocupados em futuramente não terem problemas ao "passar o grilo adiante".

Em alguns casos o conflito se dava no momento da tentativa de comercialização da terra. Foi o que ocorreu em 1962 na fazenda Barro Branco, situada no distrito de Imbariê, onde cerca de duzentas e cinquenta famílias de trabalhadores rurais, que há mais de dez anos lá viviam, passaram a ser ameaçadas por uma sociedade civil "composta quase que totalmente por oficiais" que tentavam vender "a área um terceiro, o qual exigiu lhe fosse entregue livre de qualquer ônus e desocupada" (14). Membros do Exército chegaram a acampar na área para pressionar e despejar os ocupantes, que mobilizados e apoiados pela Associação dos Lavradores de Duque de Caxias, resistiram a esta e a diversas tentativas de expulsão. Somente depois do golpe militar, os trabalhadores de Barro Branco foram expulsos (15). Em Xerém, segundo relato da antiga liderança, "os grileiros fizeram um loteamento falso no km 41 e anunciaram sua venda nos jornais. Muitos moradores da cidade foram a Xerém adquirir seus lotes (...). Os camponeses compareceram ao local da venda e advertiram os possíveis compradores de que não fizessem o negócio, porque iriam perder seus lotes. Na área pretensamente loteada havia sítios de lavradores que estavam dispostos a não abandonar, de forma alguma, suas terras" (16).

Noutras situações, o conflito era deflagrado quando os trabalhadores reagiam à tentativa de cobrança de renda efetuada por grileiros, que os ameaçavam de expulsão caso não cedessem. Assim ocorreu na fazenda Anilina, por volta de 1963, quando centenas de trabalhadores rurais que há muito a ocupavam passaram a ser forçados com violência a entregar a terça de sua produção a um preposto dos grileiros. Os que participavam da Associação dos Lavradores de Duque de Caxias e resistiram eram expulsos (17). Segundo depoimento de antiga liderança, na fazenda Cachoeira, por volta de 1960, trabalhadores resolveram não mais pagar a meia da banana ao grileiro, armando-se para se defenderem da expulsão quando este os ameaçou de pedir a reintegração de posse.

Ainda noutras, o enfrentamento ocorria quando o grileiro ao qual os trabalhadores rurais pagavam renda era desbancado por outro grileiro, que então os expulsava. Tal se deu, segundo depoimentos, na fazenda Piranema, por volta de 1954, e em seguida na fazenda Penha-Caixaão, onde parte dos expulsos de Piranema se tinha instalado. Já na fazenda São Lourenço em 1961 os trabalhadores foram ameaçados junto com o arrendatário da grileira. A suposta proprietária, ao tentar desejar seu arrendatário, que cobrava renda de trabalhadores instalados em determinada área da fazenda, tentou, no processo, despejar também sete famílias que há muitos anos ocupavam a área, parte delas sendo efetivamente expulsa. As ameaças de despejo se estenderam a cerca de trezentas famílias de ocupantes da fazenda que, antes que a expulsão de todas as sete se efetivasse, prepararam-se e resistiram armados ao despejo, recebendo em seguida, para tanto, apoio de vários núcleos da Associação.

Embora em diversas áreas a expulsão não se consumasse, em geral por conta da resistência e organização dos trabalhadores, o aparecimento de supostos donos com títulos falsos já caracterizava uma situação de crise para os trabalhadores, sobretudo porque em muitas áreas de Xerém frequentemente ia resultando em violentos despejos. Muitos são os registros de despejos de antigos ocupantes no momento em que o grileiro se apresentava como dono da terra, como ocorreu em área da fazenda São Lourenço em 1952.

Organização e estratégias dos trabalhadores rurais

O ano de 1952 é referido por trabalhadores rurais de Xerém como o do começo de uma maior articulação dos grileiros e de uma forte onda de pressões e violentíssimos despejos, "feitos pelos jagunços e policiais armados, com a ajuda dos seus padrinhos parlamentares e juízes" (18). Segundo trabalhadores, a vitória do grileiro na expulsão das cerca de duzentas e cinquenta famílias de trabalhadores rurais da fazenda São Lourenço em 1952 fez com que outros grileiros "se animassem" e passassem, a partir de então, a pressionar e despejar trabalhadores em fazendas próximas, como Piranema, Capivari e Penha-Caixaão. Mas, já então, e crescentemente, os trabalhadores rurais de Xerém organizavam-se para fazer frente às investidas dos grileiros.

O começo da organização dos trabalhadores rurais de Xerém data de finais da década de 40, quando grileiros já vinham apresentando títulos falsos e trabalhadores de diversas áreas eram ameaçados de expulsão. Nessa época foi criada uma Comissão de Lavradores, a partir da qual se organizou a Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), registrada em 1952, a primeira organização camponesa do Estado do Rio (19) voltada para a defesa dos trabalhadores de todo o Estado, embora sua direção contasse apenas com lideranças de Duque de Caxias. Os trabalhadores rurais organizados na ALF, sediada em Xerém, na fazenda São Lourenço, ajudavam na formação de núcleos da Associação nas localidades onde havia conflitos, diversos sendo criados em áreas de Xerém, como Piranema, Tabuleiro e FNM (área da Fábrica Nacional de Motores). Os núcleos de outros municípios, quando já mais autônomos e com maior número de participantes, eram transformados em associações municipais. Em agosto de 1959, foi organizada a Primeira Conferência Estadual de Lavradores e criada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio (FALERJ), cuja diretoria era conformada por lideranças de diversas áreas do Estado, inclusive de Duque de Caxias, que ocupavam lugares fundamentais na direção do movimento. A antiga ALF, por seu turno, deu origem então à Associação dos Lavradores de Duque de Caxias (ALDC), também filiada à FALERJ.

Até a criação da FALERJ, a estratégia do movimento foi de, frente às ameaças de despejo, requisitar judicial-

mente o usucapião. Tratava-se de tentativa dos trabalhadores de, ao afirmar sua condição de posseiros e comprovar a falsidade da documentação do grileiro, sustar o despejo, garantindo sua permanência na área. Eram promovidos também protestos contra os despejos e ações de pressão junto às autoridades e sensibilização da opinião pública, por meio de atos, passeatas à Assembléia Legislativa e ao Palácio do Governo, e denúncias na imprensa (20). Ao lado dessas iniciativas, a partir da criação da FALERJ, expressando maior organização, força e espaço político de atuação, e diante das dificuldades de ganho do usucapião, definiu-se como estratégia do movimento a reivindicação de desapropriação das terras em litígio, tanto nas lutas de resistência à expulsão que se acirravam em Duque de Caxias e no Estado, como nas de ocupação de áreas não exploradas que se deram a partir de 1960. Em Duque de Caxias, no distrito de Xerém, os trabalhadores rurais conquistaram a desapropriação de cinco áreas de conflito (ver box p.16). Depois do golpe militar, com a perseguição de lideranças, desarticulação de suas organizações e constante ameaça de repressão, os trabalhadores rurais de Duque de Caxias não mais tiveram condições de forjar a força que seu movimento apresentou nesse período.

A organização dos trabalhadores rurais hoje

Antes do golpe, a Associação Rural de Duque de Caxias, entidade tachada de ambígua por trabalhadores por não representar seus interesses nem dos grandes proprietários e grileiros de terra do município, conseguiu carta sindical transformando-se em Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos (STRA). A liderança do ALDC, que então encaminhava uma série de lutas e contava com mais de dois mil membros, articulou a tomada do STRA a fim de conseguir uma "cobertura oficial" que facilitaria a sua ação, já que a obtenção de uma carta sindical mostrava-se então difícil. Uma chapa organizada pelos trabalhadores foi lançada nas eleições para a diretoria da entidade saindo amplamente vitoriosa, e a atuação do ALDC passou a ser feita a partir do STRA até o golpe. Com a violenta repressão que recaiu sobre as lideranças e organizações dos trabalhadores, com a própria prisão do presidente do STRA, não houve praticamente mais condições de utilização daquele espaço e a entidade sofreu intervenção em seguida. Numa nova intervenção ocorrida em 1968, a entidade já então transformada em Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), devida, segundo depoimentos, ao fato da diretoria ter-se aproximado dos interesses dos trabalhadores, foi colocado como interventor o seu atual presidente, que vem ocupando ininterruptamente a direção do STR.

Muitas têm sido as denúncias dos trabalhadores rurais de Xerém de inoperância e omissão da entidade sindical e dos seus posicionamentos favoráveis a grileiros em

diversas situações. A atuação do STR vem-se resumindo praticamente a atividades assistenciais, como a aposentadoria de trabalhadores rurais, e não vem concorrendo para a organização ou o apoio das suas lutas.

Trabalhadores rurais, entre os quais antigas lideranças da área de São Lourenço, ligadas, no passado, à ALDC e que haviam retornado à região, por volta de 1973, com apoio da prefeitura, organizaram uma Cooperativa Agrícola, tentando assim constituir um canal de atuação e reforço das condições de produção dos posseiros. A Cooperativa, que nem sempre teve trabalhadores rurais na sua direção, há muito vem enfrentando sérios problemas administrativos e operacionais, e mostrando-se ineficaz enquanto instrumento para a organização e encaminhamento das lutas dos trabalhadores rurais.

Frente à atuação do STR e da Cooperativa, encabeçada por antigas lideranças da ALDC, basicamente aquele mesmo agrupamento de trabalhadores articulou em 1978 o Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) registrado em 1980. Segundo suas lideranças, o NAF teria como objetivo o fortalecimento dos pequenos produtores, a maioria deles, na região, posseiros; e o apoio dos trabalhadores que não têm acesso à terra. São promovidas regularmente reuniões com posseiros, sobretudo na região próxima à fazenda São Lourenço, nas quais são tratadas questões ligadas à legalização da terra, comercialização da produção, melhorias de estradas, eletrificação e ensino na área rural, assistência técnica, e os procedimentos do NAF, que, freqüentemente articulado com outras forças políticas, tenta pressionar representantes do poder público para o atendimento das demandas dos trabalhadores.



Foto Rafael Soares de Oliveira

Presidente do NAF. Trabalhadores tentam reconstruir as lutas do passado

Talvez porque suas lideranças estavam referidas à articulação estadual das associações de lavradores, procuravam constituir um espaço autônomo de atuação e não tinham perspectivas de inserção no STR local nem no sindicalismo estadual, o projeto de atuação no NAF era a princípio estadual e, de fato, chegou a se articular com mutirões de trabalhadores sem terra de Nova Iguaçu. Atualmente vem reconhecendo a dificuldade de consolidação dessas articulações e de atuação, a partir de Duque de Caxias, junto aos trabalhadores rurais de outros municípios que em geral, já têm estruturada alguma entidade que pretende organizá-los.

Em 1982 foi montada, junto com outras forças políticas que atuavam na área rural do município, uma chapa de oposição para as eleições do STR encabeçada por lideranças do NAF. Embora aglutinasse ainda fundamentalmente trabalhadores de áreas próximas à Fazenda São Lourenço, o NAF já vinha tentando inserir-se em outras do município e, para essa eleição, articulou-se com trabalhadores de diversas localidades, inclusive o distrito de Imbariê. A derrota dessa chapa parece não se ter devido, segundo lideranças do NAF, apenas a procedimentos da atual diretoria do STR tais como acionar muitos aposentados e elementos não considerados trabalhadores rurais. Reflete, ainda, uma eficácia para fins eleitorais da prática assistencialista e do atendimento de demandas individuais junto a alguns trabalhadores, e alguns problemas que incidem também sobre as possibilidades de amadurecimento do NAF e de outras formas de organização e participação política dos trabalhadores rurais do município. Dentre eles, a ainda frágil inserção do NAF em algumas áreas do município, e a oposição de alguns grupos de trabalhadores às lideranças do NAF, oposição constituída muitas vezes no encaminhamento das lutas e em articulações do passado. Por terem convivido com a perseguição de lideranças e trabalhadores depois do golpe e com a repressão aos movimentos dos trabalhadores rurais na região por tantos anos, são recebidas ainda com certas reservas por muitos trabalhadores propostas consideradas por eles politicamente mais ousadas. A ausência de outros quadros, além das antigas lideranças mais referidas à área de São Lourenço, que pudessem tanto contribuir com articulações mais amplas como ter boa inserção junto aos trabalhadores rurais, parece se dever não só àqueles receios, mas também às poucas condições para seu amadurecimento, dadas as próprias dificuldades, ao longo de quase duas décadas, de encaminhamento das questões e de organização dos trabalhadores rurais em Duque de Caxias.

E a luta pela terra continua

Ainda hoje a área rural do município de Duque de Caxias é marcada por conflitos de terra. Em 1979, a Fundação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) registra-va seiscentas e duas famílias de trabalhadores rurais en-

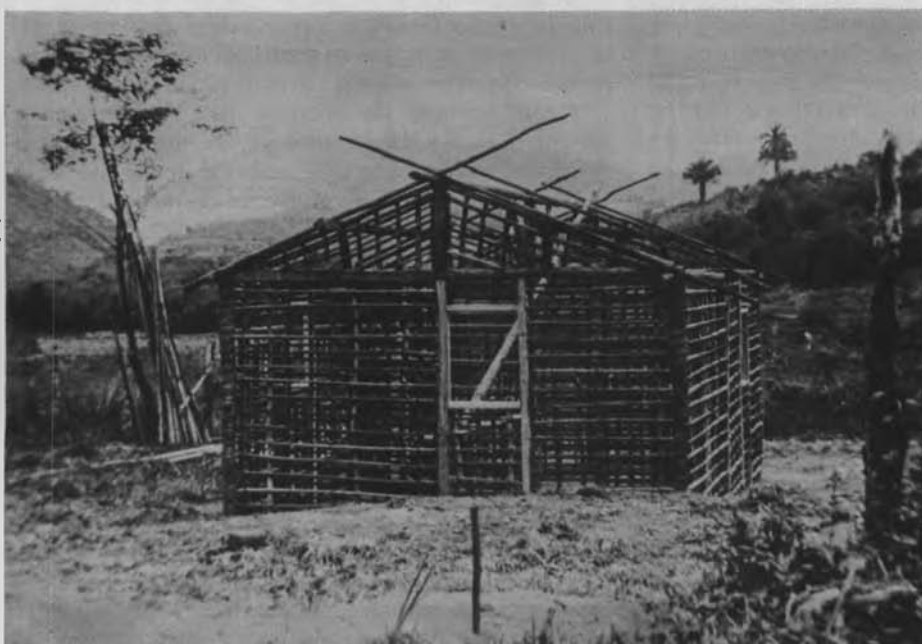
volvidas em conflitos (21). Por trás deles, geralmente está o interesse de proprietários e grileiros interessados em especular com as valorizadas terras da região.

Alguns conflitos são a continuidade de enfrentamentos anteriores ao golpe, como os das fazendas desapropriadas devolvidas aos seus supostos donos (ver box). Outros foram “solucionados”, mas de modo desfavorável aos posseiros. Na fazenda Barro Branco, por exemplo, houve despejo depois da acirrada resistência de posseiros (cf. p.16), e mesmo em propriedades da União assistiu-se à expulsão de trabalhadores rurais, como em áreas rurais da antiga FNM e do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), em 1972.

Em Papa-Folha e Cantão de Santa Cruz, na margem da Rio-Petrópolis, loteamentos foram efetuados depois da expulsão de famílias que há muito ali estavam instaladas. Companhia interessada em loteamento também surpreendeu posseiros da fazenda Santo Antônio, próxima àquela estrada, por volta de 1980. Dizendo-se dona da área, propôs acordo no qual concederia lotes urbanos e alguns serviços de infra-estrutura aos posseiros. Estes, não aceitando o acordo, tentaram obter o usucapião. Em algumas localidades, como Rio de Areia, área da fazenda São Lourenço, diante de tantos despejos e pressões na região, os posseiros já vêm tentando obter o usucapião antes que sejam assediados.

Sobretudo a partir de 1980, conflitos de terra são deflagrados após ocupação de áreas não produtivas por trabalhadores rurais que muitas vezes passaram períodos em centros urbanos. Frequentemente organizados fora do município, recebendo apoio dos grupos que atuam em Xerém após sua instalação, os trabalhadores, por vezes, tiveram de abandonar a área ocupada diante do aparecimento dos donos e comprovação de propriedade, como foi o caso da fazenda da América Fabril. Ou, ainda, como ocorreu após ocupação de área do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), tiveram de sair quando o aparato policial chegou a destruir os barracos construídos pelos cerca de dezoito ocupantes, e representantes do Instituto alegaram tratar-se de reserva florestal enquanto os trabalhadores denunciavam haver elementos explorando a área há tempos. Mas os trabalhadores conseguem, por vezes, manter-se na terra, como as cerca de doze famílias que ocuparam recentemente a Terra da Santa, também em Xerém. Na reocupação da fazenda Morro Grande, em 1980, de onde posseiros tinham sido expulsos por volta de 1965, após prisão arbitrária de trabalhadores e tentativa de despejo movida pelo suposto proprietário, os ocupantes conseguiram, com o apoio do NAF e serviços jurídicos da Comissão Justiça e Paz-Nova Iguaçu (JP-NI), permanecer na área.

Mas, ao lado dessas tentativas de acesso e permanência na terra, de diversos modos, pressões são exercidas pelo que os trabalhadores rurais de Xerém classificam de especuladores. Além dos grupos voltados para a efetivação de loteamentos ou para a manutenção da terra desocupada para valorização, estão incluídos aqueles que



O cotidiano é de construção da sobrevivência



As dificuldades começam no caminho e convergem para a produção e escoamento até as feiras



mascaram a estocagem de terra para valorização e obtenção de subsídios através da formação de fazendas de gado (22).

Os "veranistas" — em geral moradores da cidade do Rio que possuem imóveis onde costumam passar fins de semana, numerosos na área rural do município sobretudo na região ao pé da serra, são também categorizados pelos trabalhadores como especuladores: "compram o sítio do lavrador por mixaria, fazem um benefíciozinho em volta da casa e daí a três ou quatro meses, se compraram por 50, vendem por 1000. O negócio é esse: exploração imobiliária, o lucro".

Lideranças de posseiros preocupam-se com o aumento da venda de sítios para especuladores. Apontam que o recurso à negociação da posse não se dá apenas quando já é evidente o despejo caso não seja firmado um acordo com o proprietário ou grileiro da área. Mesmo em situações em que não há conflito de terra, posseiros vendem seus sítios a veranistas e outros especuladores, como na área reocupada de Morro Grande e em grande parte da fazenda São Lourenço, onde uma grande extensão destinada à criação de gado foi conformada através da compra paulatina de sítios de posseiros.

De fato, a quantidade de estabelecimentos explorados sob a responsabilidade de posseiros ("ocupantes") diminuiu entre 1970 e 1980 em 68,7% e a área por eles ocupada em 61,6% (23):

Condição do Produtor	1970		1980	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Proprietário	126	1.446	508	3.849
Arrendatário	2	16	177	1.734
Parceiro	23	215	20	231
Ocupante	1.249	7.522	391	2.888
Total	1.400	9.199	1.096	8.702

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário

E a população rural do município decaiu nesse período, em 23,4%, sendo que no distrito de Xerém essa diferença chega a 42,7%:

	1970		1980	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Total Duque de Caxias	404.496	26.901	555.208	20.606
Distrito de Xerém	7.942	19.752	23.164	11.314

Fonte: IBGE — Censo Demográfico

Houve também nesse período uma diminuição na quantidade e na área cultivada de mandioca e banana, produtos tradicionalmente cultivados por posseiros da região de Xerém:

Produtos	1970		1980	
	Quant.	Área (ha)	Quant.	Área (ha)
Mandioca (ton)	8.345	1.112	2.790	327
Banana (mil cachos)	1.324	2.088	305	311

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário

O crescimento do número e da área de imóveis registrados como empresa rural, bem como da área de pastagens em detrimento das de lavoura (cf. p.), coloca a possibilidade de, realmente, junto com uma evasão de posseiros da área, as terras por eles ocupadas terem sido, ao menos numa proporção considerável, apropriadas por criadores de gado:

	1976		1985	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Minifúndios	950	5.054	1.337	7.368,8
Empresa rural	43	2.700	146	3.835,0
Latifúndio por exploração	776	16.818	421	15.871,3
Latifúndio por dimensão	—	—	—	—
Não classificados/inconsistentes	28	1.050	1	0,3
Total	1.797	25.622	1.905	27.075,4

Fonte: INCRA — Cadastro 1976 e 1985.

A venda de sítios pelos posseiros está ligada a problemas de produção e comercialização e às condições de vida na área rural do município. Os posseiros referem-se às crescentes dificuldades de obtenção de crédito e aos altos juros bancários, apresentando-se a venda do sítio, muitas vezes, como estratégia para fazer frente ao endividamento. Quanto à comercialização, costumam apontar especialmente a ausência de estradas que permitam o escoamento da produção. Em amplas áreas do distrito, ainda enfrentam dificuldades decorrentes da desativação, depois do golpe, do Ramal Xerém da Estrada de Ferro Central do Brasil, que ligava a região a Belford Roxo, em Nova Iguaçu, possibilitando o escoamento da produção e a sua venda em diversas feiras da região. A desativação do ramal representou também a interrupção de importante meio de transporte de passageiros, e as linhas de transporte coletivo instaladas na área não suprem as necessidades de deslocamento da população rural. De acordo com depoimentos de trabalhadores rurais, essas e outras dificuldades, como a falta de escolas e postos de saúde na área rural, vêm colocando crescentemente, também para seus filhos, o engajamento em empregos e a moradia na área urbana como opções interessantes.

O não investimento do poder público na área, a ganância de especuladores e a facilidade de atuação de grileiros ao longo do período de ausência de condições de organização são indicados pelos trabalhadores rurais como responsáveis pela deterioração de suas condições de vida e produção. Por contraste, a época anterior a 64 é referida como de acirrados enfrentamentos, mas também de abundância e de determinação dos trabalhadores rurais. Animados naquele tempo com as conquistas que vinham obtendo em diversas áreas do município e com a crescente força do movimento em Xerém e outras regiões do Estado, os trabalhadores rurais da região investiam na sua organização, na produção e na luta por

melhorias, e não questionavam sua perspectiva de permanência na terra.

Hoje, é essa questão que mobiliza grande parte dos trabalhadores rurais e suas lideranças em Duque de Caxias. Para sua permanência na terra também grupos interessados em apoiá-los dirigem esforços. As lutas de

resistência à expulsão que aqui e ali não cessaram de despontar em Xerém, e essa disposição de luta nesses tempos de relativamente maiores condições de participação política, são possíveis passos para novas conquistas dos trabalhadores rurais.

DESAPROPRIAÇÃO: CONQUISTAS, PERDAS E A CONTINUIDADE DA LUTA

Em Duque de Caxias, no distrito de Xerém, ocorreram cinco das vinte e três desapropriações de áreas de conflito conquistadas mediante acirradas lutas pelos trabalhadores rurais no Estado até 1964. A obtenção do decreto de desapropriação do poder executivo, contudo, não garantiu uma solução desses conflitos. Para tanto, uma série de outros procedimentos do poder desapropriante e do judiciário seriam necessários, o que não se deu até 64 apesar dos trabalhadores rurais disporem até então de uma forte organização, e de haver uma conjuntura propícia ao seu crescimento e do seu espaço de atuação.

Na fazenda São Lourenço, em agosto de 1961, a resistência armada dos posseiros ao despejo judicial, suspensão, e uma área foi decretada pelo governo estadual como de utilidade pública para fins de desapropriação.

Na fazenda Capivari, conflitos ocorreram desde inícios da década de 50, havendo, nesse período, a expulsão de cerca de dois mil trabalhadores rurais. Em novembro de 1961, trabalhadores rurais ocuparam uma área da fazenda destinada a um projeto de loteamento. Já a terra cultivada, surgiu o suposto proprietário tentando expulsar os ocupantes, que resistiram, ocorrendo prisão de lideranças. Depois de período de tensão, em julho de 1962, a expulsão foi consumada violentamente, com despejo judicial de trezentas famílias. Contudo, este despejo foi logo sustado por ação do governo estadual e as famílias retornaram ao local, mas, em seguida, reiniciou-se o processo de despejo que atingiria então cerca de dois mil e quinhentos trabalhadores rurais. Mais uma vez o governo estadual sustou o despejo, e em 7 de agosto anunciou a desapropriação da fazenda Capivari juntamente com a Penha-Caixaão e a Piranema, que também estavam em litígio, evitando também aí despejos iminentes.

Há registros de conflitos na fazenda Penha-Caixaão desde 1951. Em 1954, cerca de quatrocentas famílias de posseiros foram expulsas com grande violência. Em 1962, posseiros foram novamente despejados, segundo a Associação de Lavradores porque uma firma loteadora teria pressionado o juiz.

Na fazenda Piranema, conflitos com expulsão de lavradores foram registrados desde 1954. Em 1960, uma ação de despejo foi acionada por grileiro que

propôs aos trabalhadores a permanência na área em troca da concessão da terça ou da meia da produção. Em agosto de 1961, a Associação dos Lavradores comandou resistência armada dos posseiros que ainda estavam na área contra nova tentativa de despejo movida pelo suposto proprietário, havendo destruição de benfeitorias, mas os posseiros permaneceram na fazenda. A situação de tensão e violência continuou e em fevereiro de 1962, seiscentas famílias foram ameaçadas de despejo, o que não se efetivou graças à resistência dos posseiros e ao apoio dos trabalhadores rurais da região.

Apesar do anúncio da desapropriação dessas três fazendas em agosto de 1962, o depósito da indenização não foi feito e a situação permaneceu bastante tensa nessas localidades. Em abril de 1963, o governo federal decretou de utilidade pública as três fazendas e mais a Mato Grosso.

Posseiros que ocupavam a fazenda Mato Grosso, área da União, em 1956 foram ameaçados de expulsão por conhecido grileiro. Um grupo de posseiros recorreu à Justiça e um deles foi assassinado, na mesma ocasião sendo espancado um vereador que os apoiava. O conflito teve grandes repercussões no legislativo local. A partir daí os posseiros sofreram uma série de violências embora sua expulsão não se consumasse. Em 1960, houve nova tentativa de despejo agora afetando cerca de duas mil pessoas que ocupavam as fazendas Mato Grosso, Sangra-Macaco, Estrela Velha, Soledade e Quebra-Coco.

Como esse depósito demorasse a ser feito, os trabalhadores rurais continuavam sendo pressionados e o despejo acionado pela suposta proprietária da Capivari, a Enco, estava prestes a ser efetivado. Cerca de mil e quinhentos trabalhadores das fazendas Capivari, Penha-Caixaão e Piranema, armados, ocuparam a fazenda Capivari liderados por padre Aníbal e Antônio Capacete Verde. Tais elementos, segundo denunciaram a ALDC e a FALERJ na época, não estavam ligados às entidades dos trabalhadores e pretendiam, com os atos de violência que os estavam levando a praticar, atrapalhar um delicado processo que provavelmente resultaria em vitória dos trabalhadores.

Embora o depósito fosse efetuado, o movimento ainda duraria até que aquela liderança fosse presa.

Contudo, a desapropriação, de fato, não se consumou, pois o juiz declarou, no final de junho de 1963, o depósito insuficiente. Em agosto de 1963, novo decreto federal declarou a urgência da desapropriação, mas em abril de 1964 nada havia sido resolvido.

Frutos de acirradas lutas, as desapropriações não significaram contudo a garantia da permanência dos trabalhadores nas áreas. À exceção da fazenda Piranema e da São Lourenço, as áreas desapropriadas no começo dos anos 60 em Duque de Caxias, tal como ocorreu em diversas outras do Estado, foram devolvidos após o golpe, pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), e depois pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), aos seus supostos proprietários. Como em diversas localidades do município, os posseiros continuaram a ser pressionados, muitas vezes com violência, a abandonar as áreas, em geral para a viabilização de operações de especulação imobiliária. De acordo com a avaliações de lideranças do Estado, na expulsão de trabalhadores rurais das áreas pelas quais haviam tanto lutado, estaria em jogo também a tentativa de "desarticular os grupos de camponeses que tinham sido formados na luta", evitando a retomada da mobilização que se dera antes de 64 (O'Dwyer, 1982:23). As perseguições, a instalação de aparato repressivo na área e as dificuldades de articulação dos trabalhadores rurais a partir de então impediram efetivamente uma resistência mais eficaz às iniciativas dos supostos proprietários e do Estado.

Na fazenda Mato Grosso, segundo denúncia de trabalhadores rurais de Xerém, a expulsão de posseiros se deu sem decisão judicial e projetos de loteamento hoje já estão instalados na fazenda. Em Penha Caixão, que também foi devolvida aos supostos proprietários após o golpe, recentemente, por volta de 1980, uma firma loteadora tentou, inclusive através de ameaças de despejo, adquirir sítios dos posseiros. Parte das cerca de cento e trinta famílias da fazenda

dipuseram-se a vender seus lotes e sair da área. As outras cinquenta, junto aos advogados da CJP-NI, chegaram a obter, em outubro de 1982, uma liminar de manutenção de posse.

A fazenda Capivari foi dividida em 1966 pelo IBRA em três glebas, a terceira sendo devolvida ao suposto proprietário, que passou a ameaçar de expulsão os posseiros que lá viviam e trabalhavam. Apesar do clima de insegurança, os trabalhadores permaneceram na área e tentaram defender-se judicialmente, até que em abril de 1981 houve nova ameaça de expulsão com a presença de policiais. Os posseiros procuraram o STR e, junto ao NAF, articularam-se com políticos e requisitaram o apoio jurídico da CJP-NI, conseguindo adiar o despejo. No dia em que este se consumaria, os posseiros concentraram-se no INCRA, no Rio de Janeiro, reivindicando a desapropriação da área e conseguindo a suspensão do despejo. Mas em 1982 haveria nova tentativa de despejo, o que foi finalmente evitado com o decreto presidencial de 1º de novembro, que desapropriou a área.

Na primeira e na segunda, após a desapropriação, o IBRA assumiu o loteamento urbano da área e removeu muitas famílias de posseiros. Através da Cooperativa, pressionando autoridades, os posseiros chegaram a embargar o loteamento. No começo dos anos 80 um grupo de posseiros ocupou área destinada a loteamento urbano. Apesar de violentas pressões e de despejos, muitas famílias mantiveram-se na área. Atualmente, vêm tentando evitar que a parte ainda não loteada da fazenda seja adquirida pelo BNH e nela construídos conjuntos habitacionais.

Apenas na fazenda Piranema as cerca de cento e vinte famílias de posseiros que ocupavam a parte desapropriada foram titulados pelo INCRA. Na fazenda São Lourenço, somente pequena área foi desapropriada e, mesmo aí, os trabalhadores não conseguiram até hoje os títulos de propriedades.

NOTAS

(1) Baixada da Guanabara é a região localizada em torno da Baía da Guanabara, na qual se situa o município de Duque de Caxias, cujo território, até 1943, era parte do atualmente vizinho município de Nova Iguaçu. A Baixada da Guanabara constitui área da Baixada Fluminense, esta aqui entendida como a ampla "região do Estado do Rio de Janeiro situada entre as altas encostas da Serra do Mar e o oceano" (Geiger e Mesquita, 1956:5). Mas é muito comum que, como Baixada Fluminense, se denomine apenas a área dos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Nilópolis, agrupados por guardarem muitas características comuns, como a concentração da população trabalhadora, a precariedade dos serviços públicos, sua função de "cidades-dormitório", etc.

(2) Geiger e Santos, 1954:3

(3) Silveira Mendes, 1943:181

(4) IBGE, 1959:256

(5) Sabe-se que alguns fazendeiros da Baixada chegaram a tentar a introdução do cafeeiro, sobretudo em algumas áreas mais elevadas, como em fazendas abandonadas da região do Taboleiro, na área de Xerém. Mas, devido à antiga ocupação, essas terras encontravam-se cansadas e nelas não se apresentava o rendimento da cultura cafeeira da serra (Geiger e Espíndola, 1951:98).

(6) Geiger e Santos, 1954:292-293

(7) Araújo, 1982:174

(8) FUNDREM, 1982:14

(9) População do Município de Duque de Caxias 1950/1960

	Total	Urbana	Rural
1950	92.459	74.565	17.894
1960	243.619	176.306	67.313

Fonte: IBGE — Censos Demográficos

(10) FUNDREM, 1979:109

(11) O'Dwyer, 1982:18

- (12) Araújo, 1982:81
 (13) Cf. nota 9
 (14) "Luta Democrática", 9 de maio de 1962
 Araújo, 1982:115.
 (15) Medeiros, 1983:17
 (16) Pureza, 1982:27
 (17) Gryzspan, 1982:62-62
 (18) Pureza, 1982:27
 (19) Pureza, 1982:26
 (20) Pureza, 1982:27
 (21) Note-se que a população da área rural do município era, em 1980, de 20.606 pessoas (IBGE. Censo Demográfico).
 (22) De fato, as áreas de pastagens aumentaram significativamente na década de 70 (em 29%), enquanto que as utilizadas para a lavoura diminuíram (em 37%) no mesmo período (IBGE. Censo Demográfico).

(23) Embora a área e o número totais de estabelecimentos sob a responsabilidade de outros produtores tenham crescido significativamente, isso não ocorreu num montante tal que a diminuição do número e da área de ocupantes seja explicada por uma transformação de sua condição para a de proprietário e arrendatário (e se bem que não raro posseiros tornem-se, segundo depoimentos de lideranças, "arrendatários" dos veranistas aos quais vendem suas posses). Ao que parece, aquela diminuição do número e da área de estabelecimentos sob a responsabilidade de ocupantes não se deveria realmente à obtenção de títulos de propriedade por posseiros, o que, de acordo com trabalhadores rurais, seria muito recente e contemplaria relativamente bem poucos posseiros.

A PASTORAL ECUMÊNICA DA TERRA*

Ao olharmos para o trabalho conjunto de católicos e metodistas em Xerém antes de ser denominado Pastoral Ecumênica da Terra (PET), vemos que foi ao longo de um processo que seu eixo fundamental se definiu como ecumênico.

Retomaremos aqui a história desta aproximação de agentes da Igreja Católica e da Metodista tentando perceber em que contexto da vida das Igrejas ela se deu. Com isto, somaremos às considerações que se fazem neste Caderno algumas outras informações que talvez contribuam para a reflexão sobre a formação da PET e os rumos que tomou.

A fim de resgatarmos um tanto da história da PET, enfocaremos primeiro a importância da criação da diocese de Duque de Caxias para a presença da Igreja Católica no movimento popular. Em seguida, o papel do Centro Comunitário de Duque de Caxias na sensibilização da Igreja Metodista da região para as questões sociais. Depois, centraremos nossas atenções na aproximação dos agentes de diversas instituições para a ação na área rural de Duque de Caxias, aproximação anterior e que marcou a formação do PET.

A criação da diocese de Duque de Caxias

Em julho de 1981, Do Mauro Moreli foi transferido para a recém-criada diocese de Duque de Caxias, cujo território abrange o município de Duque de Caxias, antes pertencente à diocese de Petrópolis, e o município de São João de Meriti, até então inserido na diocese de

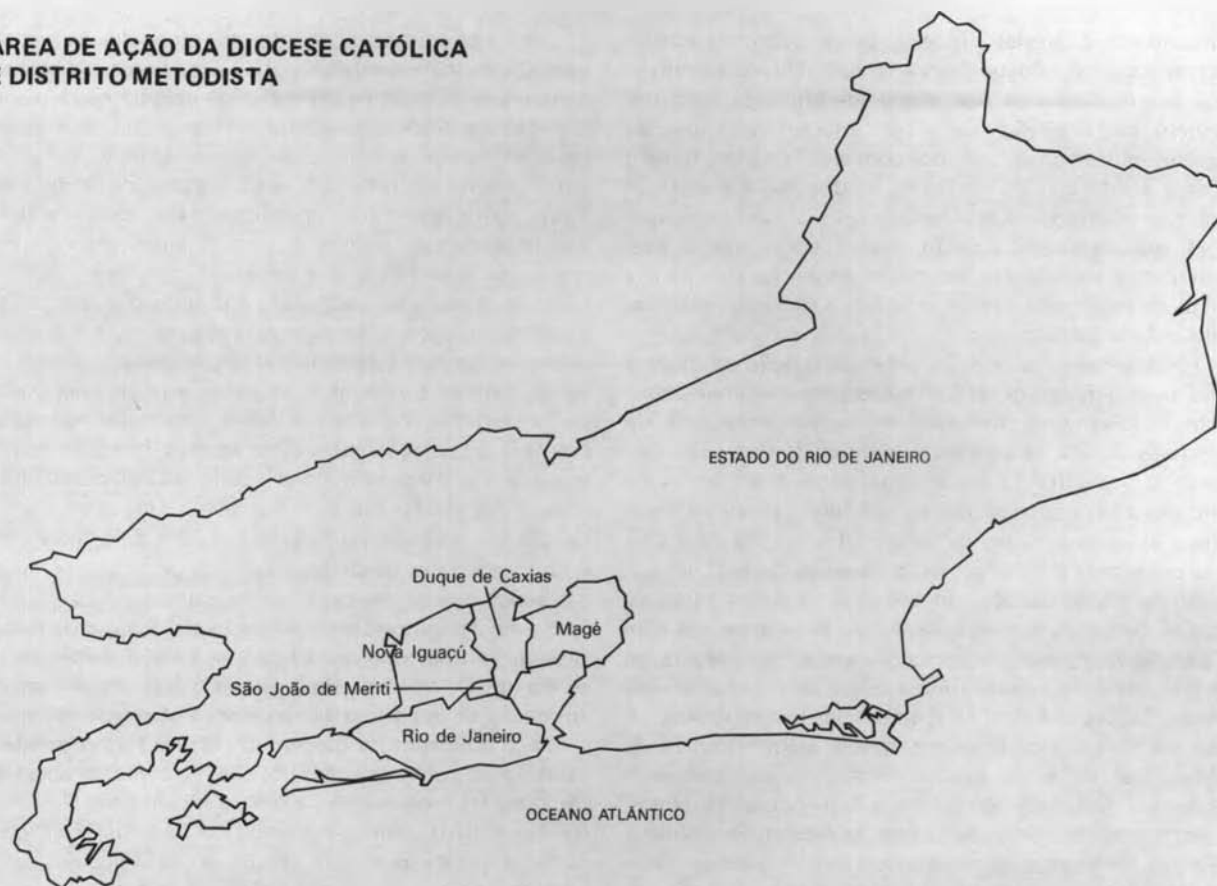
Nova Iguaçu (ver mapa). Referido à "opção preferencial pelos pobres" e diante do quadro social da região, desde que assumiu foram claros os pronunciamentos de D. Mauro sobre a linha que pretendia imprimir às atividades da Igreja: os católicos seriam animados a participar da construção de uma sociedade mais justa, e a Igreja, contribuiria com as lutas da população por melhores condições de vida.

Em São João as orientações dadas até então, aos católicos por D. Adriano Hipólito, bispo da diocese de Nova Iguaçu, eram bem próximas às que D. Mauro pretendia imprimir à nova diocese, e a atuação político-religiosa dos agentes (1) da Igreja Católica era legitimada e mesmo incentivada pelo bispo. Este não estabelecia descontinuidades fundamentais entre o significado das atividades político-religiosas e o das concebidas tradicionalmente como religiosas, e estavam integrados, na vida da diocese, o discurso, preocupações e ênfases das atividades político-religiosas de agentes católicos de São João de Meriti. Algumas destas atividades não raro confundiam-se com a gênese de importantes movimentos — como o de organização de Associações de Moradores — e eram referência importante para muitos de seus quadros.

Já em Caxias, as atividades dos agentes não estavam adequadas às orientações da diocese de Petrópolis. Em algumas paróquias, padres e outros agentes que propunham um posicionamento e a participação dos cristãos e da Igreja no movimento popular, o faziam de forma independente, sem terem seu trabalho reforçado pelo bispo ou pelas diretrizes diocesanas. Esses agentes encontravam dificuldades em adequar suas propostas às ativi-

*Este texto foi elaborado a partir das entrevistas com membros das Igrejas Católica e Metodista de Duque de Caxias e do acompanhamento, de 1982 até meados de 1983, dos trabalhos que antecederam a formação da PET.

ÁREA DE AÇÃO DA DIOCESE CATÓLICA E DISTRITO METODISTA



dades e ao planejamento das linhas pastorais da diocese de Petrópolis. Por outro lado, identificados com experiências levadas a cabo na diocese vizinha, muitas vezes mantinham contatos com outros agentes católicos de São João de Meriti e de Nova Iguaçu. Mas, diferentemente de São João, em Caxias, outros grupos e instituições possuíam muitos agentes e forte penetração nos movimentos populares da região. Os agentes católicos e as atividades que promoviam enquanto iniciativas da Igreja nem sempre constituíam as principais referências para a população e demais participantes dos movimentos populares organizados de Caxias.

Neste município, antes da criação da diocese, havia também áreas, como a rural de Xerém (onde se organizou a PET) (2), nas quais a população católica em geral tinha poucos contatos com padres e outros agentes da Igreja. Com a criação da diocese, não aumentou o clero ou o número de paróquias. Mas as tentativas, estimuladas então, de implantação de um modelo eclesial calcado em pequenas comunidades locais de fiéis concorreram em muitos casos para o reavivamento e reconhecimento, pelos agentes católicos das práticas e organizações religiosas da população, e para a intensificação das relações desta com os padres e demais agentes.

Em geral o investimento na criação de comunidades locais de fiéis e a promoção de atividades político-religio-

sas partia das iniciativas dos agentes que propunham aos fiéis novas formas de vivência da fé. Nestas estava incluída a participação em movimentos e grupos voltados para a transformação social não necessariamente conformados no interior da Igreja ou apenas por católicos, tais como grupos de posseiros que enfrentavam ameaças de despejo. Mas não resultou sempre dessas iniciativas dos agentes uma politização ou uma nova esperança dos católicos no movimento social. Por outro lado, a partir delas, muitos passaram a participar de um outro nível da vida da Igreja Católica em Caxias, reforçando as propostas de sua participação nas transformações sociais.

De fato, a partir dessas iniciativas dos agentes, dentro de um espaço reconhecido como interior à Igreja, foram sendo estabelecidas novas formas de aproximação de fiéis, padres e outros agentes. Muitas vezes uma aproximação assim se dava em grupos e atividades adequados às novas concepções de vivência do religioso. Noutros casos, a ligação dos fiéis com esses grupos e atividades era informal e a aproximação com seus participantes era estabelecida através de laços tais como de amizade, vizinhança, parentesco ou religiosos. Tratava-se de "redes" de relações que ultrapassavam as comunidades religiosas locais e agrupamentos tradicionais de católicos, como os grupos de catequese ou oração, embora muitos dos que nelas se inseriam participassem dessas comunidades e

agrupamentos. Nessas “redes”, os participantes viabilizavam sua inserção na “nova igreja”. Diferenciavam-se dos outros católicos por serem identificados com um projeto político-religioso e por estarem próximos de agentes muito comprometidos com ele. Também, tinham acesso a informações políticas, ao discurso e a material político-religioso, e a muitos agentes e às suas preocupações. Através da participação nessas “redes”, muitos fiéis passaram a ser agentes das novas propostas de vivência religiosa reforçadas com a criação da diocese, responsabilizando-se por elas.

Na área rural de Xerém, antes da criação da diocese de Caxias, advogados da CJP-NI, em algumas áreas, assistiam juridicamente trabalhadores rurais ameaçados de expulsão. Ainda na área rural, agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em algumas localidades tentavam reforçar a permanência dos trabalhadores rurais na terra. Mas a atuação dos agentes da CJP-NI e dos ligados à CPT não contribuía para a formação daquelas “redes”. Distinguiam-se muito da atuação tanto dos agentes católicos que ali passaram a se relacionar mais proximamente com a população, após a criação da diocese, como dos que em outras áreas do município até então promoviam de modo “independente” trabalhos político-religiosos. É que nestes casos os agentes católicos eram membros do clero local ou a ele ligados, tendiam a conceber suas práticas e propostas como extensão de opções religiosas, e normalmente conjugavam suas tentativas de sensibilização dos católicos e de atuação em movimentos de transformação social com as atividades e participação em grupos percebidos tradicionalmente como religiosos. Em geral a participação nesse conjunto de relações entre católicos que chamamos “rede”, dava-se através da mediação desses agentes reconhecidamente vinculados à Igreja e de um envolvimento com uma dimensão da vivência religiosa também compartilhada pela maioria da população católica.

A sensibilização, a partir da perspectiva religiosa, de membros da Igreja Católica para questões sociais e políticas, muitas vezes contribuiu para a sua participação naquelas “redes”, em atividades político-religiosas e em movimentos sociais. Mas essa participação de católicos nos movimentos sociais tendia a ser facilitada se os agentes católicos aos quais estavam ligados já estivessem também participando desses movimentos ou próximos deles. Assim, estes constituíam uma referência importante para os ainda inexperientes, que poderiam então visualizar práticas e avaliações do movimento social adequado às suas propostas político-religiosas. De outro lado, para a sensibilização de católicos e para sua participação naquelas “redes”, era importante que os agentes católicos aos quais estavam ligados tivessem seu discurso, seus projetos e práticas legitimados dentro da Igreja. Sendo reconhecidos mais amplamente como da própria Igreja, era maior a possibilidade de serem tomados pela população católica como adequados à experiência religiosa e à vida da Igreja.

Com a criação da diocese foram reforçados os agentes que já possuíam projetos político-religiosos. A própria conjuntura de debates em torno da organização e planejamento da diocese, que muitas vezes explicitava disputas e diferenças de concepção sobre a atuação da Igreja, naturalmente os reforçava. Isso porque, no âmbito da Igreja agora reanimada, eram colocados, como referências importantes, aqueles agentes já engajados na construção de uma Igreja que assumisse compromissos com questões populares, bem como o próprio discurso político-religioso, agora reforçado pela hierarquia. Além disso, aumentando suas tarefas e espaços de atuação dentro da Igreja, tarefas e espaços multiplicados numa conjuntura de organização de diocese, havia um maior relacionamento e articulação entre esses agentes, inclusive com o bispo, e era alargado e intensificado seu relacionamento com a população católica. Também, dada a nova concepção de vivência religiosa estimulada pela hierarquia e consagrada nas diretrizes assumidas pela diocese, diversas ações de agentes católicos no campo político passaram a ser reconhecidas como da Igreja. E algumas foram mesmo promovidas ou contaram com a participação direta de D. Mauro, como as iniciativas em Xerém de formação de um grupo de apoio aos trabalhadores rurais.

Logo ao assumir a diocese, D. Mauro foi procurado e estabeleceu contatos com autoridades, com lideranças de importantes movimentos, como o Movimento União de Bairros (MUB), com o comando de Greve da Fiat, com partidos políticos e com grupos e instituições que já atuavam na região, como a CJP-NI, a CPT e a Igreja Metodista. Esses contatos contribuíram para o conhecimento da realidade social e política vivida pela população dos municípios abrangidos pela diocese. E também permitiram um conhecimento desses grupos, instituições e movimentos, de suas propostas e composição, de suas mútuas relações, de sua capacidade de atuação e autoridades junto à população, e das possibilidades concretas de relacionamento com a Igreja Católica.

Não houve apenas um crescimento do número de católicos engajados em movimentos sociais com a criação da diocese. A chegada de D. Mauro a Duque de Caxias pode ser tomada como fator de mudança da “política” popular da região, pois tinha características bem distintas dos demais agentes políticos. D. Mauro possuía uma autoridade ímpar frente às instituições, grupos e agentes a qual não decorria apenas da sua ascendência sobre agentes e população católicos, do fato de liderar incontestavelmente o processo de criação da diocese, do estímulo que dava às iniciativas dos agentes católicos junto ao movimento popular, ou do aumento efetivo de tais iniciativas promovidas por entidades e outros agentes e grupos ligados ao movimento popular. Enquanto membro da hierarquia católica, possuía a capacidade de atuar autonomamente numa amplitude social e com uma eficácia política inacessíveis aos demais agentes do movimento social.

O Centro Comunitário de Duque de Caxias

A partir de contatos já estabelecidos, por iniciativa da diocese católica foram organizadas reuniões das instituições e agentes (final de 1982) que, movidos por opções ou subordinados a instituições religiosas, atuavam ou pretendiam atuar junto aos movimentos populares.

Destas reuniões participaram CPT, CJP-NI, padres e agentes da Igreja Católica, assessores das experiências católicas até então "independentes" em Duque de Caxias e pastores metodistas. A proposta era de troca de informações sobre as condições de vida da população trabalhadora, e de amadurecimento da perspectiva de atuação conjunta. Questões ligadas à luta pela terra, urbana e rural, por serem graves na região e já objeto da atenção da maior parte dos presentes, foram enfatizadas. Mas a atuação conjunta foi adiada, pois o grau de proximidade das instituições e agentes com a população e as suas experiências de participação nas lutas populares eram bastante heterogêneas e, também — como foi avaliado na ocasião — essas experiências eram muito localizadas e ainda incipientes.

Antes das reuniões desse grupo de instituições, uma aproximação já se tinha dado entre católicos e metodistas. Três encontros do bispo católico e de padres com pastores metodistas já tinham ocorrido (início de 1982), a partir de contatos estabelecidos por D. Mauro — logo

que assumiu a diocese — e o bispo Paulo Ayres, da Primeira Região da Igreja Metodista. Nesses encontros, além de questões que o grupo de instituições iria mais tarde abordar, discutiram-se as possibilidades concretas de aproximação das duas Igrejas na região.

Para os participantes desses encontros, essa aproximação significava um raro rompimento de distâncias entre Igrejas cristãs. Quanto à Igreja Metodista, esta tradicionalmente se coloca como ecumênica em seus documentos e nos depoimentos de sua hierarquia. Contudo, grande parte dos seus membros não costuma identificar-se com o ecumenismo, e diferenciações são estabelecidas com freqüência entre ecumenismo com as demais Igrejas Evangélicas e com a Católica. Não são correntes realmente ações concretas conjuntas como a que se deu em Caxias a partir de contatos de membros das hierarquias de ambas as Igrejas. E estabelecer uma aproximação em torno sobretudo dos problemas de acesso à terra enfrentados pela população da região, pressupunha determinada postura, frente às questões sociais, comum aos dois bispos e aos agentes das Igrejas participantes dos três encontros.

O bispo da Primeira Região, que abrange todo o Estado do Rio, é conhecido por suas posições sensíveis para as questões sociais. Tais posicionamentos não correspondem necessariamente aos da maioria dos membros das Igrejas locais nem dos pastores nomeados para elas, apesar dos bispos metodistas serem eleitos e da Igreja Metodista possuir uma estrutura formal que viabilizaria a participação de seus membros na Região Episcopal (3). No distrito da Baixada Fluminense, um dos nove da Primeira Região, em 1982, na época em que se deram os primeiros encontros e as três reuniões de pastores com os membros da Igreja Católica, alguns pastores já tentavam articular formas de abertura da Igreja Metodista para as questões sociais. A história desses

Foto Arquivo do CEDI



Foto Armando Cellere



D. Mauro Morelli e o bispo Paulo Ayres Mattos (à esquerda)
O início da proposta de unidade

esforços está bastante ligada à do Centro Comunitário de Duque de Caxias (CCDC), instituição subordinada ao Instituto Metodista de Ação Social, vinculado à Primeira Região, e que participou dos trabalhos que deram origem à PET. Em torno do CCDC organizaram-se os pastores que, junto com pessoas que compartilhavam de seus projetos, tentaram implantar formas de experiência religiosa nas igrejas metodistas da Baixada que as levassem a se sensibilizarem com as questões sociais e a participarem de transformações sociais na região.

O distrito da Baixada Fluminense abrange os municípios de Duque de Caxias, Magé e São João de Meriti (ver mapa). Agrega quatorze comunidades metodistas, nove delas localizadas no município de Duque de Caxias, onde residem cerca de mil metodistas. Exceto na igreja localizada no centro de Caxias, que teria parte significativa de membros pertencentes à "classe média", a grande maioria dos metodistas do distrito seria conformada por trabalhadores pobres. Com efeito, afora as igrejas de Duque de Caxias e da Mantiqueira, mas esta última por possuir mais de duzentos membros, todas as demais apresentariam problemas financeiros.

O CCDC, situado no centro de Caxias, tradicionalmente funcionava como local onde membros da Igreja Metodista promoviam atividades sociais e assistenciais. Em 1979, o pastor da Igreja de Gramacho foi nomeado diretor do CCDC, o que correspondia, dadas as conhecidas posições desse pastor, a uma preocupação da hierarquia com a distância da Igreja frente aos movimentos sociais da Baixada Fluminense. Com o novo diretor, que concebia aquele centro como local aberto para a sociedade, onde a comunidade, não mais tomada como apenas metodista, poderia organizar atividades que visassem a promoção social, seu espaço passou a ser utilizado para reuniões do Movimento Negro Unificado, do PT, do PMDB, do Centro Estadual de Professores, etc, o que já significava para os membros da Igreja Metodista mudança expressiva do CCDC. Também profissionais da área de saúde e advogados passaram, junto com o diretor do CCDC e mais um pastor, a se aproximar do MUB, na época organizando-se como federação, prestando e planejando serviços demandados pela população através de associação de moradores. Tentava-se, ainda, junto a membros das igrejas locais, promover discussões acerca da relação das atividades do Centro e da situação social do município com o Evangelho. Contudo, o CCDC tendia a permanecer visto pelos membros das Igrejas locais como exterior à vida da Igreja. Mas grande parte das atividades que promovia então viabilizava a participação de alguns membros da Igreja Metodista, especialmente pastores que se identificavam com as propostas do diretor do Centro, em movimentos sociais da Baixada, tais como aqueles que passaram a utilizar o espaço do Centro e a contar com alguns serviços por ele fornecidos.

Em 1982, o projeto da direção do Centro era de levantamento da situação dos moradores da Baixada Fluminense nas áreas de saúde, justiça, terra e educa-

ção, a fim de se obterem elementos com vistas à informação e sensibilização dos metodistas para uma participação nos movimentos sociais da região. Aglutinando cinco pastores do distrito, esse projeto, que vinha operando com uma proposta muito geral, a partir de agosto de 1982, começou a adquirir contornos mais concretos. Um grupo de profissionais especializados naquelas quatro áreas formaram uma equipe junto com os cinco pastores e com eles passaram a percorrer as igrejas, discutindo com seus membros os projetos que pretendiam implantar, estimulados publicamente pelo bispo da Primeira Região. O que se formulava então, com a participação dos profissionais que através da mediação dos pastores iam conhecendo e aproximando-se dos membros das igrejas locais, era um projeto da Igreja para ela própria. Não se tratava mais de abrir canais diretos de participação de membros da Igreja nos movimentos sociais, mas das atividades do Centro serem instrumentos para tanto. Mesmo que de grande parte delas participassem apenas membros das igrejas, constituíam espaço para discussões que poderiam alargar as concepções acerca da situação da população da Baixada e do que costumava ser computado como "atividade de igreja".

Colocando-se como agentes da Igreja, os membros do CCDC participavam de atividades do cotidiano das igrejas locais e da Distrital, e tentavam acompanhar algumas atividades da população organizada, não necessariamente metodista. E, profissionais e pastores, constituíam grupo que aos poucos ia adquirindo identidade própria frente aos outros membros da Igreja Metodista do distrito, e aos agentes políticos e demais participantes dos movimentos sociais da região.

A participação dos pastores era fundamental nesse processo. Chegavam a mediar a aproximação dos profissionais do CCDC com agentes políticos da região, como lideranças de Associações de Moradores, inserindo-os nesse campo como representantes da Igreja Metodista. Junto à Igreja, além de legitimar a presença dos profissionais do CCDC nas suas comunidades locais, viabilizavam mais facilmente sua entrada naquelas cujos pastores não se identificavam com a proposta. E, também, assumiam o trabalho de educação propriamente religiosa, possibilitando a formulação de um discurso religioso coerente com a proposta da Igreja Metodista estar inserida nas questões sociais.

Em janeiro de 1983, quando em Xerém já começavam os trabalhos que dariam origem à PET, realizou-se o Concílio Regional da Igreja Metodista. Porque houve transferência de muitos pastores do distrito, naquele momento a disponibilidade dos que permaneceram ligados ao CCDC era bem menor que a dos não pastores, e porque era ainda incipiente a relação destes com a população metodista, recolocou-se a questão da legitimidade do CCDC para as igrejas locais. Este permanecia sendo percebido pela maioria dos membros da Igreja Metodista da Baixada Fluminense como fora da vida da Igreja, embora alguns membros tenham passado a integrar a equipe e

a assumir algumas atividades promovidas pelo CCDC junto às Igrejas locais.

As relações com os membros das igrejas locais foram retomadas com maior intensidade quando, através dos Encontros “Baixada Livre”, organizados pela Superintendência Distrital, os membros do CCDC passaram a participar de discussões com as lideranças metodistas do distrito sobre a prática da Igreja e as condições de vida da população da Baixada Fluminense. A partir de então o trabalho voltou a ser articulado e os membros do CCDC reforçaram os contatos com as igrejas locais e aprofundaram suas relações com seus membros. Também nesse período começaram a reavaliar as experiências anteriores de participação no movimento popular, e a discutir a fragilidade do CCDC diante das responsabilidades de “manipulação” por agentes políticos. Apontavam sua “pouca experiência e conhecimento da dinâmica do movimento popular” (4) como fatores que concorreram para tais situações. Apesar disso, permaneceram prestando serviços, cedendo o espaço do Centro e participando de atividades de movimentos populares da região. (5)

Nessa ocasião, já em meados de 1983, o trabalho em Xerém junto à Igreja Católica começava a aparecer como uma das opções de envolvimento dos metodistas nas questões sociais.

A formação da Pastoral Eclesiástica da Terra

Em janeiro de 1983, na paróquia Nossa Senhora das Graças, em Xerém (ver mapa), reuniram-se diversas instituições que atuavam ou pretendiam atuar junto aos trabalhadores rurais da região. Essa reunião fora concebida por padres da Igreja Católica com inserção nos movimentos urbanos de Duque de Caxias, e convocada por eles e pelos novos padres da paróquia que já nessa reunião colocaram que pretendiam atuar junto aos trabalhadores rurais de Xerém levando em conta os demais trabalhos em andamento ou a serem instalados. Além destes padres, participaram da reunião D. Mauro, o coordenador regional e um assessor da CPT, membros do CEDI, o pastor superintendente distrital da Igreja Metodista, um pastor metodista representando o CCDC, o representante de uma Associação de Moradores de Xerém e alguns membros da Igreja Católica. Das reuniões que, a partir desta foram ocorrendo ao longo do primeiro semestre de 1983, com composição um pouco diferenciada e sem a presença do bispo católico, participaram basicamente as instituições que se apresentaram na primeira reunião.

A maioria dos participantes, nas primeiras reuniões, tomou conhecimento da situação dos trabalhadores rurais de Xerém, especialmente das ameaças de despejo, vendas de posses e ausência de instrumentos que pudessem reforçar a perspectiva de permanência na terra.

Já nessas primeiras reuniões acertou-se que seria feito conjuntamente um levantamento sócio-econômico da área rural do município e amadureceriam formas de apoio aos trabalhadores rurais e a sua organização. Nelas também se decidiu que os participantes do grupo passariam a ir juntos nas áreas onde já se tinha contato com os trabalhadores e questões de terra se apresentassem. Visava-se com isso uma inserção junto aos trabalhadores rurais, o conhecimento da situação por eles enfrentada, a reflexão sobre formas de apoiá-los, inclusive no plano jurídico, e começar um trabalho de conscientização de seus direitos e possibilidades de encaminhamento de suas lutas. Acertou-se ainda que a atuação de todos estaria subordinada ao conjunto de participantes das reuniões, que nelas avaliariam e planejavam os trabalhos em cada área.

Com a convocação dessas reuniões foi promovida uma articulação de agentes de distintas instituições a qual teria como referência a eficácia social e política de sua atuação. As questões específicas do trabalho político-religioso dos agentes da Igreja Católica e da Metodista não constituíam ali objeto de discussão. A maioria dos agentes, inclusive os católicos, também não conhecia e não tinha iniciado nenhum trabalho, nos termos agora propostos, junto aos trabalhadores rurais, mas se introduziram nele a partir desse grupo. Tais fatos marcarão a implantação do trabalho político-religioso de católicos e metodistas na área rural de Xerém e as transformações no caráter e na composição do grupo que se formara então.

Por ser recente a presença dos padres da paróquia de Xerém na região, por não terem experiência de atuação junto a trabalhadores rurais e pelo fato de ainda estarem em formação outros agentes católicos que os auxiliassem na implantação de um trabalho político-religioso, requisitavam, um pouco antes dessas reuniões, a assessoria do CEDI. Os membros da Equipe Rural do CEDI associavam a eficácia dessa assessoria ao estabelecimento também pelos assessores de uma relação com os trabalhadores junto aos quais os agentes católicos atuavam. A inserção dos membros do CEDI nos trabalhos daquele grupo contemplava essa perspectiva dada à proposta de ida às áreas, mas deu-se sem antes ter sido planejado seu trabalho específico junto com os padres.

Os padres vinham, há cerca de um ano, relacionando-se com a população católica rural de Xerém, inclusive em áreas que agora seriam visitadas pelos membros das outras instituições. A sua participação agora em atividades não ligadas diretamente pela população às da Igreja Católica, e implementadas junto com agentes não reconhecidos como religiosos ou católicos, colocava a difícil questão da identidade que iriam assumir frente à população. Por um lado, o trabalho não poderia ser caracterizado como católico, ou mesmo como essencialmente religioso; e por outro a relação que a população estabelecia com eles estava marcada pelo fato de serem padres, para os agentes da Igreja Metodista tais questões se colo-

cavam, mas de modo distinto porque não existiam praticamente metodistas na área rural de Xerém e a Igreja não tinha planos de implantação de comunidades locais nessa área. Os agentes da Igreja Metodista a princípio participaram das reuniões com a perspectiva de um trabalho ecumênico com a Igreja Católica, dando continuidade e concretizando as propostas levantadas nos contatos estabelecidos no ano anterior. Esperavam que nestas reuniões estivessem presentes apenas agentes das duas Igrejas, havendo lugar para o tratamento de questões a partir de uma perspectiva religiosa, e para um planejamento dos trabalhos adequado à aceitação, pelos demais membros de ambas as Igrejas, das propostas de apoio aos trabalhadores rurais, e à adesão de católicos e metodistas ao grupo.

Os próprios agentes metodistas e católicos tratarão neste Caderno dos diversos problemas que levaram à saída dos outros participantes do grupo, como as diferenças quanto à forma e às propostas de atuação junto aos trabalhadores rurais de Xerém. Cabe apenas ressaltar que o crescimento das dificuldades de relacionamento dos agentes das Igrejas Católica e Metodista com outros participantes concorreu para sua aproximação e para o reforço de sua identidade propriamente religiosa naquela articulação.

NOTAS

(1) Estamos chamando de agentes das Igrejas aqueles membros que respondem, em alguma medida, por suas atividades.

(2) Na área rural do distrito de Xerém reside mais da metade da população rural do município. Frente à população total do município, é reduzida a população rural (menos de 4% daquela), mas, no distrito de Xerém, esta chega a constituir cerca de 33% da população recenseada em 1980:

População em 1980

Total		Urbana	Rural
Município de Duque de Caxias	575.814	55.208	20.606
Duque de Caxias	306.243	306.243	—
Campos Elyseos	163.093	163.093	—
Imbariê	72.000	62.708	9.292
Xerém	34.478	23.164	11.314

Fonte: IBGE — Censo Demográfico 1980 — Dados distritais

(3) "Mesmo na Igreja Metodista, cujo sistema é o conexional — relação das igrejas em nível distrital, regional e geral — tenham (sic.) uma linha definida de trabalho e instâncias de decisão com representação de amplos setores da igreja, o que pressupõe uma estrutura democrática, na prática, ainda, as decisões e o encaminhamento do trabalho se centralizam na figura dos pastores e lideranças leigas tradicionais.

"Isso faz com que a maioria das igrejas locais fique à margem da discussão e formulação das decisões tomadas a nível geral, regional e mesmo distrital, sendo impedida muitas vezes de ter conhecimento do que foi decidido.

Logo após o afastamento dos outros membros do grupo, católicos e metodistas permaneceram atuando nas áreas e prestando serviços, a maioria deles jurídicos, aos trabalhadores rurais, num trabalho ainda não muito diferente do anterior. Tais atividades podiam reforçar esses agentes frente aos trabalhadores rurais e a outros agentes políticos, e aumentar a possibilidade de outros membros das Igrejas conceberem o posicionamento das Igrejas e a participação nas lutas sociais como opção fundamentalmente religiosa. Contudo, as mediações necessárias para que outros membros das Igrejas também se envolvessem com esse trabalho talvez tivessem que ser articuladas em um espaço reconhecido por eles como religioso e pertencente às Igrejas. A formação posterior pelos agentes das duas Igrejas de uma PET em Xerém correspondeu a essa necessidade de se organizar uma atuação voltada preferencialmente para os membros das Igrejas. Mas se o trabalho ecumênico-político e de serviço apresentava problemas por poder não ser tomado como religioso ou interior às Igrejas pelos membros não participantes, a PET já colocou, para eles, novos problemas, como o de sua identidade metodista ou católica. Mas essas são questões que serão tratadas, com detalhes, nos relatos.

"E o próprio pastor que, neste caso deveria funcionar como elo de ligação entre a igreja local e os demais níveis, repassando a discussão das decisões e estudando os Documentos aprovados, adaptando-os à sua realidade, muitas vezes transfere para a igreja, sua visão particular da Missão, sua própria linha pastoral, suas ênfases doutrinárias, etc. Nesses casos, as igrejas ficam como que à deriva, sempre dependentes da postura do pastor e da sua preocupação ou não em se envolver e se integrar com os outros níveis da Igreja". CCDC — *Relatório Dez./83*. Mimeo pp 21-22.

(4) CCDC — *Relatório de Atividades 1º semestre de 1983* — mimeo, p.1

(5) Em dezembro de 1983, ao tratar da retomada das relações com as igrejas locais depois do Primeiro Encontro "Baixada Livre", a equipe do CCDC colocava: "... até então mantínhamos uma dúvida constante sobre o que era prioritário no nosso trabalho, ou seja, por onde é que se começava a trabalhar — se com as igrejas e, através delas com a própria população e seus movimentos, ou se através dos organismos populares procurando aí, envolver as igrejas. Com esse novo momento, e as oportunidades que foram surgindo, sentimos que já não havia mais dúvida. Os dois tipos de trabalho podem acontecer simultaneamente". CCDC — *Relatório Dez./83*. mimeo — p. 19

SEGUNDA PARTE

Xerém: falam os participantes



Relato coletivo: histórico da Pastoral Ecumênica da Terra

CONVOCAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL: DESAFIO DA TERRA E DO ECUMENISMO

Domingos — Para esta reunião de janeiro de 83, nós e D. Mauro resolvemos convidar todos aqueles que já tinham algum envolvimento, alguma presença na área: a Igreja Metodista da Mantiqueira, os advogados de Nova Iguaçu, da Comissão de Justiça e Paz, que assessoravam o conflito de Penha-Caixaão; padre e agentes de pastoral que trabalhavam na paróquia de Lote XV, uma vez que a fazenda Penha-Caixaão ficava bem próxima deles, o CEDI e a CPT, que já desenvolviam um trabalho na área, através do regional da CPT, que se orientava pelas linhas de: priorização das lutas e movimentos de lavradores; e priorização das lutas de oposição sindical. Foi também a essa reunião a Associação de Moradores do bairro de Xerém.

A intenção ecumênica nasceu mais em Caxias, não em Xerém. A idéia era ter um acerto de contas, quer dizer, reunir todo mundo que tinha já algum trabalho na área, ou que tinha algum acesso e gostaria de trabalhar, para ver então os vários projetos que cada um estava fazendo na área. O que se pretendia era delimitar os espaços de cada um. Esta primeira reunião teve desdobramentos.

Jairo — A Associação de Moradores de Xerém participou no início dos trabalhos, mas logo retirou-se em vista da avaliação de seus representantes naquelas reuniões.

Rafael — Nesse primeiro momento se deu começo a uma reflexão sobre como seria o início do trabalho. Havia sugestões do tipo:

“Vamos levantar as estratégias que existem a nível estadual, federal, empresarial aqui para Caxias”;

“Vamos consultar o governo do Estado, fazer contatos, e para isso as entidades poderiam servir.”

Por um lado estas propostas e por outro a discussão entre: começar o trabalho conhecendo a região e a realidade social de Xerém para chegar a algum projeto ou iniciar logo algum trabalho junto aos lavradores.

EM BUSCA DE UM PROJETO COMUM

Cadu — Quando nós do Centro Comunitário chegamos àquelas discussões, achamos que não estava clara, seja uma preocupação ecumênica seja a tentativa de envolver as Igrejas naquele trabalho. Eu lembro que, numa das primeiras reuniões, recebemos um mapa que demarcava as áreas de trabalho na região rural através das capelas da paróquia católica. Isso mostra ao menos que no início não havia uma perspectiva de trabalho comum ao conjunto do grupo. Existia assim a nível de pessoas ou de instituições envolvidas. Na reunião em que se fez a divisão em equipes para conhecer a realidade das áreas, é que se demarcou o trabalho. Porque como não exis-

Este relato foi produzido por representantes do grupo (ou equipe) que organizou a criação da PET e um entrevistador do CEDI. As pessoas que falam são:

Domingos Coelho Ormonde Filho — padre católico em Xerém. Paróquia Nossa Senhora das Graças.

Jairo Also Blecher — advogado do CCDC (atual PAS-BAIXADA). Assessoria e apoio à PET.

Rafael Soares de Oliveira — assessor do CEDI. Assessoria e apoio à PET.

Cadu — Carlos Eduardo Coelho — assessor do CCDC (atual PAS-BAIXADA). Assessoria e apoio à PET.

Jorge Luiz Ferreira Domingues — pastor metodista em Xerém. Igreja Metodista de Mantiqueira.

Ernesto Barros Cardoso — assessor do CCDC (atual PAS-BAIXADA). Assessoria e apoio à PET.

Bitá — José Bittencourt Filho — assessor do CEDI. Entrevistador no relato.

Zé Cláudio — José Claudio Souza Alves — agente católico na PET.

Maria Thereza Cardoso Fortes — agente católica na PET.

Início do trabalho sem projeto comum e problemas enfrentados

tia nenhuma definição geral pré-determinada, o envolvimento dessas equipes nas áreas foi bastante diferenciado. Penha-Caixaõ e Santo Antônio, duas áreas de conflito, tiveram um tratamento privilegiado. As pessoas da CPT por exemplo, tinham uma perspectiva de se envolver em todo o tipo de luta e tal perspectiva, nas visitas às regiões, já não era mais conhecer a realidade da área, já conheciam, já estavam lá há um ano mais ou menos trabalhando. Essa posição determinava a tônica da equipe onde se envolveram as pessoas da CPT.

Outros estavam nessa equipe, e no entanto, queriam conhecer aquela realidade e sentir mais as pessoas, e não só conversar com as lideranças antigas que a turma da CPT procurava, tipo Chico Silva, Joaquim Antônio, Pedro Pinto, José Sanitário e outros, mas também, queriam conversar era com o lavrador comum, vendo os seus problemas como era o caso do Chico Silva, por exemplo, que é um cara da Assembléia de Deus. Enquanto predominou a relação pautada pelo pessoal da CPT não tivemos oportunidade de discutir se ele fazia ou não fazia uma ligação entre a fé e o trabalho que desenvolvia.

Rafael — É, eu acho que nesse divisor de águas entra um pouco o que o CEDI discutiu: qual seria a posição dele nesse grupo. Quando se viu essa indefinição, o CEDI, percebendo que havia nas cabeças dois projetos entrou na perspectiva de conhecimento da área e levantamento da situação. Não havia uma proposta única. Acredito que, entretanto para alguns, principalmente para quem estava mais tempo na área, como a CPT, já havia perspectiva de se começar algum trabalho, e isso dominava o grupo.

Nós trabalhávamos em equipes divididos por áreas: Rio de Areia, São Lourenço, Santo Antônio, Penha-Caixaõ, Cantão de Santo Isidro, e aí pelo que se fazia, parecia que já estava decidida a organização e metodologia das reuniões daquele grupo todo que tinha trabalhos isolados em cada área, porém as pessoas estavam mais ou menos incomodadas com isso. Se passava um mês fazendo trabalho em Penha-Caixaõ de uma forma, em São Lourenço de outra, em Rio de Areia de outra, etc, e aí, uma vez por mês, se juntava aquele grupo e havia informes, do que estava acontecendo em cada área. Estava aí toda a complicação do grupo: uns queriam dar sim-

Foto Rafael Soares de Oliveira



1983: discutindo sobre
usucapião em Santo Isidro

plesmente informes, encaminhar coisas e propor trabalhos; outros estavam querendo discutir os informes e levantar questões, ver o que estava acontecendo.

Jorge — O que é que unia aquele grupo?

Rafael — Só a idéia de trabalhar com lavradores, a questão da terra. A questão urbana nesse início não tinha ênfase nenhuma.

Jairo — Também começam a acontecer, nessa época, as solicitações que vinham à gente para prestar determinadas assessorias a problemas que o pessoal tinha na área. Foi nessa época que a equipe de São Lourenço, principalmente, passou a se tornar quase que uma assessoria a uma associação de lavradores, o NAF. Então, qualquer problema concreto que o NAF tinha chamavam a gente para comparecer, para participar. Então a gente ficava mais ou menos sem compreender qual era o nosso papel ali. Claro que a gente também não fugia à solicitação.

Rafael — Por outro lado, os informes do Grupo das áreas que tinham conflito predominavam, como se fosse assim: “Não, este aqui está enfermo, vamos trabalhar com o enfermo”. Mas não tinha um acordo sobre qual seria o trabalho de todo mundo. Os informes eram diferentes.

Jorge — Se havia solicitações por parte dos lavradores que começavam a ser atendidas, então já havia uma identidade, um projeto comum?

Cadu — Existia uma preocupação em trabalhar a questão da terra ali no 4º Distrito. Mais a questão rural. Naquela época não se pensava muito na questão urbana. Até me lembro que se levantou alguma coisa, mas a gente achou que não, que era melhor pensar primeiro na área rural. Lembro que chegou a haver um início de discussão sobre isso, mas a gente não aprofundou muito. Penso que, quando esse grupo se reunia, o que predominava era a visão dos representantes, da CPT sobre isso tudo. A gente ficava meio perdido. Por exemplo, raramente se tinha oportunidade de dar informes de Rio de Areia, porque sempre era colocado como uma coisa de segundo

Foto Carlos Eduardo Coelho



1984: usucapião, uma solicitação permanente

plano, porque os lavradores daquela área, com quem nós trabalhávamos não participavam das lutas atuais e também apoiaram o golpe de 64. Por isso nunca se discutia a situação dessa área. O informe que se dava era a luta do Núcleo Agrícola, o que vai ser feito, vai haver uma assembléia de lavradores, vai ter eleição no sindicato, etc... Exatamente porque aquelas pessoas ainda não se conheciam, bem, acho que ainda não estavam com um mínimo de segurança para propor outra discussão. Não que não quiséssemos discutir isso, mas o que não queríamos era limitar o trabalho baseando a análise da área levando somente em conta o que dizia respeito aos lavradores organizados. Era preciso ampliar o nosso universo de compreensão de toda a área rural.

Rafael — Bom, acho que um dado bem interessante nesse tipo de grupo tão eclético é que havia um certo “estranhamento” institucional, um certo, “pisando em ovos” para discutir, um certo receio de ferir suscetibilidades institucionais; não se sabia até que ponto a CPT e a Igreja Católica eram uma coisa só, até que ponto o Centro Comunitário Metodista estava preocupado com os católicos, até que ponto o CEDI assumia a identidade ecumênica ou se subordinava à Igreja Católica que o trouxe ao grupo. Neste momento, questionar ou não questionar as idéias de alguém, poderia implicar em questionar as idéias da instituição que esse alguém representava. E esse negócio tinha peso.

Cadu — Creio que essa insegurança que tínhamos em relação a que tipo de trabalho queríamos desenvolver, esse estranhamento entre as instituições deixava a gente numa posição às vezes assim: a CPT colocava uma questão concreta, como, por exemplo, a necessidade de encaminhar uma luta do Núcleo Agrícola; o governo estadual tinha que ser contactado. E aí, a gente ficava meio assim: “bom, poxa, não é bem isso não, mas se a gente disser que não é isso, a gente vai parecer meio esquisito; que negócio é esse: a gente vai se negar a encarar uma luta dessa, o que a gente está fazendo aqui então? Nós estamos jogando contra o movimento?” Às vezes a CPT falava: “Nós vamos ficar aqui parados, esperando, só conhecendo? Lavrador é lavrador, a gente sabe o que o lavrador precisa.” Esse tipo de discurso era feito. Então, como a gente ainda não tinha certeza e segurança do que queria, qual era nosso projeto, não nos negávamos a isso.

Domingos — Sobre esse assunto do projeto comum eu ainda acrescentaria que primeiro, como eu já tinha falado, a CPT já tinha presença na área mas não via Igreja Católica local. Quer dizer, a presença da CPT na região de Xerém era uma presença, enquanto Regional, anterior ao projeto ecumênico. Na época o padre que estava em Xerém era refratário a todos os problemas sociais e a CPT entrou por outros contatos e não através da Igreja Católica. Parece que na época das eleições sindicais alguém da CPT procurou a Igreja Metodista para sensibilizar os membros; houve uma reunião de sensibilização com a juventude da Igreja Metodista de Mantiquira. Esse é um dado. Outro é que essa primeira reunião de Xerém foi convocada pela Igreja Católica, sem nenhuma conversa anterior entre padres e pastor metodista. Mesmo no decorrer dessas reuniões, nunca houve um acerto da nossa parte, católicos e metodistas da área, sobre o que nós queríamos com esse trabalho.

Jairo — Existiu uma outra relação que eu gostaria de incluir neste momento. O próprio tratamento que o Núcleo Agrícola Fluminense tinha com a

gente era muito de envolvimento, mesmo porque eles não tinham clara a diferenciação entre o que era a CPT e o que era a Pastoral Ecumênica da Terra. Então, nessa época, a gente, mensalmente, ia às reuniões do Núcleo Agrícola Fluminense (últimos domingos do mês) a que éramos convidados. E fomos realmente a muitas reuniões. O envolvimento era tal, até por parte dos lavradores em relação à gente, que chamavam a gente para secretariar a reunião. No começo da assembléia o presidente chamava: "chama o fulano da Pastoral da Terra para secretariar a reunião". Ficava uma situação meio ruim, porque não se discutia a nossa posição. Não era bem isso, a gente dizia, estávamos ali para dar assessoria, para ajudar em alguma coisa etc... e assim em algumas reuniões a gente chegou até a secretariar o NAF.

Rafael — Acho que podíamos começar a falar do processo de discussão que houve no grupo, uma discussão sobre a identidade. Nessa coisa de não se discutir muito informes, de se ter informes e encaminhar trabalhos, com os indefinidos querendo conhecer e discutir questões do trabalho, houve um momento nos meados de 83 em que se ganhou espaço naquela reunião para o levantamento de questões sobre o trabalho. E uma questão muito forte que surgiu, por exemplo, na área de Rio de Areia, foi a de qual era a identidade que aquela equipe deveria apresentar aos lavradores. Tamos lá eu do CEDI, o Ernesto do Centro Comunitário, o padre Domingos da Igreja Católica, e nos apresentávamos em nome de um projeto comum, mas, ao mesmo tempo, éramos pessoas diferentes, de instituições diferentes, que projeto comum era esse? No final das contas éramos o que os lavradores ouviam falar que existia, éramos a CPT. Qual é a identidade desse grupo? Nós somos o quê? Estamos reunidos em nome de quê? Foram estas as questões levantadas no grupo.

Domingos — Em 83, quando se começou a discussão da identidade do grupo, cobraram de nós, padres, o que a Igreja pretendia com esse trabalho. E nós de fato não tínhamos discutido. O pessoal católico, em algumas capelas, já tinha uma expectativa em relação à Pastoral da Terra. Quando houve o conflito de Penha-Caixaão, eu levei Mariazinha e Sebastião, que agora estão aí trabalhando conosco, para participarem de uma reunião. Tínhamos conversado: "Poxa, nós precisamos fazer alguma coisa; precisamos começar a reunir o pessoal das comunidades para discutir isso", mas não se falava nada de projeto ecumênico. A gente sempre compreendia que nós da Paróquia tínhamos que formar um grupo preocupado com o problema dos lavradores. Havia gente na expectativa de que houvesse uma reunião de membros da Igreja sobre o problema da área rural. A mesma coisa em São Lourenço e em Santo Isidro. E a gente falava mesmo de Pastoral da Terra. Mas não era CPT, que o pessoal não conhecia nem uma proposta ecumênica.

Bittencourt — A Igreja Católica não tinha discutido o assunto?

Domingos — Nem Igreja Católica, nem Metodista, nem as duas em conjunto. "Afinal de contas o que vocês querem?" questionava-se.

Cadu — Queríamos trazer pessoas da Igreja Metodista mas ficávamos segurando, porque a discussão era uma discussão tão complicada e o clima estava tão acirrado dentro do grupo, que eles acabariam se perdendo.

Rafael — Convém falar um pouco sobre o período de discussão da identi-

Discutindo um projeto único e respondendo a solicitações de apoio: problemas e avanços

dade e sobre a relação que se passou a ter com o movimento social, a partir da ocupação, pelos lavradores, da fazenda da América Fabril.

Jairo — A gente resolveu o seguinte: participar num possível auxílio aos lavradores, se fosse necessário, especialmente em algumas coisas que “pintassem” na conversa com os ocupantes da fazenda América Fabril. E eles nos pediram ajuda em forma de assistência jurídica, coleta de alimentos, que eles precisariam, principalmente nos primeiros dias de ocupação. A fazenda foi ocupada e no segundo dia a América Fabril já tinha tomado ciência e providências. A primeira providência foi ir à delegacia de polícia. O delegado policial chamou algumas pessoas e alguns lavradores para irem à delegacia a fim de tomar ciência do que estava ocorrendo na área. Nesse momento, a gente fez contato com a Secretaria de Justiça, Secretaria de Agricultura, para que nenhuma medida violenta fosse tomada contra os lavradores. Quando o pessoal do governo tomou ciência dessa ocupação, eles se preocuparam com o caso e resolveram acompanhar de perto o processo.

Cadu — Tem um fato importante: todo o processo de ocupação já estava pré-definido pelas lideranças dos lavradores: quais as etapas, que medidas deveriam tomar. Por exemplo, no caso de não poderem ficar lá — e eles já calculavam que isso ia acontecer — eles iriam acampar na beira da estrada, a fim de tentar sensibilizar a população e as autoridades para o problema deles.

Rafael — Uma coisa tipo Ronda Alta.

Cadu — Nós estivemos no local da ocupação e constatamos que eram 76 famílias, sendo algumas dali de Xerém, outras de desempregados de áreas vizinhas, lavradores sem terra há muito tempo, etc. Só os lavradores mais antigos, que lideravam os trabalhos é que discutiam o processo de ocupação. Não havia discussão entre os ocupantes sobre que tipo de luta eles iriam enfrentar, sobre as dificuldades que eles teriam, as possibilidades daquilo dar certo ou não, as pessoas foram pela necessidade que tinham de estar lá, foram sem compromisso para ver no que ia dar.

Jairo — E acreditando muito.

Cadu — É, exatamente, as pessoas achavam que aquilo ia dar certo. Apoiando ou não, não poderíamos ficar alheios àquela situação. Outra coisa também foi o fato de se ter escolhido a terra da América Fabril, acho que a expectativa que esse pessoal tinha era de que o apoio da Igreja Católica seria muito grande. Certa vez em que nós fomos visitar o acampamento deles, via-se realmente o estado miserável das pessoas, praticamente passando fome. A comida que eles tiveram foi a que nós arranjamos. Mulheres e homens ali debaixo do barracão acreditando desesperadamente que aquilo ia dar certo. Decidimos então fazer contato com a Secretaria de Justiça.

Bom, o secretário de Justiça nos recebeu muito bem, ele porém não podia tomar qualquer atitude sem consultar também a Secretaria da Agricultura, então foi marcada uma reunião com as duas secretarias.

Jairo — Mas, antes dessa reunião, teve um fato também importante: a ida à delegacia. Na época fui, com alguns lavradores, à delegacia e foi também um assessor do secretário de Agricultura. Quando chegamos, já estava lá o advogado da empresa querendo dar entrada com uma notícia-crime, para

instaurar um inquérito policial do esbulho possessório. Aí tivemos uma reunião em que ficou definido o seguinte: o delegado ia engavetar aquele pedido de instauração de inquérito policial e a coisa ia se dar a nível de governo de Estado, para que não se tomasse nenhuma medida a nível policial. O delegado mesmo assim insistiu em fazer a ficha das pessoas, dos lavradores que foram até a delegacia de polícia. O pessoal ficou meio “assim”, então eu falei: “se tiver que fazer ficha de alguém, então é melhor ir lá e fazer de todo mundo, que ninguém aqui na delegacia de polícia é responsável de organização, nem de nada. Todo mundo está junto, não existe nenhum responsável por isso. Foi o povo que resolveu espontaneamente entrar nessas terras, então não é justo que algumas pessoas respondam por todo mundo”. Aí o assessor da Secretaria de Agricultura também interveio e garantiu que ninguém fosse fichado e nem se tomasse qualquer medida policial.

Cadu — Lá na Secretaria de Agricultura estivemos representantes dos lavradores, gente da Secretaria de Habitação e Trabalho, gente da Secretaria de Agricultura, o advogado da empresa e nós. Na reunião o governo estadual já chegou discutindo com a CPT, o que pareceu ser fruto de experiências anteriores entre eles. Nós ficamos tentando intermediar, jogando a questão sobre o problema social das famílias: “Nós não estamos aqui para discutir se esse tipo de ação dá resultado ou não dá resultado, nós sabemos é que há uma situação concreta: 76 famílias carentes numa determinada área e é preciso encontrar uma solução. A gente não pode colocá-las na rua agora — de volta”. O advogado da América Fabril insensível: “dou 48 horas para vocês saírem, se não, vou mandar a polícia federal tirar vocês”. Toda hora ele falava em polícia federal, porque nas terras da América Fabril o maior acionista é o Banco Central. A fábrica está falida, e o Banco Central assumiu, daí eram terras do governo federal. E ainda aconteceu que a CPT começou a querer aproveitar aquela discussão para combater o governo estadual. Então ficou uma discussão entre, principalmente a Secretaria do Trabalho e Habitação e a CPT, numa discussão eminentemente política, e os lavradores desesperados e nós querendo dar um jeito, e o representante da Secretaria da Agricultura parecia que também queria uma solução mais no sentido, de resolver o problema daquelas famílias, e, no final, não teve jeito mesmo: 48 horas para as famílias saírem, e a Secretaria de Agricultura fez uma reunião com todas as famílias para ver o que que seria feito.

Jairo — Bom, mas ainda nessa reunião na Secretaria notávamos que o governo estadual também não podia fazer muita coisa, eles estavam de mãos amarradas pelo que afirmaram concretamente: “Bom, a gente não pode apoiar essa ocupação pelo seguinte: se a gente apóia, no dia seguinte vai haver intervenção no Estado, porque a legalidade está do lado da América Fabril”. Discutimos muito a questão legalidade/legitimidade, mas o que prevaleceu mesmo foi a legalidade e não adiantava a justiça da ação deles. Aquela fazenda estava parada, as famílias precisavam de terra para trabalhar, para cultivar, mas isso não resolvia o problema, porque os instrumentos jurídicos da lei estavam com a América Fabril. Tinha ela toda a documentação da fazenda em dia. E ainda havia um representante do INCRA que foi totalmente omissivo, não falou nada.

Fotos Carlos Eduardo Coelho



Foto Rafael Soares de Oliveira



Ocupação da terra em 1985
(acima)

Ocupação da terra em 1986
(à esquerda)

Desafios permanentes de
apoio aos lavradores

Domingos — Parece que o efeito da notícia de ter que abandonar as terras não foi o que a liderança esperava, porque os lavradores queriam deixar as terras naquela mesma noite.

Rafael — Quando a comissão que tinha ido discutir com o governo, deu a informação aos ocupantes que havia uma contestação e que não poderia continuar a ocupação, a reação do pessoal foi bem diferente daquela que a liderança esperava. A liderança esperava continuar a luta, saindo dali para acampar na beira da estrada, etc, mas o pessoal quis sair e se dispersar imediatamente. Foi nítida a defasagem de discussão entre a liderança e os outros.

Cadu — Não precisaram de 48 horas. No dia seguinte eles saíram.

Rafael — As pessoas saíram e foram para o salão da paróquia, na expectativa de uma reunião com o representante da Secretaria da Agricultura que tinha sido marcada. A Secretaria prometera discutir com as pessoas alguma solução lá com os representantes das famílias, a gente notou se tratar em grande parte de desempregados que tinham arriscado mesmo, foram ver no que ia dar. Alguns eram filhos de camponeses que nunca tinham trabalhado e resolveram arriscar. A reunião começou pelo cadastramento do grupo de pessoas que lá estava. Uma inscrição feita pela Secretaria da Agricultura. E uma conversa sobre as possibilidades de se obter terra para aquelas pessoas. Havia uma proposta da Secretaria da Agricultura de logo que fossem descobertas terras sem proprietários se informaria aquele grupo listado ali. Pela ação discriminatória se procura descobrir quais as terras que são do Estado por terem sido lesadas em algum processo de grilagem na Baixada Fluminense do Estado do Rio e etc. As pessoas que estavam ali, basicamente tendiam a concordar com a proposta, mas uma das lideranças mais antigas discordou desse desfecho e se desentendeu com o representante da Secretaria, o qual acabou se retirando do salão. Esse fato acabou com a reunião, o pessoal se desmobilizou. Posteriormente parece que foram procurados pela Secretaria de Agricultura com uma terra em Italva (Campos-RJ) a qual havia sido levantada como terra do Estado. O Núcleo Agrícola assumiu os contatos, em nome dos lavradores. Os desdobramentos seguiram por aí.

Cadu — A gente não tem muita informação sobre como está lá em Italva. Algumas pessoas dizem que foi “enganação”, que o pessoal que foi para lá está abandonado, outras informações que a gente tem dizem que não, que eles estão lá com incentivo do Estado, estão plantando e já estão colhendo o que plantaram...

Bitá — Eu acho que esse episódio da ocupação encerra este ciclo do processo. Daí por diante o grupo passa a definir questões de identidade e começar uma fase nova ou não?

Projeto definido

Rafael — Fez-se, de fato, uma primeira definição, inclusive retomada depois da ocupação. Foi a partir dela que chegamos a definir qual seria a postura do grupo. Essa primeira definição falando sinteticamente era o seguinte: o grupo definiu qual era a sua intenção de trabalho. Era um grupo que tinha uma preocupação ecumênica e que tinha se constituído para conhecer a região e chegar a formular um projeto. Tal projeto deveria ser formulado através da discussão com os membros das Igrejas. Isso a partir

de informações nossas e das próprias pessoas da região sobre a realidade social de lá.

Cadu — Acho que chegamos à conclusão de que não tínhamos um projeto pronto; isso foi o grande bizu da coisa. Não tínhamos um projeto para chegar às Igrejas e dizer: “Olha, esse é o projeto da Pastoral”. O que a gente tinha era um grupo de assessores que tinham passado um determinado tempo visitando a área e conhecendo-a embora de forma meio distorcida. A contribuição da gente seria, como se falou, envolver as pessoas da Igreja com a problemática daquela região, mais ou menos rural e urbana, com uma tendência ainda maior para rural. Daríamos instrumentos, informações a respeito daquela realidade, e da história daquela área, para que, com isso, juntos, os membros das Igrejas, padres e pastores discutissem com a assessoria do CEDI e do CCDC o projeto de trabalho pastoral. Daí a necessidade de envolvimento das Igrejas.

Rafael — Definimos que esse seria o objetivo do grupo. Nesse caso não tinha sentido nenhuma identidade externa, como pastoral da terra ou não, como uma entidade de educação popular ou coisa semelhante, porque nada havia sido discutido com as pessoas das Igrejas, elas não sabiam nem o que estava acontecendo. Por isso não se podia dizer que era um trabalho pastoral. No entender do grupo, um trabalho pastoral tinha que passar pelos membros das Igrejas, em que eles se envolvessem. “Quem tem pastoral são as Igrejas e cadê as Igrejas nesse trabalho?” Pensávamos assim. Essa identidade norteou a nossa postura diante da ocupação. Víamos uma ocupação que era uma realidade gritante, as pessoas de fato, sofrendo desemprego, passando fome, precisando de terra e podendo trabalhar. E vimos que era possível dar apoio. Por outro lado víamos que não deveríamos dar esse apoio como entidade pastoral ou coisa assim, mas apoio como Igreja, Igreja Católica ou Metodista, um apoio de retaguarda, que garantisse que não houvesse problemas maiores naquela ocupação, que garantisse uma certa infra-estrutura, coisas tipo comida, não repressão, coisas assim. Era um tipo de apoio possível considerando que os membros das Igrejas poderiam discordar de outro apoio, porque não reconheciam esse grupo como representante de nada.

Cadu — Acho que o Domingos teria um pouco a dizer sobre esse projeto de ocupação, a dificuldade de a Igreja de repente estar envolvida no apoio a uma ocupação. Você mesmo não sentia dificuldades entre os membros da Igreja de discutir isso? Lembra-se dessa complicação?

Ernesto — Quando se estava falando da questão de identidade que era também de legitimidade, não era uma discussão de identidade só para poder pôr no papel bonitinho, era de fato uma discussão que achávamos séria, a questão de que a pastoral é de Igreja. Nós do Centro Comunitário, mesmo sendo um projeto ligado à Igreja Metodista, não falávamos em nome da Igreja Metodista local, de Xerém. Nós não éramos membros da Igreja local, logo era muito mais uma questão de legitimidade mesmo. Acho que esse fato de as Igrejas apoiarem a ocupação, estarem junto aos lavradores reivindicando questão de terra, etc., é muito importante. Nós não tínhamos projeto como a CPT. Entramos num processo de construção de uma pastoral, que imaginávamos seria num período mais ou menos curto. Conheceríamos a realidade e por aí queríamos provocar a aproximação das duas Igrejas.

Domingos — Bom, em cima então da colocação que me pediram, aquele problema eu senti na semana da ocupação. Estávamos tendo um curso para formação de ministros leigos da Igreja Católica, eram umas trinta pessoas, e aconteceu a ocupação. Quando avisaram, “está sendo ocupada uma terra aqui”, as pessoas fizeram uma série de perguntas: “quem é que está ocupando? de onde vieram? como é que foram reunidas? de quem é a terra?” Naquele momento não podíamos informar muita coisa porque não sabíamos, mesmo assim, nós dissemos: “é um problema social que está aí e nós temos, como Igreja, que responder a isso, fazendo uma reflexão séria sobre o quadro”. Ficou uma coisa meio esquisita, quer dizer, se a gente diz que é a Pastoral da Terra que está dando um apoio, ou que está acompanhando, quem é a Pastoral da Terra? É o grupo de assessores que vem do Rio? Não havia nenhum membro da Igreja que pudesse falar. Houve depois membros da Igreja que souberam da ocupação, nos viram lá etc. Então uma das preocupações nossas, uma delas era essa que não poderia ser uma Pastoral da Terra feita só por pastores, padres e agentes externos. Teria que ser dos membros da Igreja.

Rafael — Por que não poderia ser o padre sozinho? Chamar o padre e o bispo e irem os dois sozinhos lá?

Domingos — Até poderia ser, o pessoal espera de um padre “progressista” que ele vá apoiar a greve, a ocupação, formular a Pastoral da Terra etc... E o pessoal poderia aceitar e até encontraríamos pessoas que estivessem do nosso lado. A nossa preocupação é se seria algo eficiente ou não, assim como o nosso antecessor era refratário ao movimento social, poderia ser que depois que nós saíssemos da paróquia, viesse um outro também dessa linha e então em que medida o pessoal das comunidades iria reconhecer a Pastoral da Terra como algo que fosse delas mesmo? Algo legítimo da Igreja, que haja essa participação social, que o Evangelho exige que se apoiem os movimentos sociais? A nossa preocupação era muito essa: não bastava o apoio do padre, era preciso que os membros das comunidades discutissem, conhecessem as preocupações dos lavradores, conhecessem até esses movimentos que estavam em curso, como é que eles viam isso tudo. Nós achávamos que era melhor que o processo fosse logo participado e assumido por eles. Nós da paróquia procuramos respeitar o processo do grupo ecumênico em certa medida. Não provocamos nenhuma reunião de membros da Igreja, para discutir o problema da terra, nenhuma. Compreendemos que o grupo estava se definindo. Não fizemos um trabalho paralelo de formar gente para a Pastoral da Terra, nada disso. Ficamos sempre esperando que o grupo definisse o seu projeto.

Cadu — Acho que é importante esse dado. A gente que trabalha com Igreja conhece que normalmente a Igreja já tem um projeto pronto, para esse tipo de prática. Por mais progressista, democrático que seja o pastor, ou padre, é muito difícil de acontecer o que aconteceu lá, em Xerém. Ou seja, o padre, mais especificamente o que participou desse processo todo, participar como um do grupo. A gente até estranhou esse tipo de prática tão difícil, que nós cobramos do Domingos, uma postura diferente. Há um vício que se acaba adquirindo em termos de postura em vista da autoridade e poder que o padre ou o pastor detém: em determinado momento ele fala mais alto ou fala aquilo que vai ser determinado. Isso não ocorreu naquele grupo. Acredito que talvez tenha retardado um pouco, mas, por outro lado, se ganhou muito em qualidade. Não houve uma pes-

soa, ou uma instituição que se destacou em termos de dar a palavra final. Foi uma compreensão e uma construção de uma coisa em conjunto mesmo.

Domingos — Eu achei que foi bom o tempo de um ano, do lado católico e da minha parte pelo menos. Foi bom para amadurecer a idéia que a gente faz de agente da Pastoral. Eu conversei alguma coisa neste sentido, por causa do trabalhado em Santo Antônio, onde católicos se estavam envolvendo. Se deveria ter uma capacitação para agentes de Pastoral da Terra, ou não, como é que era isso. Por isso acho que foi bom, não que se tenha isso já claro, mas pelo menos não se fez nos moldes tradicionais, a coisa foi acontecendo aos poucos. A gente não deixou as comunidades católicas, sem conhecerem todo o processo. Em pequenas doses a gente ia lançando através do Informativo da Paróquia a questão dos lavradores, como nós víamos, naturalmente. A gente informava sobre a situação das áreas. Sobre o caso da ocupação a gente também fez um relato e sempre tentando colocar questionamentos, sobre o que nós devemos fazer como cristãos, de forma que o pessoal não ficou alheio totalmente. Sabia que havia um grupo que se reunia e que estava pensando na Pastoral da Terra, que havia problemas candentes. E eu acho que serviu um pouco de motivação para alguns católicos, pois quando foi convocada a primeira reunião da Pastoral da Terra, o pessoal já tinha um ano que estava ouvindo falar do assunto.

Cadu — Lá na Igreja Metodista, não aconteceu dessa forma. Primeiro que o pastor participou muito pouco desse processo todo, por problemas de tempo e depois sofreu um acidente de carro, ficou um tempo totalmente afastado e não houve quem fizesse ou quem tivesse a legitimidade para fazer o trabalho com a Igreja. O Centro Comunitário tentou suprir isso de alguma forma. Tivemos umas duas ou três reuniões com o pessoal mais jovem da Igreja, estivemos também na Escola Dominical para conversar, mas a gente sabe que é diferente esse tipo de discussão quando ela faz parte dos mecanismos da Igreja, do dia-a-dia da Igreja.

Ernesto — A ocupação foi no final de julho, começo de agosto, havia mais ou menos uma reunião por mês. Em setembro, outubro e novembro foi quando se discutiu, afunilou a questão da identidade, resolvida na primeira reunião de janeiro de 84.

Rafael — Quando se definiu uma identidade para aquele grupo, a CPT não assumiu aquela identidade de trabalhar em função das Igrejas do modo que já se falou. A sua preferência estava no sentido de desenvolver as suas linhas de ação já antes iniciadas em Xerém, como o Domingos disse no início. Com isso ficaram no grupo os que formaram um consenso mínimo em torno da identidade forjada. A CPT se autonomizou, ficando liberada para desenvolver um projeto próprio na região.

Gostaria de falar ainda sobre a tensão que produziu a identidade do grupo. Quando resolvemos que aquele grupo não assumiria nenhuma identidade externa de apoio a movimento nenhum, não seria Pastoral de nada apoiando coisa nenhuma, se houvesse apoio seria pelas instituições que já estavam presentes ali, elas davam suas contribuições etc... Gostaria de ressaltar que isso era criticado duramente, como questão de princípio dizendo “que se estava fugindo do pau”. Isso era colocado assim: “o que é isso, vocês não vão apoiar o lavrador? Como é que pode, vou sair daqui, isso aqui não tem luta...” Negando todo esse outro aspecto do envolvimento da Igreja, do que seja Pastoral etc. Não aceitando argumentações,

criticando a tudo como se fosse uma questão de princípio; “nós não temos esse princípio”, como se aquele grupo fosse contra o movimento dos lavradores. Isso coloca qualquer agente numa situação difícil. Se formos ver em qualquer lugar que se façam tais críticas, a um padre, por exemplo, ele se sentirá como se não fosse mais cristão: “pelo amor de Deus, o que que é isso, não sou mais cristão, então não vou estar no sacrifício pelo povo”, então pode surgir uma confusão. Imagine esse tipo de discussão entre uns que tenham menos e outros mais experiências, e os acusados sejam os de menor experiência. Podem surgir confusões incríveis.

Cadu — É, acho que o mais importante nisso tudo é colocar que não mais existe para nós aquela angústia sobre o que é a Pastoral, de quem é, de quem não é; pelo menos está mais claro para a gente que existe um grupo de trabalho, de assessoria mesmo, formado pelas igrejas que estão participando, o CEDI e o CCDC, e existem pessoas que, essas sim, são a Pastoral, que são membros dessas Igrejas ou não necessariamente, mas participam das Igrejas e estão preocupados com esse tipo de visão que foi colocado, que o fórum de decisão sobre os rumos dessa Pastoral é mesmo a reunião entre essas pessoas. Mas, acredito que esse tipo de visão do que é a Pastoral ainda está um pouco confuso para muitas pessoas lá da área mesmo, que ainda não conseguem distinguir isso. Creio que há um núcleo razoável de pessoas que compreende a Pastoral dessa forma, como sendo eles a Pastoral e a gente aqui auxiliando esse trabalho. Entretanto, penso que alguns ainda têm essa visão de Pastoral: “A Pastoral veio aqui para fazer isso e a gente vai ajudar”. Sobre isso ainda vamos falar mais.

O PROJETO EM ANDAMENTO

Rafael — O grupo que continuou em 84 resolveu dar início a um processo de consulta aos membros das Igrejas, de início a Igreja Metodista e a Católica, que participavam mais, para ver o que poderia ser um projeto ecumênico dando ênfase à questão da terra. Colocamos isso em discussão pensando também em termos ecumênicos, que poderia ser ampliado para outras Igrejas que faziam parte de Xerém.

Cadu — Com a intenção de jogar isso nas Igrejas e passar para elas o que a gente tinha acumulado durante esse tempo, a gente pensou em programar um encontro, o primeiro em que pretendíamos apresentar um painel sobre tudo o que foi esse ano que se passou conhecendo as áreas, os problemas, e dados históricos do que teria acontecido naquela época. Depois acho que reformulamos um pouco isso, o primeiro encontro acabou não sendo exatamente assim, a gente não chegou a fazer um histórico sobre as lutas que aconteceram na área, falamos dos locais, das áreas, dos problemas, etc... Quer dizer, os objetivos desses encontros e dessa nossa volta para a Igreja seria que os cristãos ali reunidos refletissem sobre sua prática vinculada a seu discurso religioso, à sua fé e que pudesse ser feita uma relação natural e direta entre essas duas coisas, uma vez que, em alguns momentos, principalmente no meio protestante, a separação é muito grande. E a gente já com alguma coisa da realidade na cabeça, entendendo que era mais a linha pentecostal que ditava mais ou menos o comportamento das pessoas, sabia que isso seria uma coisa muito presente. A preocupação da gente era essa de refletir, discutir em cima das coisas concretas que esta-

vam acontecendo, ver que ligação, que relação isso tinha com a fé das pessoas que estavam ali e se isso mudava a vida das pessoas ou não.

Jorge — O primeiro encontro fugiu da proposta inicial, exatamente porque as pessoas que foram ali não estavam dentro dessa visão. A visão das que estavam ali (havia bastante gente das duas Igrejas) era exatamente participar da reunião da Pastoral para se falar do que estava acontecendo em cada área, na sua comunidade e o que cada um estava vivendo em termos de trabalho.

Rafael — Acho que podemos falar das dificuldades que fomos tendo para começar esse trabalho na definição mesma do encontro. Depois emendamos com as dificuldades em geral. Definimos quem achávamos que deveria participar desse tipo de consulta, conversa, etc., Fizemos a opção clara de que as pessoas que deveriam estar nessa primeira conversa seriam pessoas que já tinham uma preocupação em termos mais gerais com o trabalho de Igreja, pessoas que fossem líderes de comunidade, de capela, de congregação, pessoas de Igreja. Mas fizemos uma opção de que fossem pessoas que tivessem condições de pensar uma organização de trabalho fora do nível local de uma capela, de uma congregação, mas pensar em nível geral, de uma organização geral em termos das capelas de toda região e não restrita a sua participação local. Achamos que era importante que as pessoas tivessem essa capacidade de pensar isso tudo junto, porque assim elas teriam mais autonomia para poder discutir.

Cadu — Tivemos uma preocupação de no primeiro momento ter um certo consenso, ou identidade, entre essas pessoas que estariam ali. Preocupamos, por exemplo, em não convidar antigas lideranças dos lavradores, porque a gente temia (como de fato aconteceu, na única reunião em que alguém do Núcleo Agrícola esteve) que os discursos e as preocupações fossem muito diferentes e que então pudesse dar uma certa confusão para as

Fotos Carlos Eduardo Coelho



Os encontros ecumênicos de 84: momentos de reflexão sobre fé e vida

pessoas de Igreja. A gente imaginava o que seria, com membros de uma Igreja Metodista sem experiência de trabalho político juntos com católicos diante de alguém que fala da luta dos lavradores, da luta armada, que houve e que conta as experiências dessa época da resistência. Isso podia assustá-los. Assim foi pensado no primeiro encontro: "Vamos chamar pessoas de Igreja que tenham preocupação de se desenvolver num tipo de trabalho

na comunidade ou de discutir a função da Igreja no mundo, na comunidade, na sociedade, vamos juntá-las e conversar”...

Rafael — Isso, não se deu exatamente assim no primeiro encontro. Porque houve um convite muito geral. Foi um pessoal que vai à Igreja que participa da comunidade mas não é líder de comunidade. Não sei até que ponto isso foi um problema, mas eu acho que não conseguimos colocar logo em discussão esse negócio do que é o trabalho ecumênico, o que é trabalho pastoral, quem é a Pastoral, etc... Mas, ao mesmo tempo, surgiram colocações bem interessantes. Logo no primeiro encontro. As pessoas percebiam com clareza a importância da reunião ser ecumênica. Alguns frizaram muito isso, a importância de estar ali reunidos cristãos de várias Igrejas e a relevância disso para a fé, e até destacaram o que era específico da reunião por ser pastoral.

Cadu — A gente colocou mais ou menos a situação rural, como é que era a situação da terra e a que uma grande parte nem tinha acesso. Nesse primeiro encontro falou-se dos problemas de Xerém em geral falou-se dos problemas urbanos de saneamento, etc...

METODOLOGIA GERAL

Jorge — Já no primeiro ficou definido que não era um encontro de trabalho, de encaminhamento de problemas, de soluções, de reivindicações, nada disso. Era um encontro, como foram os outros a seguir, que tinha um caráter devocional, que era o que juntava, que congregava as pessoas ali, e as atraía mesmo. Nesses encontros houve um momento, em que demos informes do que estava acontecendo nas áreas, dos problemas que estavam acontecendo em Penha-Caixaão, São Lourenço, e isso motivou as pessoas a falarem de suas comunidades, dos problemas que estavam acontecendo nas suas comunidades. Daí esses encontros começaram a ter esses dois momentos, mas a gente sempre teve a preocupação de que por ser um encontro de pessoas de Igreja, devia haver um momento devocional e, depois, uma parte de encaminhamento de problemas de todas as comunidades.

Os encontros

Domingos — Uma preocupação nossa era a seguinte: nós tínhamos algum conhecimento da área e que eles também tinham porque já viviam lá há bastante tempo, por isso era importante que o encontro, ao mesmo tempo em que apresentássemos aquilo que ficamos conhecendo nesse ano de idas e vindas, que eles também tivessem oportunidade de colocar como eles viam a coisa.

Bitá — Como é que foi feito o convite para esses encontros, era por escrito, quem assinava isso, como é que era o negócio?

Domingos — O convite foi feito por escrito e assinado por mim e pelo Melquias, em nome das duas Igrejas.

Jorge — Foi divulgado nas Igrejas, através de informativos e informações orais. Aconteceu um caso de dois católicos que participaram sem ser convidados pela sua Igreja, mas por um membro da Igreja Metodista.

Cadu — Acho que não daria para a gente pegar encontro por encontro, mas sim as fases por que passaram esses encontros neste histórico. Uma



Reunidos, fazem o levantamento das dificuldades. . .

. . . convívio, reflexão bíblica e perspectivas coletivas de soluções



das coisas que eu lembro, foi uma dificuldade que a gente encontrou, fruto da estrutura montada. Nós tínhamos a intenção de não separar prática da fé pessoal, do envolvimento no movimento social. Mas a estrutura de encontro que montamos reforçava essa divisão, porque tinha um momento devocional, um momento para informes, um momento para discutir esses informes e um outro momento devocional para encerrar. As pessoas vinham, oravam, cantavam, liam a Bíblia, depois iam discutir as coisas que estavam acontecendo em Xerém. Então davam-se os informes das comunidades, trocavam-se experiências de alguns trabalhos que estavam sendo feitos em cada local, discutia-se o que poderia ser feito, reivindicava-se a presença da assessoria da Pastoral numa determinada área para fazer uma reunião sobre o usucapião, isso e aquilo. No finalzinho acabava a discussão e as pessoas voltavam, liam a Bíblia, oravam, cantavam e tal. Bom, depois vimos que isso estava ruim e começamos a pensar uma estrutura de encontro em que as pessoas ao mesmo tempo lessem a Bíblia relacionassem com o trabalho de determinada área, com alguma dificuldade que elas estariam encontrando, e dissessem o que os cristãos achavam o que as igrejas achavam etc. Sem tentar dividir um momento para cada coisa. Aconteceu então que muitas pessoas ficavam

esperando o momento de discutirem os informes, o que estava acontecendo, o que tinha que ser feito, os encaminhamentos etc... No final da primeira reunião, em que usamos a nova estrutura, algumas pessoas perguntaram: "Bom, mas a gente não vai discutir? estou esperando aqui os informes das áreas". Concluimos que, em determinados momentos, nem sempre o que se passava na cabeça da gente, necessariamente se passava na cabeça de todo mundo. A própria estruturação do encontro, tinha que refletir a realidade das pessoas que estavam participando dele e não o que que a gente estava achando que devia ser. Isso não excluía a nossa interferência, a nossa participação, o que não dá é para sermos só nós a interferir e sem que isso seja de uma forma clara e direta.

Rafael — Organizamos o primeiro encontro, e nele as pessoas discutiram que seria importante continuar fazendo outros encontros, mensalmente. Queríamos discutir sobre o que seria uma Pastoral com aqueles membros de igreja, mas, ao mesmo tempo, assumimos uma postura sutil demais. Não explicitávamos exatamente o que queríamos com cada encontro. Era um medo demasiado de influenciar as pessoas, um certo basismo implícito naquilo que estávamos fazendo, e não colocávamos claramente para as pessoas: "vamos fazer um encontro, para discutir isso, essa é a nossa proposta, o que vocês acham?" Quando passamos a fazer isso, num encontro que para nós serviu de reestruturação aconteceram duas coisas: organizou-se todo o encontro em termos devocionais e simplesmente se apresentaram os objetivos, o que se queria discutir. A partir daí as pessoas entraram na discussão do que seria essa Pastoral, qual seria a contribuição delas. Afirmaram que elas também queriam dar uma contribuição, que elas gostariam de participar. Constituir-se então uma comissão para começar a pensar o trabalho de organização dos encontros ecumênicos. Resumindo foram duas coisas: o pessoal quis participar da organização e nós conseguimos usar uma linguagem mais direta.

Jorge — Aconteceu, então, a mudança sobre como as pessoas encaravam os próprios encontros. Nos primeiros dava a impressão, exceções à parte, que as pessoas iam para ver o que o pessoal da Pastoral tinha a dizer. Com a mudança as pessoas começam a sentir, que eles eram a Pastoral. E começam a participar, inclusive pedindo para participar da organização dos encontros.

Quando membros das Igrejas assumem a Pastoral

Cadu — Foi decisivo. Até então, a Pastoral eram os assessores. O padre devia ser o coordenador, o pastor também e os "meninos" dão uma ajuda. A partir desse encontro, foi que tivemos a santa ousadia de chegar e colocar: "Olha, a gente pensou em discutir isso". Escrevemos, fizemos um cartaz as pessoas acharam ótimo, porque elas conseguiam se orientar na discussão.

Jorge — Esse momento marcou inclusive uma definição interna do grupo a respeito de como deviam ser os encontros. Quer dizer, tivemos uma discussão muito longa, muito difícil, até chegar à definição de como deveriam ser os encontros, e que objetivos a gente pretendia com eles. Acho que esses objetivos não estavam claros nos primeiros nem para a gente. Só aí começa a ficar claro para nós e aí podemos passar isso para o pessoal.

Cadu — Nesse encontro queríamos discutir o que era Pastoral, e as pessoas começaram a compreender, que a Pastoral era todo mundo que estava ali. Nós, pessoas que não morávamos ali, seríamos assessores da Pastoral. Nós

também tínhamos interesse de passar para eles a necessidade deles participarem da organização dos encontros. Definimos que no finalzinho do encontro, a gente ia propor que eles participassem da organização dos encontros. Não foi nem necessário, a discussão foi tão boa que eles mesmos reivindicaram isso: "Olha, a gente está achando que a gente tem que participar da organização dos encontros, não tem necessidade de serem vocês que continuem fazendo isso, a gente agora pode fazer, vamos fazer também, juntos". Foi um outro salto de qualidade. A partir de então surge uma comissão, ou comissões, que foram se modificando, permanecendo a mesma base, apesar de algumas pessoas mudarem, para organizar encontros seguintes da Pastoral.

Jorge — Acho importante falar do momento em que começamos a ter contato com pessoas da Assembléia de Deus. Esteve presente um presbítero da Assembléia no encontro ecumênico. Foi uma expectativa muito boa. Ele gostou muito do encontro. Interessava que o pessoal da Assembléia começasse a participar também, porque, nas áreas rurais, tem muitas congregações da Assembléia, ou seja seus membros são especialmente lavradores. Esse presbítero havia indicado que a gente procurasse o pastor presidente da Igreja, para se aproximar dele. A gente até demorou a pensar nisso, até que marcamos um encontro. Era uma tentativa da gente ampliar a forma de ecumenismo abrangendo outras Igrejas e isso é um processo que ainda está caminhando. Pastores, padres da Pastoral fomos visitar o pastor da Assembléia, colocar para ele as idéias. A princípio ele ficou um pouco arredio mas achou interessante a idéia, válida qualquer coisa que pudesse ajudar as pessoas e a situação social da área. Mostrou que, em vista de acontecimentos do passado que desandaram para a violência, era possível que alguns crentes da Assembléia de Deus ficassem receosos, mas ele achava muito interessante e sugeria até uma mobilização de pastores para a questão do desemprego na área. A visão dele era muito de cúpula, pastores com pastores, com padres e etc... Não ficou muito claro esse primeiro con-

Questões: ecumenismo,
inserção metodista,
trabalho urbano

Encaminhamento da questão
urbana: um apelo concreto

Fotos Rafael Soares de Oliveira



tato, mas foi um primeiro que a gente teve com outras Igrejas de forma institucional e não somente com membros de outras Igrejas.

Cadu — Mas eu quero falar sobre uma dificuldade que encontramos e continua até hoje. Normalmente quando se reunia a Pastoral da Terra, tanto para a gente como para quase todo mundo, ficava muito complicado entender que Pastoral da Terra pode ser uma coisa também urbana. Algumas pessoas entenderam isso mas o que predominava sempre nas discussões eram as questões do meio rural, posse da terra, etc. E se pôs uma questão para nós, quem sabe sempre esteve presente: na Igreja Metodista não existem pessoas da área rural, então, o que os metodistas iriam discutir numa reunião que basicamente discutia problemas que eles não viviam?

Bitá — Onde mora o pessoal de Mantiquira?

Cadu — Mora na parte mais urbana do bairro. De certa forma isso está sendo resolvido. Continua muito pouca gente da Igreja Metodista participando. Outra coisa: tinha-se uma visão de que de repente eram muitos católicos e poucos metodistas no encontro. Depois ss entendeu que a Igreja Católica era representada pelas comunidades. Então o que acontecia é que vinham duas, três pessoas, no máximo, de cada comunidade. Da Igreja Metodista também vinham cinco, seis pessoas de uma só comunidade, a única congregação em Mantiquira. Proporcionalmente, a coisa era igual. Havia mais católico do que metodista porque havia mais paróquias católicas do que metodistas. A gente parou de se preocupar. Algumas pessoas vêm assumindo o trabalho na Igreja, e compreendendo dessa forma que se pode tratar dos problemas da comunidade mais urbana e também podem, juntamente com o pessoal do meio rural, desenvolver algum trabalho.

Jorge — Há uma coisa importante para se falar: é que pelo fato da gente ter ali membros de várias comunidades, católicas e a metodista, a gente abrangia uma área de ação muito vasta e de difícil acesso inclusive difícil acesso ao centro mais urbano, Mantiquira. E Mantiquira foi o local defi-

Foto Rafael Soares de Oliveira



Culto ao ar livre. Aniversário da Igreja Metodista em 1986 (Mantiquira — Xerém)

nido para todas as reuniões. Além disso, os que participavam das reuniões definiram o sábado como o melhor dia para as reuniões. Isso dificultava — por ser um dia de ida à feira — a participação de grande parte de lavradores da área rural. Participavam moradores da área rural, geralmente os representantes de cada comunidade rural, que levavam das discussões, informes para as suas comunidades e, em alguns casos, até promoviam reuniões nas suas comunidades com o objetivo de tentar fazer alguma mobilização. Ficou porém uma questão: como é que esse projeto não tem muitos lavradores participando? Depois nos acalmamos quando descobrimos que era um processo, uma caminhada, que aquela ali era um tipo de reunião que pegava basicamente representantes das comunidades para esses representantes depois levarem as discussões para suas comunidades, para as pessoas que não podiam estar ali por diversos problemas.

Jairo — A dificuldade maior para os lavradores participarem, além da distância, era o problema da feira, que eles fazem feira aos domingos e no sábado eles têm que trabalhar para preparar os produtos para levar para a feira. Então isso inviabilizava a participação de boa parte dos lavradores na reunião.

Rafael — Fizemos uma opção em termos da organização do trabalho. Esse grupo de assessoria iria continuar se reunindo separado das pessoas que faziam parte do encontro. Achamos que tínhamos um discurso completamente diferente, levantávamos outros tipos de questões, que se fôssemos colocar tudo no mesmo saco, simplesmente dominaríamos qualquer tipo de discussão. E por outro lado, tínhamos discussões que nem todas as pessoas da Igreja acompanhavam, por não estarem próximos de certas práticas, por não terem uma maior experiência de participação no movimento social mesmo. Optamos por continuar mantendo esse espaço de discussão separado, não um espaço de decisão mas um espaço para a assessoria discutir o processo de trabalho. A gente fez essa opção e está trabalhando assim.

Cadu — É importante falar um pouquinho sobre a dificuldade que a gente mesmo encontrou até de se explicar melhor. Colocar uma coisa que estava na nossa cabeça, que a gente compreendia. Numa reunião numa comunidade onde as pessoas estavam preocupadas com o usucapião, com a posse da terra, ou então com as estradas, o problema da luz, nós queríamos explicar que a Pastoral não era bem aquilo, ou não devia ser bem aquilo, não éramos nós que íamos resolver aquele troço, mas o pessoal queria discutir era usucapião. “Pô, tem um advogado, por que não vai discutir isso?” E a gente realmente ficava embananado e não tinha como se negar a ajudar num problema concreto como aquele. Isso só vai começando a ser sanado mais tarde.

Bita — Como vocês inseriam num quadro geral do trabalho de vocês, esse apoio direto, porque essa questão vai aparecer de qualquer maneira, ela faz parte dos propósitos de vocês? Como é isso na prática? Como é que vocês vêem isso?

Cadu — Lembro que teve uma reunião lá em Santo Isidro que talvez possa exemplificar um pouco o que a gente tem tentado, ou tentou naquele momento fazer em relação a isso. Quando as pessoas lançaram para a gente

Organização para trabalhar e já trabalhando em apoio aos trabalhadores

um problema concreto, a gente não se negou a encaminhar, como o problema de usucapião. Por outro lado, a gente procurou, através da discussão dessa luta concreta, conversar com eles ou lançar a discussão sobre a organização, deles. Dizer que tem sindicato, tem associação de moradores, tem núcleo agrícola, essas coisas existem, elas estão aí. Como todas elas são, para o que servem é uma discussão. Há também a Pastoral Ecumênica da Terra. Tentamos discutir com eles o que eles achavam dessa questão da organização. No caso de Santo Isidro como no caso da Igreja Velha eles discutiram sem a nossa presença. A gente saiu e eles continuaram discutindo a questão da organização. No caso de Santo Isidro foi assim: a gente tinha que ir embora mesmo, e eles disseram: "Tudo bem, vocês vão e a gente continua discutindo isso". No caso de Igreja Velha, eles pediram para a gente não ir, e marcaram uma outra reunião, uma discussão como se fosse uma discussão de família: "Nós vamos conversar aqui depois a gente comunica o que achou, se é interessante o trabalho da Pastoral da Terra, se não é". Quer dizer, tivemos uma reunião primeiro com eles, e eles tiveram outra sem nós.

Jairo — Houve até reuniões em que o pessoal começou a discutir: se deviam ou não filiar-se à Associação de Moradores e ao sindicato: "Bom, para que serve a Associação de Moradores, para que serve o sindicato? O que para nós é mais importante, o que diferencia uma coisa da outra, para as nossas reivindicações o que é mais importante? Não tem como se negar o apoio direto como por exemplo numa tentativa de despejo, num usucapião que precisa ser levado."

Rafael — Houve uma questão que surgiu em algumas reuniões que tivemos, já citadas, de Igreja Velha e de Santo Isidro o que dá para falar melhor a partir da reunião da Igreja Velha. Fomos chamados para uma reunião com

Um problema metodológico:
"O pessoal se sente muito mais à vontade em se organizar numa Pastoral do que num Sindicato"

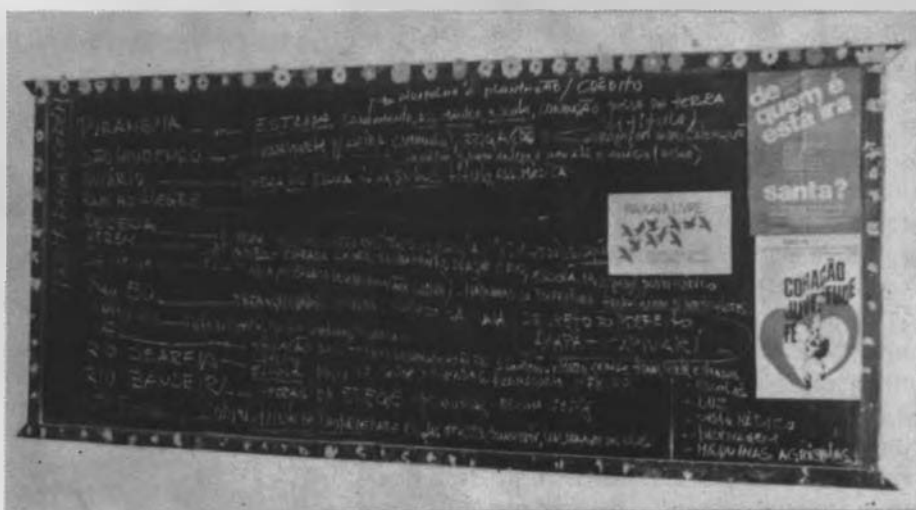


Foto Carlos Eduardo Coelho

Foto Rafael Soares de Oliveira



Foto Carlos Eduardo Coelho



Apoio à ocupação em 1986:
PET e NAF. O Sindicato fica
alheio

1984: reivindicações
prioritárias apresentadas ao
governo estadual em conjunto
com o NAF

os moradores, convocada a partir da participação de alguns membros da-
quela comunidade, no encontro ecumênico mais geral. A reunião tinha
sido convocada para se discutir a questão do usucapião e posse da terra.
E nós mesmos não percebemos muito claro que a reunião já tinha esse tom
específico. Tínhamos uma certa expectativa de que fosse uma reunião

para se discutir a Pastoral, ecumenismo, questão da terra, falar dos problemas, sentir a experiência da comunidade mas, como a reunião já tinha sido convocada com aquele tom, ficava difícil de mudar o rumo da conversa ou não querer enfrentá-la. Tivemos que enfrentar. No caso de Igreja Velha por exemplo, se viu que as terras eram da União e que em termos de usucapião ficava inviável trabalhar. Isso nos pôs a questão de como fazer essas reuniões locais nos bairros rurais, em comunidades. Resolvemos, depois de algumas experiências, que antes de toparmos essas reuniões, era preciso fazer uma avaliação com quem estava convocando as reuniões. Foi uma opção de metodologia que se fez, de sentar com as pessoas que convocavam e ver exatamente o que elas queriam com aquela reunião a fim de podermos saber onde é que estávamos pisando e qual a expectativa de trabalho. Estávamos também preocupados em não acelerar qualquer processo de apoio, por uma questão de legitimidade e da própria construção ou não de uma Pastoral Ecumênica, com uma preocupação de não atropelar um processo de discussão que estava começando e nós tomarmos a frente, fazer apoios etc. Visto que não havia problemas sociais gritantes que tivéssemos a enfrentar, coisas que eram emergentes, não havia um caso de expulsão de ninguém, não havia um caso de agressão a ninguém que talvez trouxessem outra postura nossa, resolvemos não procurar esses apoios, para não atropelar a discussão com as Igrejas na construção de uma Pastoral.

Cadu — É, agora eu acho que isso não está resolvido não.

Bitá — Em termos de estratégia não está resolvido?

Cadu — Estratégia sim. Refiro-me à hora da prática, em que inclusive enfrentamos a discussão na prática. É mais complicada do que dessa forma que estamos colocando. Tem-se a preocupação de não falar em nome de uma Pastoral sem que as pessoas que são essa Pastoral estejam concordando. Seria muito fácil a gente chegar lá, dar apoio a uma luta, mas será que os membros das Igrejas concordariam? No caso do processo de ocupação das terras da América Fabril, se perguntava: “A Igreja, a Pastoral está apoiando? Eu não sei disso, eu não discuti isso”. Outra coisa também é você sair ocupando espaços que não são seus a princípio. As pessoas ligam Pastoral à Igreja, logo é muito mais fácil você entrar numa área do que um sindicato, entrar um núcleo agrícola, entrar uma associação de moradores, porque sendo de Igreja é mais aceito. O pessoal se sente muito mais à vontade em se “organizar”, numa Pastoral do que num Sindicato. O que na prática não conseguimos resolver bem é o seguinte: sindicato pelego, com diretoria interventora desde 64, ninguém mais paga naquela área, porque, por mais que se converse, se discuta com as pessoas a necessidade deles pagarem para votar, a realidade é outra. O cara não vai gastar o dinheiro dele (eles falam isso claramente) para colocar na mão de um cara corrupto, pelego, que não vai fazer nada por ele. Por isso, na hora de votar não tem quem vote, vota sempre um grupinho de pessoas que elege os mesmos. É complicado você desfazer a confusão que as pessoas fazem entre a organização sindical, o sindicato e a diretoria que está no sindicato. É na hora de travar essa discussão que eu acho que a coisa embola. A nossa opinião sobre o Sindicato, sobre a diretoria do Sindicato, tem um peso. As pessoas podem até não levar em conta, mas elas vão parar para discutir, para pensar. Eu acho que a mesma coisa ocorre em relação à associação de moradores. Algumas que são legítimas, estão trabalhando,

outras têm pessoas que somente querem se promover. Acredite que ainda não se conseguiu encontrar uma maneira de conversar, sem que se tenha que ir fazendo campanha de oposição sindical, clara, aberta e definida, somos chapa 2 e acabou.

Jairo — Um exemplo disso. Nós usamos, na área de São Lourenço, um audiovisual sobre a greve dos canavieiros de Pernambuco que colocava a participação do Sindicato, a importância do Sindicato naquela luta que eles estavam travando. Passamos o audiovisual e depois começou a discussão, então as pessoas logo falaram do Sindicato mesmo, como se o Sindicato de Caxias não prestasse, por qualquer razão, e o de Pernambuco não, ali anda mesmo. Quer dizer, fica difícil porque as pessoas que já têm uma opinião formada, não adianta querermos colocar a nossa opinião, fica a opinião deles, nós falamos, eles ouvem, mas não se convencem, a opinião e experiência deles sobre como lidar com o sindicato é que prevalece.

Zé Cláudio — Foi interessante levar essa reflexão a respeito do nosso papel ao grupo da Pastoral quando se reunia para organizar os encontros ecumênicos. Numa reunião tentamos mostrar, através de “slides”, esse aspecto de assessoria, um envolvimento com as pessoas ali para que elas levassem esse trabalho às suas comunidades, às suas realidades. As próprias pessoas se conscientizaram da importância que eles tinham dentro do processo. Alguns colocaram mesmo que anteriormente não entendiam porque estavam ali, que não sabiam ao certo qual era o papel deles ali.

Jorge — É importante frisar que essa é uma questão que não está resolvida, mas começamos a caminhar bastante quando começamos a abranger esse conceito de quem é a Pastoral. A partir do momento em que não estávamos mais indo sozinhos às reuniões nas comunidades, como aconteceu antes mas nos preocupamos em ter conosco pessoas do grupo de representantes das comunidades, e deixamos claro que a Pastoral são as pessoas das Igrejas, a partir desse momento a gente começa a caminhar numa forma de minimizar as diferenças entre assessores e representantes das comunidades sobre dar ou não dar apoio, estar sozinho ou não. Dessa forma a gente já não chega a uma determinada situação e simplesmente resolve dar o apoio necessário, não, a gente vai ter antes de mais nada um lugar de discussão. São poucas pessoas por enquanto, mas que já tornam um pouco mais legítimo o trabalho. Não se dá o fato de “os meninos da Pastoral estão lá, apoiando aquela ocupação ou resolvendo aquela questão de usucapião”, mas algumas pessoas do grupo estão lá e podem participar como grupo mesmo, como Pastoral da Terra dando opiniões e participando como melhor entenderem.

Rafael — Tem uma coisa que eu sinto necessidade de explicitar. Falamos de legitimidade como a preocupação de que uma mudança entre nas Igrejas e que as pessoas comuns que vão à Igreja participem dessa mudança de postura, que discutam. Não se trata de legitimidade no sentido de ter conosco gente comprometida que nos dá cobertura para agirmos. Não é o caso. O caso é, mesmo andando mais devagar do que se pressupunha, uma expectativa estratégica, mais a longo prazo, de mudança, de trabalho com Igreja mesmo. Esta é outra opção nossa de trabalho.

Cadu — E a gente também não pensa em preparar pessoas para conduzirem o trabalho, e a gente ficar só olhando. Aí entra a questão do lento de que se falou, porque se está seguindo o processo natural nas discussões nos gru-

pos. Às vezes se corre o risco de ir à reunião com uma expectativa e a coisa ser completamente diferente. Até pessoas que já têm alguma compreensão de que elas é que são a Pastoral, que às vezes fazem colocações como “se a Pastoral estivesse aqui há mais tempo, talvez o pessoal não tivesse sido despejado, porque a Pastoral ia resolver o problema”.

Rafael — É, não queremos formar um grupo de marginalizados das Igrejas. Chegar e constituir um grupo ecumênico. As pessoas que estão nesse grupo têm também um trabalho dentro das suas Igrejas, têm legitimidade dentro das suas Igrejas, fazem coisas em nome da sua Igreja e com o respaldo das lideranças da Igreja. Não se trata de uma terceira ou quinta Igreja. Isso retoma um pouco da nossa história aqui. Havia da nossa parte, a preocupação de que as pessoas tivessem realmente legitimidade nas Igrejas e representassem as suas comunidades. Inclusive com relação à Igreja Metodista, tínhamos uma preocupação no início, se realmente a Igreja estava assumindo ou não o trabalho, até fazíamos uma certa confusão, queríamos mais gente da Igreja Metodista. Depois chegamos a perceber que aquela era uma reunião de representantes legítimos da Igreja Metodista, tinha o encarregado da ação social da Unidade Cristã, etc., pessoas que estavam representando realmente a Igreja. Nossa preocupação era que a Igreja estivesse informada e participante de fato.

Cadu — Existia uma preocupação da gente em não ter na base os nossos porta-vozes, pessoas que falem aquilo que a gente gostaria que elas dissessem.

Bitá — Vocês puxaram um gancho quando falaram de alguns casos de apoio direto e as dificuldades na prática entre seguir o ritmo de legitimidade nas Igrejas e dar esse apoio. Talvez fosse o caso de vermos agora alguns exemplos que existem de enfrentamentos nessa área.

Relação do projeto com o movimento social: associações e sindicato

Cadu — Um “furo” que a gente cometeu, antes de ter essa visão solidificada, foi o caso de São Lourenço. Na região de São Lourenço a gente foi desenvolvendo um trabalho, desde aquela época das visitas das áreas, e surgiu a necessidade de encaminhar um processo de usucapião. Nessa área de São Lourenço atua o Núcleo Agrícola Fluminense, com o qual temos um ótimo relacionamento, só que o pessoal de São Lourenço, com quem temos trabalhado pelo usucapião especificamente, é o pessoal que na época dos conflitos armados e da resistência aos despejos ali, divergiu dos métodos de luta do pessoal da Associação de Lavradores. Outros ficaram chateados porque — dizem eles — eram obrigados a dar dinheiro para ajudar a luta ou então a participar da luta forçados. Acho que a gente não trabalhou bem porque de repente entramos numa área onde o Núcleo Agrícola era atuante e estava encaminhando outro processo de usucapião na mesma área, com pessoas diferentes. Por mais que esse pessoal seja contrário à política do NAF, nós tínhamos que ter ao menos discutido com eles essa questão, colocar de uma forma clara, para eles poderem ter noção disso.

NÚCLEO AGRÍCOLA FLUMINENSE

Bitá – O que é o Núcleo Agrícola Fluminense mesmo?

Cadu – O Núcleo Agrícola é uma proposta tipo a antiga Associação de Lavradores mais ou menos, tanto que o pessoal da diretoria do Núcleo Agrícola é o pessoal que participou da Associação de Lavradores, são lideranças antigas no movimento, a maior parte deles protestantes, da Assembléia de Deus e um adventista.

Rafael – Eles se sentem numa luta mesmo, como numa guerra. Isto se reflete na sua organização, que funciona meio belicamente, há os que mandam e os que seguem.

Cadu – O NAF é idéia de um personagem da área, o Chico Silva, mais antiga, um pouco autoritária. O Chico é uma pessoa excelente, que tem um tipo de prática, mas é um cara altamente comprometido com os lavradores, acredita naquilo que está fazendo. Mas aquilo me parece uma idéia muito da cabeça dele, de uma coisa mais ampla, a nível de Estado do Rio todo.

Bitá – O nome é isso: Núcleo Agrícola Fluminense.

Jairo – É, o estatuto prevê que o NAF tem uma abrangência estadual.

Rafael – É, quase como se fosse a retomada das antigas Associações de Lavradores no Estado do Rio.

Bitá – Qual é a abrangência do NAF?

Cadu – Atua em Caxias, mais em Capivari e São Lourenço; Amapá tem gente, Penha-Caixaõ pouca coisa, o pessoal andou indo lá mas não tem quase nada; e Nova Iguaçu. Nova Iguaçu é um movimento completamente diferente de Caxias. É um movimento que não sabemos bem como se dá.

Bitá – Agora, esses do NAF se constituíram como uma alternativa ao sindicato? Quer dizer, em função do sindicato que existe lá ou eles são realmente anti-organização sindical?

Jairo – Não, uma coisa que é muito importante aí, o Chico Silva mesmo. Isso foi registrado quando o CEDI tomou o depoimento dele, ele colocou claramente que segundo ele, um dos erros que ele avalia, ocorreu quando eles se tornaram sindicato antes do golpe, acabaram com as associações de lavradores. Depois veio o golpe, teve a intervenção e eles ficaram sem estrutura nenhuma. A questão da associação me parece assim que é uma questão estratégica mesmo.

Cadu – Não sei, porque tem horas também em que ela fala o seguinte: “Se a gente estivesse com a estrutura do sindicato na mão seria realmente muito melhor. Mas parece que ele abdicou de lutar pelo sindicato, não quer nem ouvir falar em sindicato.

Rafael – É, não dá para falar que a diretoria do Núcleo Agrícola é uma posição anti-sindical, ao contrário, porque já fizeram até oposição sindical tentando ganhar o Sindicato. Quer dizer, não é uma proposta alternativa de organização, mas está muito vinculada à oposição sindical também lá em Caxias. Quer dizer, como alternativa ela existe ali em Caxias, mas como proposta regional ou estadual, não me parece que seja para substituir o Sindicato, parece que há uma tentativa de uma definição de coisas específicas para esse núcleo ou para essa associação.

Jairo – Dentro do Núcleo Agrícola parece que o pessoal de São Lourenço tenta fazer um trabalho com o governo do Estado, buscando soluções para os problemas. De certa forma, procuram manter contatos com o governo do Estado, encaminhar reivindicações, não numa perspectiva estritamente partidária. Teve até um encontro em que conseguiram reunir cerca de 300 lavradores na Câmara Municipal de Caxias, chamaram várias autoridades do governo estadual e municipal tentando propor soluções e fazer um trabalho no sentido de tentar resolver certos problemas tais como escola, eletrificação rural, assistência médica, etc., enquanto que em Nova Iguaçu parece que há outra estratégia. É mais voltado para a questão da posse da terra.

Cadu – Então numa situação em que existia uma entidade, a nossa intenção de não encaminhar questões concretas no lugar em que esteja uma organização trabalhando, foi relativizada. No caso da área de Santo Antônio, por exemplo, o Sindicato tinha uma atuação a nível de cooptação de pessoas, levando ao dentista, ao médico etc. Mas, concretamente, na hora de encaminhar o processo de usucapião o advogado do Sindicato pegou o dinheiro dos lavradores e fugiu. Quer dizer, se não entrasse alguém para encaminhar o processo de usucapião o pessoal acabava vendido.

Rafael — Uma coisa é a nossa postura atual, mais clara e de consenso, em relação à atuação junto ao movimento social — com todas aquelas dúvidas que continuam na prática. Mas, não era essa a nossa postura quando começou este trabalho em São Lourenço. Começou no ano passado e nessa confusão de “vamos fazer alguma coisa”, até com um grau de desconhecimento relativo, da ação do Núcleo Agrícola, da própria divergência e de qual o nível de divergência. E, uma certa não avaliação se nós estávamos reforçando uma resistência à ação do Núcleo Agrícola. Até porque não tínhamos claro, na época, o que era esse Núcleo Agrícola, se ele tinha legitimidade entre os lavradores ou não tinha. Nós queríamos andar com os pés atrás, entramos nessa do usucapião em São Lourenço, porque não dava para sair!

1986 — apoio ao debate e à produção:

NAF recebe arado e faz festa

Encontro com 660 pessoas e várias autoridades civis estimulando a participação na conjuntura



REFORMA AGRÁRIA EM CAXIAS



VAMOS DISCUTIR JUNTOS!
SITUAÇÃO DA TERRA NO BRASIL
E EM NOSSO MUNICÍPIO

DATA: 22 DE FEVEREIRO - 14 HORAS
LOCAL: COLÉGIO BARÃO DE MAUÁ
(EM FRENTE A FIAT)

**PROMOÇÃO: PASTORAL ECUMÊNICA
DA TERRA (PET)**

APOIO: CEDI-CCPC-IBASE-BENNETT-CPT-NAF

EDUARDO



“A gente quer isso, vocês fazem ou não fazem?”, era assim a posição dos lavradores, quase como condição para a nossa relação com eles. “Nós estamos aqui, temos problemas de terra. Vocês têm advogado e então vamos conversar a partir daí!” Não foi um processo que foi começado assim: “Está lá isolada a Pastoral e os lavradores. Então está resolvido. Vamos discutir o que fazer?” E aí discordo um pouco do que foi dito. Lá se colocaram todas as questões como: procurar o Núcleo Agrícola, o Sindicato, que, aliás, acabavam sendo procurados. Agora, as discussões foram, na medida da posição política daquele grupo de lavradores, e o que ocorreu foi consequência disso: a diretoria do Sindicato foi procurada e convidada para várias reuniões seguidas e não compareceu. O Núcleo Agrícola foi convidado e esteve presente, mas não foi muito aceito, as pessoas já tinham certas posições em relação ao Núcleo Agrícola, ou seja, estava presente falava e era ouvido como se os lavradores estivessem cumprindo a obrigação de convidá-lo por exigência nossa e que já haviam resolvido que ao final ficariam com a Pastoral, daí deixavam o homem falar para agradar a Pastoral e depois quando fosse embora começaria o trabalho.

Cadu — Em Santo Isidro, o Sindicato foi convidado para as reuniões e nunca foi. E foi o próprio pessoal que convidou. Falaram do levantamento topográfico que o Sindicato fez, em algumas terras, sem aparelho adequado. Numas terras foi feito, noutras não. Pagaram e não tiveram suas terras medidas. Na verdade o Sindicato é a grande cobiça de todo mundo, o Sindicato Rural e NAF, é sempre uma questão “engasgada”. Se de fato houvesse uma estrutura sindical boa naquela área tinha muito que se desenvolver. Mesmo o pessoal que até há pouco tempo pagava o Sindicato e foi delegado sindical e votou na chapa do Adolfo, não confia mais no Sindicato. “Não dá, esse pessoal não faz nada mesmo... a coisa está vergonhosa”... E também não se vê nenhuma iniciativa de fazer alguma campanha de retomada do Sindicato. Parece que o Núcleo Agrícola está investindo mesmo em desenvolver o seu projeto. A gente não quer fazer campanha de oposição sindical, porque achamos que essa discussão deve ser enfrentada. Sobre o Sindicato, Cooperativa, Núcleo Agrícola é que temos um pouco de dificuldade de saber como enfrentar essa discussão na prática. Nem sei se já houve em alguma área alguma discussão dessas. Talvez tenha havido.

Rafael — Lá em São Lourenço se discutiu mais de uma vez a questão do Sindicato, mas uma coisa é a discussão que a gente faz até como “papo”, outra é qualquer decisão dos lavradores no sentido de se organizarem dentro do Sindicato para retomarem a direção. Essa discussão específica realmente não ocorre e não se desenvolve nesse tipo de “papo”. Apenas: funciona, não funciona, o que deveria fazer, quais seriam as funções do Sindicato e assim por diante.

Cadu — Lá, em São Lourenço, o negócio é mais próximo, às vezes se faz uma reunião da Pastoral, alguém levanta a questão do sindicato, aí a gente fica meio na dúvida se aprofunda aquela discussão. Sinto que há uma certa insegurança nossa de aprofundar a discussão...

Rafael — De dar o nosso juízo de valor sobre o sindicato; a gente começa a tentar provocar a opinião das pessoas, ver como se desenvolve e fica assim, nesse negócio que o Cadu estava falando, meio com vontade de chegar e dizer: “acho que já somos conscientes”, já tem as críticas, poderíamos amarrar essas críticas e começar a pensar na mudança do sindicato”

para levantar questões desse gênero, a gente não sabe direito em que nível trabalhar isso, se é uma questão que nós encaminhamos ou se as pessoas que estão lá é que devem encaminhar por si próprias, sem uma interferência direta.

Cadu -- Isso está diretamente ligado a uma questão metodológica, que já discutimos. Realmente nós temos uma opinião sobre o sindicato, ela é evidente. Agora, cabe à gente, independente do que essas pessoas que estão participando mais de perto da Pastoral pensem, tomar uma posição a respeito desse assunto? Acho que não deve fazer parte do nosso processo de trabalho e debate sobre o tema de organização do sindicato, da retomada dele, mas com as pessoas com quem trabalhamos acompanhando essa discussão. Porque senão, fica uma coisa "furada". Para discutir a fé e vida, tudo bem, todo mundo poderia participar, mas sobre o sindicato não, não precisaríamos discutir todo mundo, nós mesmos traçaríamos, na assessoria, essa discussão. Se fizéssemos isso seria uma postura contraditória com a metodologia que definimos.

Rafael — Podíamos falar das associações, participando daqueles encontros.

Jorge — Houve um momento em que as associações se aproximaram, trazidas por membros de Igreja comprometidos com os interesses das suas direções e que já vinham participando desde as primeiras reuniões. De certa forma, sentimos que as associações aproximaram-se para marcar presença. Não deixava de ser um espaço a ser conquistado, mas a que, de certa forma, nós não demos muito prosseguimento. Foi uma coisa que aconteceu, a presença das associações, que inclusive bloqueou muito a participação das pessoas, os membros comuns de Igreja e que tiveram uma dificuldade muito grande de se relacionar com o pessoal da Associação, que tem outro discurso, outro "papo"...

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Bitá — Quantas são as associações?

Jairo — São quatro.

Bitá — E quem controla essas associações?

Rafael — Não há um controle só para todas. A coisa é quase pessoal, da direção, da presidência.

Cadu — A coisa gira em torno do prestígio pessoal, e com a perspectiva político-partidária. As presidências das associações são exercidas por, gente quase profissional da política. E aí se dividem. Enquanto um presidente de associação fez campanha para o PDS, outro fez para o PMDB. Essa é a constante, sendo que há exceções nos bairros menos centrais do Quarto Distrito.

Rafael — As associações tentam conseguir algumas reivindicações dos moradores através de influências pessoais junto a políticos de Caxias, junto a vereadores, prefeito, etc... Inclusive lá de Xerém, basicamente essa é a forma de atuação dessas diretorias de

associação de moradores. Creio que isso deve caber dentro de uma análise mais geral, que não fizemos e nem temos pretensão de fazer aqui, da política tradicional na Baixada, estilo Tenório Cavalcante, Chagas Freitas e Amaral Peixoto, que têm a sua rede de cima abaixo e lá, em Xerém, estaria a parte de baixo. O atual prefeito de Caxias é cria (genro) do Tenório Cavalcante que reproduz a mesma estrutura de política partidária.

Cadu — Tem também um fator que pesa muito ali em Xerém, que é a religião. Chega a pesar nas divisões de poder. Todo presidente tem religião declarada e em geral são protestantes. Agora por exemplo, uma associação teve a diretoria ocupada por uma pessoal católico mais conservador, comerciantes da área. Parece que eles querem trabalhar evitando que a Igreja Católica incentive a população à participação. Não interessa a esse pessoal nenhuma discussão que faça o pessoal da área se mobilizar, a questão não é mobilizar

mas conseguir uma ponte, etc... Em nome pessoal do presidente da associação.

Jairo — Existe uma disputa muito grande naquela região. E é aquela coisa: “vamos ver, quem conseguir mais é que vai ganhar mais prestígio, mais legitimidade”. Existe muito esse tipo de ação, a questão não é mobilizar, mas conseguir uma ponte, etc...

E esse tipo de política que se pratica nessas associações é uma coisa que não é restrita a Xerém, podemos extrapolar para Caxias. Existem associações em

Caxias em que o próprio estatuto prevê que o presidente é vitalício.

O MUB tenta fazer um trabalho e encontra muitas dificuldades, às vezes o prefeito está num almoço com as associações ligadas a ele e não chama o MUB para participar. O INAMPS tem o trabalho de distribuir números de atendimento pra presidentes de associações levarem para o bairro e distribuírem a quem eles quiserem.

Jairo — Eles procuram, pelo menos procuravam, uma aproximação da gente nesse sentido. Ficou claro que eles pensaram o seguinte: “Vamos nos aproximar da Pastoral porque em primeiro lugar eles podem dar uma legitimidade para gente. E depois com o contato até eclesiástico, via D. Mauro e tudo mais, a gente pode conseguir coisas com a Prefeitura, que não consegue indo lá à Associação”. Houve até proposta: “Não, D. Mauro poderia assinar o pedido em nome dos moradores para conseguir a eletrificação rural”. O ponto de vista deles é muito mais se utilizar desse trabalho para apoiar os seus próprios contatos.

Rafael — Quando eles estiverem presentes na reunião, o que eles queriam que fosse a Pastoral da Terra seria alguma coisa que eles já têm a nível de estrutura do movimento das associações dos moradores. Quase que uma regional da federação, do MUB.

Cadu — É, chegamos à conclusão de que teríamos que tomar uma posição diante disso. No caso da associação dos moradores nós não fomos tão passivos, tivemos uma certa agressividade, no bom sentido, em relação a essa questão. Porque vimos que os caras estavam monopolizando a reunião. Queriam falar sozinhos, não deixavam ninguém mais falar, já queriam fazer parte da comissão que ia organizar o encontro, na primeira reunião de que participaram. Nessa reunião a gente já deu um corte claro, foi falado: “O espaço aqui não é para isso”. E além disso a gente adotou a posição de conversar com as pessoas, o miolo da pastoral, Tião, Helena, Elian, Dalva, Fátima, D. Lurdes, D. Mariazinha, para saber o que eles achavam daquilo, das associações dos moradores. Essa foi a postura da gente.

Rafael — A postura foi de reforçar o caráter pastoral daqueles encontros, no sentido religioso. E isso, feita a avaliação que o Cadu estava falando com as pessoas, foi uma posição que não necessariamente nós iríamos defender. Havia outras pessoas também interessadas nessa proposta, que não deixam de participar do movimento social, mas que àquele espaço não vão como representantes de associações de moradores. Há membros de outras associações que ali vão como cristãos.

Cadu — É, o pessoal do Barreiro, o pessoal de Santo Antônio; participam da reunião, mas não é como membros de associação. É outra pessoa falando. Tem bastante gente ligada a associações, mas não participam como aqueles presidentes que estão ali com o fim de ganhar o espaço que representa a Pastoral.

Bitá — Como vocês vêem isso?

Cadu — A prática começou a mostrar — e essa é a maior preocupação da gente — que ocorre um esvaziamento. O que está ocorrendo na Pastoral da Terra me parece que é uma necessidade que as pessoas estão tendo de romper com esse tipo de prática das Associações. As pessoas sentem que há um espaço em que elas discutem, interferem, participam e que não tem ninguém ali a fim de faturar ninguém. Se de repente essas pessoas começam a levar aquela prática para aquele espaço também, me parece que ocorre um certo esvaziamento. A própria Dalva que é da associação de moradores do bairro dela, Santo Antônio, falou que se continuasse daquela forma iria esvaziar, não iria ninguém...

Rafael — Quando você pergunta se a gente acha bom ou ruim, acho que os dois exemplos que demos e reforçamos mais um que o outro: o da pessoa ir como membro da Igreja e não da associação, demonstra um pouco a nossa posição. No sentido do processo de construção de uma pastoral e também no sentido da postura de faturar ou não, que é o fundamental. Se fosse uma posição clara, tipo “vim aqui como associação e quero discutir esse item”, sem querer tornar aquele espaço como sendo o da associação, acho que seria completamente diferente do que ocorre. O sujeito, sutilmente, quer compor a Pastoral, de repente falar como associação em nome de uma Pastoral que começa a se constituir, nisso nós interferimos no sentido de deixar que ocorra a discussão nas reuniões.

Bitá — Não entendi a questão do esvaziamento. Por que esvaziaria?

Cadu — Não é que esvaziaria, chegou a esvaziar. Porque as pessoas iam ali buscando uma discussão, refletir sobre a sua fé e sobre a prática na vida, tentar trocar informações, saber o que está acontecendo numa área que fulano não conhece, o problema de que a terra não está dando bem, saber se em outro lugar se está fazendo alguma coisa. Fazer leituras da Bíblia, de outros temas. As pessoas se preparam ali para levar essas discussões e informações para suas comunidades. Então, de repente vinham com essa expectativa, chegavam lá e viam um presidente de associação, falando o tempo todo. Além disso as pessoas conhecem a prática dele, sabem quem ele é. Depois que juntaram mais de um presidente de associação piorou. Ficavam num “pau” danado e as pessoas de público assistindo àquilo. Elas não encontravam espaço para falar, para participar e não era o tipo de discussão que elas queriam ter, elas queriam conversar sobre outras coisas, queriam levar um texto bíblico para ler, para discutir também como é que a Bíblia se relacionava com o problema da terra... “É isso que a gente está precisando fazer? É essa a função da Igreja? É essa a função do cristão no mundo?...” E de repente o cara estava a fim de discutir mesmo era a luta pela meia passagem, o que se encaminha pessoalmente para o prefeito resolver, etc... Esse tipo de expectativa é que faria esvaziar, de chegar lá e encontrar um espaço diferente.

Rafael — E tem peso essa coisa simples de monopólio da palavra. As pessoas pelo fato de se sentirem castradas de falar, desanimavam de ir à reunião, e o monopólio era relativamente grande, os caras, “macacos velhos”, deitavam o discurso mesmo.

Jorge — Sobre associações acho que era isso o mais importante.

Cadu — Estamos encontrando dificuldades de conseguir aproximar mais outras Igrejas além da metodista e da católica, acho que talvez o Jorge pudesse falar melhor, ele fez contato com o Lourival, que é o pastor presidente da Assembléia de Deus. Podia tentar analisar um pouco isso e entrar pela questão institucional das duas Igrejas que já estão participando.

Relações, com outras igrejas, principalmente Assembléia de Deus

Jorge — O “papo” com o Lourival já vinha sendo pensado desde o início e tudo surgiu a partir do contato que tivemos com o presbítero Romildo, em que ele sugeriu que a gente tivesse um encontro com o pastor Lourival Machado, que era quem podia tomar decisões, dar permissões. E nós, não sabendo como fazer esse encontro, como chegar até ele, protelamos bastante, até que fomos novamente ao Romildo, pensando na questão do audiovisual, para uma entrevista, e ele dessa vez se mostrou mais arredio, não sei se por causa do gravador. Nós queríamos gravar a opinião dele, mas aí ele disse que teríamos que saber a opinião do pastor, do presbítero, que tem 120 obreiros, e era importante. Vimo-nos forçados a ter esse encontro via institucional, via pastores, padres. Fomos até ele e marcamos um encontro, o padre e os dois pastores metodistas e tivemos uma conversa mais ou menos nos seguintes termos: colocamos a proposta do projeto, o que pretendíamos com a Pastoral, qual era a visão do trabalho, que não era uma visão num sentido de um trabalho dos pastores, do padre, mas que era um trabalho dos membros das Igrejas e que não se tratava de querer converter ninguém em termos evangelísticos, mas era um trabalho que procurava ver os problemas comuns dos habitantes da área e tentar discuti-los com base na fé e com base na discussão bíblica, nos elementos comuns que uniam as várias igrejas. Nesse contar do projeto, ele se mostrou muito interessado: “Uma coisa boa, realmente a gente tem uma necessidade muito grande, o povo necessita muito, principalmente os lavradores”. Contou que uma grande parte dos membros da Assembléia de Deus são pequenos lavradores, que têm sofrido muita pressão, que têm vendido sítios. Eles têm perdido muitos membros que venderam seus sítios e se mudaram para outras áreas. Mostrou-se bastante interessado, mas fez uma ressalva, tinha uma preocupação. Ele falou o seguinte: “Nós, que moramos aqui há bastante tempo, temos uma preocupação quando se toca nesses assuntos, porque no passado houve problemas sérios com a entrada do exército aqui e não queremos voltar a ter esses problemas.” Nós reforçamos o caráter Pastoral de nossas reuniões e ele se mostrou disposto, não de forma direta, a colaborar, mas na medida do possível dar um apoio, uma palavra de incentivo, mas que iria colocar isto para o Presbitério, com presbíteros, diáconos e demais pastores, antes de tomar uma decisão. Falou que os problemas ali são muito graves e o principal é o desemprego, a questão da Fiat parada e achava que os pastores e o padre do local deviam fazer um documento para encaminhar aos políticos um trabalho do tipo: “Nós fazemos um documento, e enviamos a um determinado político que tenha acesso aos meios responsáveis para tomar uma atitude”. Mas, não passou muito disso. A partir daí não tivemos mais nenhum contato com ele, não ficamos sabendo se houve algum desdobramento na reunião do Presbitério da Assembléia de Deus. Mas, de certa forma, já vimos que há um espaço, pequeno que seja, desse trabalho ser aceito e permitido pela Assembléia de Deus a seus membros. Acho que isso pode, de certa forma, ajudar um pouco o trabalho, mas isso não implica no envolvimento dos membros das Igrejas, como é o caso do Romildo, que gostou muito e acredito que estaria participando mais se tivesse dispo-

nibilidade. Ele viu no encontro um caráter bem mais simples e mais dentro do que eles aceitam, mais que o pastor, o qual não participou de nada ficou com "o pé atrás".

Rafael — Começamos a discutir mais recentemente, sobre relação com a Assembléia de Deus. O propósito é o de não vincular a nossa aproximação através da hierarquia, com o pastor. Que desenvolvêssemos o trabalho, principalmente o trabalho mais localizado nas áreas rurais de Xerém, considerando a possível participação de membros da Assembléia de Deus. Por outro lado, sabemos que é quase inviável tal aproximação de membros sem uma participação do pastor e padres envolvidos, junto à hierarquia da Assembléia de Deus, que tem bastante poder de mando a ponto de poder impedir que seus membros participem de atividades. Por isso, pensamos que o importante é atuar nos dois níveis e não vincular um ao

Não há um recanto sem igreja evangélica. . .

. . . e um fim de semana sem culto ao ar livre.

A relação com os pentecostais: uma tarefa difícil



Fotos Rafael Soares de Oliveira



outro, mesmo porque nós não sabemos o quanto será uma boa contribuição a participação muito próxima ao pastor da Assembléia de Deus para um projeto de ação social; não sabemos até que ponto podem ter, por exemplo, um projeto reacionário no qual nós não entraríamos.

Jorge — Acontece que há pastores que têm certos compromissos com alguns dos políticos da área o que, de certa forma, é um problema que a gente pode vir a enfrentar, como enfrentamos com a Associação de Moradores, quando outro elemento tenta faturar em cima da Pastoral.

Cadu — Algumas coisas que devem ser ditas, inclusive para se entender melhor o que foi dito anteriormente. No meio rural, esse pessoal que participou da Associação dos lavradores, participa atualmente da diretoria do Núcleo Agrícola. Foi gente que pegou em arma para resistir e organizar todo um esquema de luta. Muitos são da Assembléia de Deus. Acontece que pelo que podemos checar até agora, parece que não existe nenhuma ligação entre esse envolvimento no movimento social com a fé que professam. Tal característica tem a especificidade de ser única no meio rural. Não temos dados sobre o envolvimento de membros da Assembléia de Deus na região mais urbana de Xerém. Ainda queremos checar isso mais de perto, assistir a alguns cultos, à Escola Dominical. Sabemos que uma congregação mudou o horário da Escola Dominical em função do horário das reuniões do Núcleo Agrícola. Mas pelo que sabemos, eles não ligam isso com o processo de culto e de reflexão bíblica. Outra coisa é que a nossa avaliação sobre a “cor” religiosa daquela região é de que os protestantes são a maioria e, dentre eles, a maior parte é da Assembléia de Deus, e que mesmo, a Assembléia de Deus dita linhas e normas de comportamento e conduta da população. Isso também é sentido no meio católico.

Rafael — Os católicos, inclusive estão querendo tirar as imagens da procissão, não gostam de botar imagens na capela...

Zé Cláudio — O forró, que havia, as manifestações culturais de dança, de festa aos sábados, para acontecer em algumas comunidades a gente precisa quase que forçar, como foi o caso da Igreja Velha. Para que aconteça, porque as pessoas que participam nas comunidades católicas, nos círculos bíblicos estão achando que esse é um espaço de pecado.

Thereza — E espalharam que isso também era consequência da bebida. Que a bebida era um transtorno e com esse transtorno não vale a pena fazer forró.

Cadu — Essas são questões que dão para entendermos a composição de Xerém. E é bem mais difícil o contato com outras igrejas, com a Batista e a Presbiteriana, que estão ali. Temos contato com batistas que participam de uma ou outra reunião lá em Santo Isidro, em São Lourenço. Há um batista num processo de usucapião, mas sem o envolvimento que outros têm.

Bitá — Não é um envolvimento da Igreja.

Rafael — Nem o nosso investimento é em termos de Igreja, exceto com a Assembléia de Deus. Com outras Igrejas não fizemos investimento.

Zé Cláudio — É interessante ressaltar o relacionamento com outras Igrejas, sem ser pela via institucional, mas pelos elementos participantes. Um exemplo é a grande atuação, nesse sentido, do “seu” Luís de Santo Isidro com

Joaquim Singênio, que é elemento da Igreja Batista. Ele chegou a ir duas vezes ou mais às reuniões da Assembléia de Deus. O “seu” Luís foi lá convidar elementos da Igreja e o pastor a fim de participarem da reunião que haveria em Santo Isidro sobre a questão da terra. Então, o “seu” Luís testemunhou que o próprio elemento, o participante leigo, tem interesse, e não só a instituição. Interesse na união, que aquele jogo de problemas que existe ali deve levar à união de todas as Igrejas. Ele percebeu claramente, na prática, o que era isso. Viveu isso.

Rafael — O pessoal da Assembléia de Deus, em Igreja Velha, foi convidado para um encontro, e se consultou se o encontro poderia ser na congregação local da Assembléia. Depois de uma consulta ao pastor geral, o presbítero local sugeriu por carta que fosse na própria Igreja Católica ou no colégio e que a Igreja dele estava disposta a participar.

Cadu — Parece que o relacionamento oficial com a Assembléia de Deus tem sido muito formal, assim como: “Nós vamos lá, fazemos um pedido e o pessoal manda uma cartinha respondendo; o pastor presidente recebe muito bem, conversa, mas a coisa, pelo menos por enquanto, não teve um resultado prático, o que não acontece, de certa forma, com os membros da Assembléia de Deus, que é uma coisa muito mais natural. Parece que esbarra na hierarquia da Assembléia de Deus, que é uma coisa muito respeitada, é muito rígida, o pastor presidente tem que dar a palavra final. As iniciativas mais espontâneas de pessoas da Assembléia de participarem, não sei se estão sendo bloqueadas, não tenho a menor idéia sobre isso, eu sei que têm esbarrado, nesse relacionamento mais formal...

Rafael — Há uma burocracia mínima a ser cumprida que toda vez que um convite informal aparece precisa esperar uma resposta, que vai seguir os caminhos de consulta até o pastor e, depois, voltar.

Cadu — Coisa que não acontece com o pessoal do Núcleo Agrícola, porque eles participam como lavradores organizados e não vão como membros da Assembléia de Deus.

Rafael — Nós estamos pedindo uma representação da Igreja. Se fosse um pedido a pessoas para participarem, talvez aparecesse algum morador, mas uma vez que convidamos como representante da Igreja, dependemos da burocracia.

Cadu — O caso de Romildo, referido pelo Jorge, ilustra bem. Ele foi espontaneamente, participar da reunião da Pastoral, é pessoa do Núcleo Agrícola. É presbítero da Assembléia de Deus. Gostou da reunião da Pastoral e se declarou muito satisfeito. Teve uma participação muito boa na reunião. Mas quando fomos pedir que ele se manifestasse no audiovisual, como membro da Assembléia de Deus, ficou completamente assustado, jogou para o pastor presidente, para a reunião dos obreiros.

Bita — Aliás, esse fenômeno se dá em todos esses conflitos de terras, quase 80% dos casos, como na última greve dos bóias-frias. Lá houve participação de gente da Assembléia, mas da Igreja, dos pastores nem sombra. Quem participa são as pessoas enquanto cidadãos lavradores, operários, mas a Igreja como tal é muito refratária e todos sabem disso, por isso nunca falam em nome da Igreja. Falam em seu nome e acabou o assunto, porque eles não querem complicação. A fé está de um lado e a luta está de outro.

Jorge — Quando a gente chega ali com um trabalho em torno da fé, realmente complica para eles.

Cadu — Na primeira conversa que tivemos com o Romildo, ele nos levou para ver a lavoura dele. Falou do Núcleo Agrícola, gostou, mas quando falamos da Pastoral, ele começou a falar da Bíblia como se estivesse afastando o demônio. Deu para sentir que ele ficou assustado com o tipo de conversa. Uma opinião freqüente entre o pessoal da Assembléia de Deus é que metodista não é crente.

Rafael — O trabalho da pastoral começou a gerar boatos até de que a Igreja Metodista vai se juntar com a Católica.

Cadu — A questão do ecumenismo, eles interpretam como sendo uma junção.

Bitá — Porque a informação de grande circulação no meio protestante mais conservador, não só na Assembléia de Deus, mas mesmo no meio batista e até presbiteriano é que o movimento ecumênico é uma iniciativa de Roma e que conseqüentemente o ápice desse movimento vai ser todas as igrejas se juntarem sob Roma. Então a coisa fica muito complicada, porque essa informação circula violentamente. Entre os batistas deve ser a mesma coisa ou até pior, pois os batistas possuem um ex-padre que é extremamente combativo, suas obras têm uma circulação enorme é o Anibal Pereira Reis. As obras dele são impressionantes e ele não aceita absolutamente nada que venha do mundo católico, nem o catolicismo carismático. Ele afirmou em seu livro que o catolicismo carismático é uma falácia, que é uma forma de envolver os crentes, no caso, pentecostais e carismáticos, na estratégia de Roma de reunir sob si todas as Igrejas. É isso que circula e até que haja amadurecimento da questão e se ponha isso sobre a mesa francamente vai demorar muito.

Cadu — Isso acontece no próprio seio da Igreja Metodista de tendência pentecostal na Baixada. É muito refratária. Nós tivemos uma experiência no Centro Comunitário no “Baixada Livre”. Um pastor da Igreja foi fazer a devocional de abertura e falou mal do D. Mauro, enquanto que o encontro todo tratava a questão ecumênica, do trabalho conjunto.

Bitá — Acho que isso é uma questão de formação de mentalidade, uma coisa que está muito arraigada de muitos anos e que se agrava, na medida em que o nível de formação religiosa dos crentes é menor. Mais difícil se torna, porque é uma religiosidade muito emotiva e marcada pela competição, pelo sectarismo, pelo proselitismo. Então qualquer coisa de uma convivência com os católicos para eles cheira mal porque para muitos compromete o evangelismo. Você está mexendo nos próprios fundamentos e alicerces da identidade eclesiológica que eles têm. Não dá para entrar nisso, a não ser com muita diplomacia.

Existem duas teorias: uma de que o movimento social, uma mudança social significativa no País, uma democratização, iria contribuir para essa unidade. Eu não sei, eu não sou adepto dessa teoria, também não posso dizer que ela é completamente errada, mas não chega a tanto. O exemplo de Cuba ficou muito claro, as Igrejas não acompanharam o processo revolucionário. Pelo contrário, as Igrejas Protestantes foram defensoras dos Estados Unidos. E depois da revolução, são reacionárias até os dias de hoje e ainda discriminam no interior das Igrejas os setores que se tornaram fa-

voráveis à revolução e entraram no esquema da reconstrução nacional. Por isso acho que essas mudanças sociais, embora tenham um papel importante, não são decisivas neste comportamento. Acredito que as Igrejas podem se tornar — principalmente as protestantes — uma reserva ideológica muito grande e muito monolítica e que se for mexer dá confusão. Isso se vê hoje, por exemplo, com a vereadora Benedita, eleita por grande parte dos pentecostais, foi excluída da Assembléia três vezes e reconciliada três vezes por causa de suas declarações. Qualquer declaração que ela faz publicamente que contrarie os princípios, que são muito estreitos, da Assembléia de Deus, leva à exclusão. Ela vai lá e faz um trabalho diplomático e se reconcilia outra vez. Ela está tendo dificuldades para trabalhar para esse povo que a elegeu. Eles não conseguem entender que se possa, a partir de um trabalho político, no caso dela, político profissional se desenvolver qualquer tipo de projeto, de promoção humana, que seja informado por valores evangélicos. A coisa é muito separada.

Jorge — Percebemos no caso do Romildo, que, independente da instituição, aceitou a forma como o trabalho estava se dando. Não era um trabalho nos moldes do sindicato. Nisso é que surgiu uma esperança de que houvesse uma facilidade desse envolvimento. É possível que, se a hierarquia da Igreja Assembléia de Deus tivesse conhecimento de como se dão as coisas, ficaria mais acessível a um envolvimento da Igreja.

Bitá — É possível. Se tem um testemunho de um lado tem testemunho de outro. O fato de Manoel de Melo não conseguir eleger o filho dele para vereador do PDS. Com toda a campanha que ele fez, bastava uma congregação que ele reúne aos domingos para eleger o filho dele e não conseguiu a eleição, significa que os crentes votaram em outros partidos, a maioria no PMDB, o que é uma prova de que realmente a assimilação por parte dos crentes dessa postura institucional não é tão grande, só a nível de pessoas é que existe abertura dos pentecostais para esse tipo de trabalho. Enquanto Igreja a coisa complica muito, é um trabalho educativo que requer vários anos.

Cadu — Entra aí a questão doutrinária e política. Esse tipo de Igreja, mais pentecostal, realmente é um poço de resistência e de reação. Mas existe aliado a isso em Xerém, um medo muito grande dos comunistas. O grande bizu de toda história, é que esse pessoal que foi da Associação de lavradores é da Assembléia de Deus e é do Núcleo Agrícola, foi do Partido Comunista também. Toda essa relação política, institucional, religiosa, doutrinária, ideológica, parece estar tudo misturado e aparecem às vezes algumas pontas disso, uma hora fala a questão política, outra hora fala a questão da instituição, outra a questão individual, dos compromissos político-partidários. O administrador locado em Xerém foi nomeado com influência da Assembléia de Deus, por exemplo. Acho que as duas coisas se alinham: o medo do retorno a 64 que o Lourival falou quando foi visitado. Não é medo do exército: o medo dele é daquilo que o exército viria reprimir, do que poderia acontecer novamente. Quer dizer, é diferente, tem gente em Xerém que tem medo por outro motivo como uma vez um lavrador disse: "Não pode começar com esse negócio aí. Depois vem o exército, vai pegar a gente e bater na gente".

Acho que as coisas se complicam mais ainda. É preciso ir muito devagar. Creio que até agora a gente está num caminho mais ou menos certo, porque a gente não tem enfrentado as questões de uma forma irresponsável.

Jorge — Ia me esquecendo de falar, mas acho que Assembléia de Deus é o caso assim mais gritante e o que mais nos interessa mesmo porque é a Igreja que tem maior penetração. Eles têm dezenas de comunidades ali espalhadas pelo 4º Distrito afora. Um presbitério muito grande, muitas congregações e pontos de pregação. A qualquer lugar que você vá e vira uma curva tem uma Assembléia de Deus. Enquanto que as outras Igrejas se concentram mesmo em Mantiquira, que são: Batista, Presbiteriana, Wesleyana e tem uma outra Batista também que brigou e se dividiu... Isso nós temos ali, tudo na área de Mantiquira, área urbana, pessoas de um nível econômico mais elevado. Isso dá para perceber também que noutras Igrejas o pessoal mais pobre realmente é mais da Assembléia e das áreas periféricas e com essas outras Igrejas de certa forma a gente não tem tido assim um contato muito grande, a não ser através de alguns casos específicos de algumas pessoas que estiveram nos encontros ecumênicos.

Bitá — Você têm intenção de se aproximar delas? Das outras Igrejas?

Cadu — Pelo menos tática acho que não é. Isso nunca se discutiu assim dessa forma, se a gente tem ou não tem que procurar outras Igrejas, mas eu não vejo perspectivas mais concretas de se ter acesso às Igrejas. Com a Assembléia de Deus não, já existe espaço. As outras, não.

Rafael — O Projeto Ecumênico não está fechado às outras Igrejas, é um princípio de trabalho. Agora, em termos de projeto de desenvolvimento a gente tem como iniciativa, essa da Assembléia de Deus, quase como uma porta de entrada para as outras Igrejas, porque a gente não vê essa aproximação com as outras Igrejas, de graça.

Bitá — Agora, vocês acham que a médio e longo prazo o trabalho ficaria comprometido, caso vocês não contassem com a adesão da Assembléia? Vamos falar de outra forma: é possível conduzir o trabalho até os seus objetivos maiores só com os católicos e metodistas?

Cadu — Nós não refletimos muito sobre isso dessa forma, a abordagem desse problema fica nas opiniões individuais, nas opiniões pessoais aqui.

Rafael — Idealmente o projeto ecumênico se desenvolveria com as Igrejas participando, a população se envolvendo. Na ausência da Assembléia de Deus eu vejo uma limitação, um recorte para outro tipo de projeto. Um projeto que vai envolver a Igreja Católica, a Igreja Metodista, em uma ação específica ou em uma constituição específica, muda a amplitude do trabalho, mas mantém a característica ecumênica e a intenção da relação fé e vida; Bíblia, e participação..., quer dizer, a questão da participação social. Se há a exclusão oficial da Igreja Assembléia de Deus, é uma perda porque o projeto idealmente imaginado seria para todas as Igrejas. Essa perda seria uma redução, seria outro projeto, não mais o projeto criado pelo consenso de três Igrejas, mas criado pelo consenso de duas Igrejas. Um projeto de duas Igrejas não dá para se dizer que é o mesmo projeto.

CONSOLIDAÇÃO JUNTO ÀS IGREJAS: A QUESTÃO METODISTA E A RELAÇÃO COM AS HIERARQUIAS

Cadu — Há um senão. A gente fala as Igrejas mas esse projeto eu acho que ainda não é tanto das Igrejas, entendendo a Igreja como um conjunto, não só instituição. Veja-se que da Igreja Metodista se tem apenas uma parte da congregação.

Bitá — Aliás, a minha pergunta seguinte era essa: se vocês estão sentindo desde o princípio do trabalho, um aumento de aceitação da proposta, por parte daquela comunidade metodista que ali está. Inclusive eu estou sabendo, não sei se é verdade, mas que há um processo carismático em evolução por lá, na comunidade, e a gente sabe o que isso representa. Representa mais um atraso, com um possível envolvimento de uma maioria da comunidade. É claro que a totalidade nunca se vai conseguir, como não se vai conseguir na Igreja Católica, mas uma maioria, um número significativo de gente comprometida com esse projeto. Então a pergunta é essa: se vocês estão sentindo do começo para cá, um aumento do interesse ou uma diminuição do interesse, comparado com o da Metodista.

Jorge — Na primeira reunião da PET eu estava vendo as fotos da nossa primeira reunião ecumênica, e vi muitos metodistas, mas, ao mesmo tempo, notei, alguns meses atrás, que a Igreja, o grosso das pessoas da Igreja, não conheciam o trabalho pastoral. A minha conclusão é que as pessoas que estavam naquela primeira reunião, estavam mais motivadas por um convite que foi feito de forma muito ampla, dentro da Igreja Metodista, e movidos por uma certa curiosidade. As pessoas que eu identifiquei, não tinham interesse nem motivação para continuar freqüentando. A partir das outras reuniões, houve um decréscimo muito grande da participação dos metodistas. Aí então é que a gente começou um trabalho de divulgação e discussão, com grupos isolados dentro da Igreja, incentivando a participar. Foi então que houve pessoas participando e participando de forma ativa. Passamos então a ter outras pessoas e, inclusive da congregação de Santa Cruz, outra comunidade um pouco mais distante, mas que fazia parte da mesma paróquia, de Mantiquira. E, a partir de que houve essa primeira e ainda pequena divulgação, as pessoas encamparam o trabalho como realmente um trabalho da Igreja. Não como um trabalho dos pastores, mas, de fato, como um trabalho da Igreja. É claro que pegamos pessoas-chaves, pessoas que entendem, têm uma visão de Igreja bem mais ampla do que o crente mais simples, que apenas vai à Igreja aos domingos. São pessoas engajadas num trabalho de Igreja que têm uma visão mais aberta, mais progressista. Mas, foi depois daqueles momentos de definição do trabalho, de definição da orientação, de que forma levar as reuniões, em que partimos para as últimas reuniões já com mais segurança, mais firmeza, caminhando já a passos mais firmes, apesar de estarmos reiniciando um processo.

Houve uma tentativa de estender esse trabalho a outros grupos da Igreja, e vimos o seguinte: um grupo chamado mais progressista, mais de jovens da Igreja encampa esse trabalho como um trabalho dentro da Igreja; outra, o grupo carismático, emergiu já nos últimos dois anos, mas não é forte, em termos de decisão. É uma turma que aparece muito, que "pinta" muito na frente e está sempre chamando atenção, mas não é um grupo que decide e é composto por pessoas de fácil identificação. Poder-se-iam identificar umas dez pessoas que compõem esse grupo, em torno do qual

se dá toda a questão carismática dentro da Igreja, mas que de certa forma estão deslocadas da estrutura da Igreja, da Instituição, não pelos pastores ou pelas pessoas mais progressistas, mas estão deslocadas, de certa forma, da estrutura da Igreja, pelo próprio corpo da Igreja que é mais conservador. É nisso aí que está o grosso da Igreja. Porque as pessoas que tinham tendências claramente carismáticas na Igreja, passaram para a Assembléia ou para a Wesleyana na época da divisão, ou para a Assembléia em outros momentos. Quem ficou na Metodista, era realmente o pessoal que tinha convicção de ser metodista e tinha uma tradição metodista muito grande. O pessoal muito conservador é que de certa forma dá as linhas de orientação de caminhada que a Igreja vai tendo em seus projetos. Bem, esse grupo, de certa forma também não está se envolvendo diretamente com a Pastoral, mas é um grupo que tem bastante conhecimento do que acontece, através das pessoas que participam, que geralmente são filhos, sobrinhos e pessoas muito ligadas. Bem, comecei a identificar, a tentar conversar com as pessoas, com esse grupo de pessoas mais conservadoras, que são principalmente senhoras da Igreja e comecei a notar que não havia uma oposição ao trabalho pastoral. Havia um desconhecimento, e até bem grande. Os que conhecem acham muito bom, muito importante e aprovam. Eu acredito que também baseados na tradição histórica deles, de metodistas, em que, apesar de todas as influências pentecostais e outras aí, fundamentalistas, e tudo mais, têm ainda muito da tradição histórica metodista em que a ação social é uma coisa que a Igreja não pode deixar de fazer e que nunca vai deixar de fazer. Acho que a gente tem pecado pela forma de divulgação e pela forma de tornar a Igreja consciente do que e como está acontecendo nas reuniões da Pastoral da Terra. Eu tenho sentido isso, que a gente tem pecado nesse sentido, porque as pessoas desconhecem ou têm uma idéia errada, e, por isso, são contra. E o pessoal mais carismático tem uma idéia completamente desvirtuada do que seja o negócio e de certa forma a gente não tem investido nisso, em colocar para a Igreja como que é o negócio e realmente assumir como um trabalho mais amplo.

Cadu — Vale pegar um pouquinho essa última coisa que o Jorge falou, a questão de como divulgar isso dentro da Igreja, que eu acho que não é só como divulgar, mas é como defender essa idéia, como explicitar essa idéia dentro da Igreja. Acho que houve foi um processo. O Melquias, que é o pastor da Igreja, além de ter completamente sobrecarregado seu horário, com a função de superintendente distrital, sofreu aquele acidente, ficou um tempão doente no meio de um processo importante, que a gente estava vivendo na Pastoral, e na prática tem participado muito pouco. Com a vinda do Jorge, essa discussão dentro da Igreja pode-se modificar. Isso a gente sentiu logo na prática, porque só um membro da Igreja Metodista participava, depois que o Jorge entrou e começou a fazer esse trabalho de, conversar com um, com outro apareceram outros de Mantiquira, e até de Santa Cruz. Tem que ser feita uma intensificação desse trabalho de discussão dentro da Igreja: o que que é esse tipo de trabalho? o que significa para a Igreja? Temos que envolver mais o pessoal de Santa Cruz da Serra. É uma questão de organizar isso e fazer. Não é uma coisa inviável. A experiência mostrou pelo menos a princípio que é bastante possível.

Jorge — Eu tive um papo bastante longo com alguém que esteve na última reunião, e que é pessoa de grande peso dentro da Igreja, da ala conservadora da Igreja, e que tem uma palavra muito final em termos do que pode ou

não pode dentro da Igreja. A impressão que eu captei dele foi muito boa, muito favorável ao trabalho e não apenas assim: “Ah! Um trabalho bom” tipo: “É, realmente é um trabalho bom que pode, deve continuar, é bom fazer...”. Mas não, ela se disse realmente interessada e incentivou a continuar o trabalho. Quer dizer, eu pude captar nela uma atitude muito favorável ao trabalho, o que eu acho que pode acontecer inclusive com outras pessoas desse grupo, muito importantes dentro da Igreja, e que podem realmente dar um peso muito grande, institucional para a Pastoral da Terra. Quero finalizar: esse é um trabalho que começou não por iniciativa da Igreja local, não foi iniciativa de ninguém da Igreja local, nem do pastor da Igreja, foi uma iniciativa mais a nível de bispo, distrito, centro comunitário, em que de certa forma a Igreja local entrou, está entrando já com o barco andando, o que de certa forma explica a dificuldade que tivemos nesse primeiro momento de poder estar com pessoas participando. Quando a gente chegou lá o negócio já era assim, já tinha um grupo trabalhando, já tinha o nome da Igreja Metodista, e as pessoas no caminho, isso me pareceu um erro que se cometeu.

Cadu — Mais sério do que isso, que a gente já falou foi todo o processo desgastante que houve de discussão dentro do grupo, porque logo que começamos, nós do Centro Comunitário, estivemos umas duas ou três vezes na Escola de Mantiquira e tivemos uma reunião com um grupo jovem, um pessoal altamente interessado em participar, em conhecer o trabalho, conhecer as áreas etc. Parece que o processo interno de discussão desse grupo bloqueou completamente, ou a gente não soube trabalhar isso ou realmente não tinha condição. Talvez uma outra forma pudesse ter sido encontrada, e talvez se chegasse nesse estágio, com a coisa já caminhando um pouco mais dentro da Igreja. De certa forma, quando se chegou nas reuniões, o pessoal estava indo sem saber qual era o negócio. E durante esse processo todo, o Melquias não estava participando nem o Jorge.

Jorge — Exatamente. O Melquias saiu por causa do acidente e eu estava chegando ainda na Igreja como ajudante, e estava completamente fora. Eu só entrei nas primeiras reuniões. A Igreja Metodista estava apenas com o nome mesmo.

Cadu — Aí era a tal da legitimidade, que, por exemplo, no caso, o Centro Comunitário teria de levar essa discussão para dentro da Igreja. É complicado isso, quando você tem a figura do pastor, um membro da Igreja encaminhando isso, a coisa tem mais trânsito.

Bitá — Têm alguma declaração a fazer sobre os bispos?

Jorge — Do lado Metodista ele sempre apoiou, foi um dos incentivadores do trabalho e acompanha meio de longe, não interfere, mas eu acredito que está disposto a promover, a ajudar e dar uma força quando necessário.

Rafael — Inclusive ele já foi consultado em algumas conversas.

Jorge — Sim, a gente já teve um “papo” com ele e ele sempre se mostrou aberto, tudo que a gente fizer ele está assinando, está ajudando.

Rafael — E D. Mauro, pela Igreja Católica, já esteve presente inclusive em uma das avaliações que nós fizemos. Se quiser falar dele, Cláudio?

Zé Cláudio — D. Mauro tem uma visão aberta de tudo, diferente da visão do presbitério que existia na região. Domingos, também traz toda uma visão de abertura nesse sentido, então eu acho que o Domingos e D. Mauro têm uma comunhão muito grande de pensamento. Existe sim, claro na diocese existe a Pastoral do Menor, a Pastoral Operária, na área urbana elas têm se demonstrado muito pouco eficientes, quase não existem, estão procurando se articular, mas não conseguem. Enquanto que na área rural, dentro de Xerém, a Pastoral Ecumênica da Terra está funcionando. Por parte de D. Mauro há um apoio grande a esse trabalho ecumênico. Em relação ao envolvimento dos católicos, os que estão participando são elementos envolvidos em várias comunidades, comunidades que têm características rurais, outras, características urbanas. São elementos envolvidos com a Igreja, presentes como ministros da liturgia e isso auxiliou muito a divulgação da Pastoral da Terra no âmbito católico. Creio que as outras comunidades que existem estão dando valor ao trabalho. Agora há também todo o limite de uma Igreja que anteriormente era afastada dessa problemática social em Xerém e que agora tenta aproximar-se com o início da nova diocese.

Jorge — Pessoalmente eu tinha uma preocupação muito grande, quando do não envolvimento da Igreja Metodista, pela questão da itinerância, que de certa forma ainda me preocupa, mas que já se amenizou bastante, quando vi pessoas da Igreja participando de forma mais ativa e assumindo o trabalho como um trabalho da Igreja. Porque, de certa forma, o trabalho era um pouco bancado pelos pastores. Eram eles que estavam mais envolvidos com a equipe da assessoria, estavam envolvidos mais com o trabalho das áreas. O pessoal da Igreja que é eminentemente da área urbana não tinha envolvimento nenhum das áreas, não tinha envolvimento nenhum com a assessoria, nenhum envolvimento com qualquer outra questão o que facilitaria muito quando da entrada de um outro pastor, que tivesse outra linha de trabalho, ou outros objetivos, qualquer outra coisa, para cortar completamente, tirar o corpo da Igreja Metodista fora do projeto. Mas de certa forma isso já não se torna uma coisa tão perigosa, a partir do momento em que a Pastoral já entra como um plano de trabalho da Igreja, através da unidade cristã, e mesmo da ação social. E também entra como parte de um plano pastoral nosso do distrito, em termos do que a gente tem do plano pastoral para este biênio 84/85, que é, um envolvimento num trabalho com as características do que a gente leva na Pastoral da Terra, um trabalho ecumênico, para atender à questão da terra, e da necessidade do meio social em que a Igreja está inserida. Se se muda o bispo, muda-se o superintendente distrital, muda-se o pastor, pode haver retrocesso. É uma coisa de que a gente não está livre em nenhum momento, mas que eu tenho sentido que já há uma garantia a partir do momento em que a Igreja assume, como um trabalho da Igreja, e está na frente disso.

REGISTRO AUDIOVISUAL: UM OBJETIVO PEDAGÓGICO

Bitá — Para encerrar, eu sei que vocês produziram um audiovisual lá. Alguém poderia falar sobre esse trabalho e aí encerramos.

Jorge — Dentro do trabalho desse grupo começamos a pensar em formas de produzir um audiovisual, há bastante tempo, e com objetivo de divulgar o trabalho da Pastoral, principalmente e em primeiro lugar para as Igrejas da região, e de certa forma, através disso, facilitar um envolvimento das outras Igrejas no trabalho. Por esse trabalho pretendemos ter acesso a outras Igrejas Evangélicas e mesmo outras Comunidades Católicas. Como uma forma de envolver mais e dar mais conhecimento às comunidades, sobre o trabalho. Mesmo dentro da Metodista, o audiovisual vai ser importante para se divulgar o trabalho dentro da comunidade e fazer com que haja uma aceitação, um assumir o trabalho com maior ênfase. Outro objetivo é que a gente acredita que essa experiência é nova, pelo menos dentro do que a gente conhece na área, e uma experiência que merece ser divulgada, compartilhada com quem quer que esteja interessado, e que, a partir dessa divulgação, podemos até gerar discussões, críticas ao nosso próprio trabalho e melhorias e reflexões mais profundas a partir do que temos feito e do que podemos fazer e que eu acredito que podemos atingir com esse audiovisual. A gente tem utilizado material, especificamente nosso mesmo, quer dizer, a assessoria está produzindo, aprendendo e produzindo ao mesmo tempo. Esse audiovisual tem um caráter muito específico do nosso trabalho mesmo; ele tenta reproduzir de certa forma uma reunião da Pastoral da Terra em que as pessoas colocam os problemas, as dificuldades que encontraram e a importância de estarem reunidos como cristãos e discutindo juntos a relação entre a sua fé e esses problemas. Isso é uma forma que pretendemos seja bastante acessível às Igrejas, porque envolve o elemento da fé muito claro através das leituras bíblicas, através da interpretação que as pessoas que fazem parte da Pastoral e dão seu depoimento no audiovisual colocam ali, que é bastante favorável e que de certa forma vai poder ter um grande acesso a esse meio mais simples, mais de base das Igrejas que não são os líderes, que não são os animadores de comunidades, mas que é o povo mesmo de Xerém.

Cadu — Não é só esse audiovisual. Temos um projeto que prevê a produção de audiovisuais. Há, com isso, outros objetivos também. Registrar a história daquela área, registrar contradições que existem, etc. Então seria o objetivo do trabalho da gente também registrar a história e divulgá-la, de registrar e debater um outro determinado tema que esteja presente na área.

Jorge — Sentimos que o pessoal tem uma expectativa bastante grande em poder usar os audiovisuais, espero que eles não se decepcionem, mas eu sinto que há uma expectativa de necessidade, e nós temos esperança de que esses audiovisuais que a gente pretende produzir sejam materiais importantes para ajudar as comunidades a terem uma reflexão que vai além do que as pessoas que estão liderando, às vezes podem. Isso é muito comum, e vemos que as pessoas têm essa expectativa em termos de trabalho, em termos de novas coisas para poder estar ajudando na divulgação do trabalho e tudo mais.

Metodistas envolvidos com o projeto da Pastoral

Jorge Luiz Ferreira Domingues
— pastor metodista em Xerém.
Entrevistador.

**Membros da Igreja Metodista
envolvidos com a PET:**

Catita — José Evangelista de
Souza

Elian Alves Silva

Eduardo Evangelista de Souza

Elena Alves Silva

Elenice Borges da Silva

A ACEITAÇÃO DO TRABALHO PELA COMUNIDADE METODISTA

Jorge — Passamos agora às opiniões de pessoas da Igreja Metodista de Mantiquira. Trata-se de pessoas que já participaram de um número considerável de reuniões da Pastoral da Terra e podem dizer como estão vendo isso por dentro da Igreja. Não falam como membros da Pastoral, mas como membros da Igreja. Trata-se de dizer o que isso representa para a Igreja, quais são as dificuldades que se encontram por ser um trabalho novo e ecumênico. Como é que isso é aceito pela Igreja? Quais são as caminhadas que ainda têm que ser dadas? Que passos ainda têm que ser dados? Cada um pode falar, outros podem discordar. É bastante aberto.

Catita — Na nossa visão como Igreja Metodista, a influência desse trabalho no âmbito da Igreja foi muito bom. Como numa primeira fase nós conseguimos superar muitas barreiras dentro da Igreja, inclusive o preconceito que se tem de ecumenismo, só numa visão de adoração, quando há um campo muito mais aberto, mais amplo, que é realmente essa união de forças para lutar e esclarecer junto da comunidade sobre as necessidades sociais. Acredito que como primeiro passo para conscientização da Igreja, foi muito bom, e inclusive pelo grupo que se apresentou, que se envolveu, achei até muito grande o grupo, apesar da primeira vez em que se pensou que o grupo era pequeno.

Jorge — Então o sr. acha que a comunidade está aceitando como um todo esse tipo de trabalho ecumênico, não está havendo uma rejeição?

Catita — Não está havendo uma rejeição. Primeiro porque quem poderia rejeitar, não tem base para discutir. Então eu acho que esse grupo deve continuar nesse trabalho. Agora se venceu a primeira barreira e nós vamos trabalhar mais dentro da Igreja, fazer uma abertura maior.

Elian — Também acho que começamos muito sem saber o que realmente íamos fazer, como realmente íamos convidar as pessoas para uma reunião da Pastoral da Terra. De repente, as pessoas: “Mas eu não tenho nada com questão da terra porque...”, e a gente ficava meio perdido. Convidar como? Mas, pela questão assim de ser ecumênico, ser um trabalho ecumênico, eu acho que não houve muita rejeição não. Lógico que um ou outro tem aquele preconceito nato né. “Eu sou contra porque eu sou contra” Mas por quê você é contra? “Eu sou contra”, mas em linhas gerais eu acho que as pessoas têm aceitado.

A REPRESENTATIVIDADE DOS METODISTAS PARTICIPANTES

Jorge — Tem participado um número reduzido de pessoas e é um grupo específico que tem participado. Vocês interpretam isso como uma representação da Igreja ou ainda como uma participação pequena que pode ser aumentada?

Eduardo — Eu vejo com grande importância a Pastoral da Terra, justamente nesse ponto. A Igreja Metodista, principalmente a Igreja Metodista no todo, é uma Igreja de proposta ecumênica. Mas aqui, em Mantiquira, foi um lance de novidade para mim. E eu sabia que a Igreja tem essa proposta ecumênica, que se envolve com outras Igrejas no objetivo de um trabalho comum, mas isso concretamente eu nunca tinha percebido aqui em Mantiquira. Foi importante a Pastoral nesse ponto. De repente eu estava junto com grupos de outras Igrejas, não estávamos ali para discutir doutrina ou costumes de Igreja, mas simplesmente numa proposta de trabalho comum. Como exercício foi ótimo, mas percebo que existe ainda uma certa rejeição de um grande número de pessoas na Igreja. Sinto mais interesse do lado dos jovens. Era um grupo que estava sempre ali. Aquele grupo de sempre que estava presente nas pastorais. Sempre aquele grupo com uma mentalidade não encara ecumenismo como uma coisa assustadora. Acho que tem que se aprofundar mais ainda, temos que, não sei como, mas temos que exercitar mais isso. É importantíssimo esse tipo de trabalho ecumênico. E a Pastoral, acho que ela abriu um campo incrível para trabalharmos e nos envolvermos com a Igreja Católica a fim de conhecer como a Igreja Católica está trabalhando e como a gente pode contribuir. Mas eu acho que tem que haver um envolvimento maior ainda da mocidade da Igreja. Não sei se por influência dos pais, não sei como isso se processa, mas a pessoa ainda fica assim meio tímida, de querer se envolver mais.

Elian — É talvez mais preguiça do que realmente preconceito contra.

Eduardo — Conheço essa política, realmente eles não se envolvem. Mesmo não tendo ainda uma base específica para argumentar, eles têm aquele preconceitozinho derivado de opiniões de pessoas que influenciam de alguma maneira a cabeça deles.

Elena — A partir do momento em que a gente começou a participar da Pastoral da Terra, já houve mais ou menos dois momentos na Igreja Metodista. No começo o pessoal tinha uma série de tradições e tabus, tipo jamais se misturar com outras religiões, principalmente Igreja Católica. Uma vez eu ouvi alguém dizer, que ecumenismo era o padre vir fazer o culto na Igreja, ou então o pastor ir lá rezar a missa, com os santos e tudo. Isso era o que ficava na cabeça do pessoal, no começo, antes da gente se envolver. A partir do momento em que o grupo começou a participar, e começaram a conhecer alguma coisa, e também das próprias pessoas católicas frequentarem a Igreja em algumas reuniões, foram quebrando esses tabus e estão aceitando melhor, compreendendo melhor e conhecendo, o que eles não conheciam mesmo. Então começaram a entender o que é ecumenismo e estão aceitando melhor. Realmente existem pessoas que não participam porque continuam com o preconceito na cabeça contra os católicos. Mas tem muita gente que não participa por causa de preguiça mesmo. Dizem que não têm tempo e às vezes, não têm tempo mesmo.

Jorge — Uma coisa que temos que levar em consideração. Tem duas pessoas que acho importante citar, pelo fato de terem participado em determinados momentos: uma é a Maria de Santa Cruz, que veio assim sem muito saber o que era e pode ser considerada como uma pessoa bastante tradicional da Igreja, com uma visão bastante tradicional. Achou o trabalho muito bom, ficou muito animada com o trabalho e só não pôde estar mais vezes por causa do problema de saúde; e a d. Ana, que participou de uma reunião e ficou muito entusiasmada com o trabalho. Dá para se ter uma idéia de que as pessoas que têm participado, principalmente nestas últimas reuniões, têm gostado. Vou mais por esse lado de que existe ainda um pouco de receio, de começar a se envolver, a se integrar, mas esses que têm preguiça não vão a programação nenhuma. Mas, vocês acham que essa participação de um grupo determinado pode ser considerada representativa da Igreja? E também, que tipo de reflexos essa participação pode gerar dentro da Igreja?

Elian — Acho que podemos considerar esse grupo representativo, levando-se em consideração que é um grupo que tem uma porção de presidentes, que têm uma liderança, algum trabalho na Igreja. Não é simplesmente alguém que caiu de pára-quedas, não faz nada na Igreja, vem e participa somente da Pastoral. Quer dizer, eu acho que nesse ponto a gente pode considerar representativo esse grupo. Acho que sim.

Elena — Nós somos pessoas atuantes na Igreja, mas somos também na comunidade e não sei até que ponto nós somos representação da Igreja ou se nós estamos lá como comunidade, como membros da comunidade de Mantiquira.

Catita — Na Pastoral?

Elena — É. A gente participa da Pastoral, mas nós somos pessoas ativas na Igreja e de certa forma na comunidade também. Então não sei se estamos lá, representando a Igreja ou estamos lá como membros da comunidade, com várias pessoas isoladas participando da Pastoral.

Catita — A nossa identificação é muito de acordo com o nosso propósito que é representar a Igreja; a Igreja nos dá uma autonomia de que ela poderá e deverá ser representada também na comunidade. Então nós como Igreja representamos as duas faixas. E é o que é o ideal. Agora, não sei se foi o Eduardo que falou, com relação ao grupo, o envolvimento dos jovens; é uma coisa que nós temos que fazer e lutar muito neste ano que vem, para levar jovens e principalmente juvenis a participar. São uma ou duas pessoas que não querem ver de maneira nenhuma um envolvimento da Igreja com outras Igrejas, a não ser com a Wesleyana ou com a Assembléia. São essas pessoas que por uma maneira ou outra conseguiram influenciar os juvenis. E conseguiram afastar os juvenis de qualquer envolvimento de trabalho. Até na Igreja você vê que é uma luta para se levar os juvenis. As lideranças da Igreja pecaram muito em deixar a direção dos juvenis nas mãos desse pessoal, sabe-se que a caminhada que é hoje de conscientização e não se pode deixar a liderança na mão de pessoas dessas, que vão desviar o trabalho. Essas pessoas nem participam de trabalho nenhum que se ligue à comunidade.

Jorge — E são essas pessoas que manifestam uma certa rejeição por parte de qualquer trabalho ecumênico?



1986: culto de aniversário ao ar livre (Igreja Metodista, Mantiquira)



Catita — Completamente. Chegou-se ao ponto de pessoas procurarem e elas chegarem e dizerem: “não, procura fulano que esse problema de comunidade é com fulano”. Qualquer líder da Igreja Metodista por decreto da Igreja e principalmente pela orientação de “Vida e Missão”, tem que se envolver com os problemas da comunidade. Pode não resolver, mas ele ouve e diz: “Bom, isso aqui eu posso levar para fulano”. Mas dá um atendimento ao problema. Agora se precisa trabalhar realmente, como o Eduardo falou, com a juventude, porque a nossa esperança é realmente da juventude se envolver. E o fruto desse trabalho só será maior com o envolvimento dessa juventude.

Eduardo — Você perguntou se esse grupo pode ser representativo da Igreja e a Elian colocou que o grupo que participa da Pastoral é um grupo que

tem um trabalho de liderança dentro da Igreja. Claro que é representativo, tanto na Pastoral como na Igreja. Mas nós temos cargos de influência que de repente podemos trabalhar. Ainda não fizemos isso, mas precisamos fazer.

COMO A IGREJA METODISTA URBANA ENCARA A PASTORAL VOLTADA PARA A TERRA

Jorge — É são pessoas que têm uma certa representatividade dentro da Igreja, uma legitimidade, e além disso, a minha visão é de que a Pastoral não é um lugar onde se vão congregar todos os metodistas com todos os católicos, mas representantes de cada comunidade. Mas, é um tipo de trabalho novo, é uma Pastoral da Terra. É coisa nova, que gera até um questionamento, a partir do momento em que poucas pessoas dentro da Igreja Metodista são lavradores. Entretanto, sabemos que não é só o problema de terra no campo, há também problemas de terra urbana, de pessoas que não têm lugar para morar e que moram na beira do rio, etc...

Eduardo — Também a reunião não se esgotava somente na problemática da terra. Conforme íamos participando, íamos notando que surgiam outras questões a serem discutidas. Como o próprio culto, sendo fundamentalmente grupos de Igrejas que têm uma fé, expressávamos a fé no culto, no fato da gente estar reunido ali, fazendo um culto a Deus. Também pelas pessoas colocarem questões, por exemplo, o problema de saneamento básico da localidade, problema de falta de atendimento médico, quer dizer, a coisa não se esgotou na terra. A proposta de início era essa, tratar da terra e realmente houve um tratamento nessa direção, mas conforme o andamento do trabalho a coisa foi se abrindo, se expandindo mais. Acho que a gente pode trabalhar também nesse sentido.

Catita — E também houve momentos muito importantes na reflexão religiosa. Ali tínhamos uma abertura, sentíamos a presença de Deus para dar força, quer dizer, havia uma conscientização geral na busca da orientação de Deus para a caminhada. Isso também foi muito importante e é pena que muitas pessoas não assistiram, porque a pessoa que assistir a uma devocional daquela, fica com vontade, se realmente é religiosa, de ir sempre. É alegre, é uma devocional alegre.

SIGNIFICAÇÃO DA LIGAÇÃO FÉ E VIDA

Jorge — Como é que vocês vêem essa relação entre a prática devocional das reuniões misturada com as questões sociais todas?

Catita — É aí que está o principal da caminhada, da proposta: buscar a orientação de Deus para esta caminhada. Para mim os devocionais foram o grande elo de todo o povo religioso, todo mundo cultuando o mesmo Deus.

Elian — As últimas reuniões que tivemos foram muito marcantes nesse sentido porque fizemos um relacionamento entre a vida que temos aqui, especialmente em Mantiqueira, um lugar bem complicado em termos de terra, localização, saneamento, saúde e a vida da nossa fé. Encontramos

muita relação entre o povo daqui e o povo da Bíblia. Conseguimos fazer essa relação e, de repente, conversando, as pessoas colocaram questões muito importantes, textos da Bíblia muito importantes. Foi uma relação muito clara, para pessoas mais tímidas, aquelas que não falam, aquelas que não lêem a Bíblia direito ou aquelas que nem sabem ler. Todas elas conseguiram entender isso, a questão do Deus que agia no passado e age hoje. Muito importante isso. É importantíssima a visão de Pastoral, a visão de fé relacionada com os problemas. As pessoas conseguem ligar isso claramente, facilmente, sem estarmos perguntando: você acha que o problema da rua tem a ver com Deus ou tem a ver com a nossa fé? A gente nem precisa perguntar, as pessoas fazem essa relação rapidinho.

Catita — Naquela reunião em que se passaram aqueles “slides”, teve horas em que eu tinha a impressão de que estávamos andando com aquelas pessoas, na mesma realidade. A Maria ficou bem impressionada e se não veio mais vezes foi por falta de comunicação. Ela ficou assim: “Como é que tem isso, que eu não sabia que tinha esse tipo de reunião”. Realmente esse grupo é pequeno, mas não a sua força, pelo contrário, acho que esse grupo tem muita força e deve partir assim mesmo de poucas pessoas, que é para nós nos conscientizarmos e podermos informar as outras. Como a Elian disse, no começo não se sabia bem o que era a Pastoral, pensava-se que era chegar e já ia receber os documentos. O Fernando já queria até saber quando ele ia pegar os documentos do terreno dele. Quer dizer, não é bem isso. A Pastoral tem primeiro aquela preparação religiosa, aquela abertura de onde todo mundo tem que lutar igual, é uma caminhada de descoberta dos direitos que as pessoas têm e que é povo de Deus que tem que lutar. É importante que esse grupo pequeno já conscientizado tente envolver outras pessoas.

Elenice -- O principal objetivo da Pastoral é esclarecer, mostrar os meios, ajudar a pessoa a caminhar, a procurar o seu direito, lutar e, não que é chegar lá e pensar que vai estar tudo pronto, que a Pastoral da Terra vai fazer. É uma reunião que dá esclarecimentos dos direitos, tenta-se ajudar de alguma forma, mas é todo mundo indo, não é a Pastoral da Terra, aquele grupo que vai fazer. Foi válido participar da reunião, umas três reuniões só que eu participei e não tenho participado mais porque o horário está coincidindo com o nosso curso. Mas eu gostei das reuniões, da discussão, eu nunca tinha participado de uma reunião falando dos problemas da terra, falando dos problemas da comunidade, sempre tive vontade mas nunca tinha participado, voltei, quando eu tiver a oportunidade vou tornar a voltar. Teve a parte da devocional, todo mundo cultuando o mesmo Deus, cada um respeitando as diferenças dos outros, um aprendendo com outro, trocando idéias. Achei válida a reunião da Pastoral da Terra. Em todo começo sempre tem aquele grupinho que vai mas, foi o que o sr. Catita falou, vamos continuando, vamos conseguindo esclarecer alguma coisa e daqui para a frente quem sabe conseguimos levar um grupo maior. Eu acho que devemos batalhar e ir à frente. Todo começo é difícil mesmo.

COMO OS METODISTAS RETORNAM À IGREJA AS DISCUSSÕES

Jorge — E como vocês vêem a possibilidade de transferir para a comunidade metodista, para a Igreja Metodista, aquilo que é discutido, aquilo que é falado na Pastoral? Existe espaço? Será que hoje ainda existe pouco espaço? Será que no futuro ainda pode haver mais espaço? Quer dizer, essas pessoas que estão representando a comunidade metodista junto à Pastoral da Terra, como elas têm levado isso para dentro da Igreja, para o resto da comunidade? E como pode ser feito, de forma melhor em termos de futuro? Vocês têm alguma idéia a respeito disso?

Eduardo — Nas lições mesmo que estudávamos na Igreja, teve uma unidade de estudo, que eram lições basicamente voltadas para problemas mais de comunidades e sempre no final da lição havia algumas perguntas, alguns desafios: qual seria a maneira de nos envolvermos com essas questões sociais concretamente, de fazer alguma coisa fora das quatro paredes da Igreja? E, nesses momentos, surgiram oportunidades de nos colocarmos. Às vezes nós até colocávamos. Tinha uma reunião da Pastoral que ia acontecer no sábado e a lição era colocada no domingo anterior, então havia esse tipo de convite para os jovens: “Olha, vai ter uma reunião do grupo de outras Igrejas, nesse objetivo de se reunir para cultuar a Deus, e ao mesmo tempo de procurarmos caminhos juntos para descobrir a maneira concreta de atuar na comunidade, sabe, de procurar soluções”. Essa forma surtiu algum efeito porque o grupo se sentiu impulsionado a participar da Pastoral. Não foi todo o grupo de jovens, mas algumas pessoas descobriram que ali estava um caminho, uma maneira concreta de agir junto com outras pessoas de diferentes idéias etc... Penso que a lição da Escola Dominical pode ser uma boa oportunidade. De repente estudamos a lição da Escola Dominical e depois, no final, aquele desafio: “O que temos feito? Como podemos agir? De repente, a proposta da Pastoral pode ser colocada aí.

Elian — Eu acho que o espaço da Escola Dominical é um espaço. Há outros também, algumas reuniões nossas, alguns encontros, acho que temos que aproveitar todos os encontros na medida do possível. Acho que não vamos ficar: “Oh! Vão na Pastoral, não sei o quê”, sem mais nem menos, mas aproveitar todos os encontros para divulgar isso e convidar mesmo as pessoas para irem. Eu acredito que as pessoas indo a uma reunião e tendo oportunidade de ir a outras, vão participar. Porque é interessante.

Catita — Tenho sentido quanto é importante a Escola Dominical na caminhada do crente e da Igreja. Pouco a pouco podemos ir trabalhando na Escola Dominical, que é um lugar de educação, de orientação. Apesar da Escola Dominical aparentemente ter melhorado muito, nós temos deficiências de professores. Esses espaços que têm nas lições, poucos professores aproveitam. Eles fogem da realidade da nossa vida da comunidade. Às vezes a lição vem mesmo provocando, se envolvendo com a situação da comunidade, mas a maioria dos professores passa por cima. Têm muito medo dessa realidade.

Jorge — O sr. acha que a Escola Dominical então é um espaço quase que básico, primordial para transferir esse conhecimento que a gente adquire na Pastoral?

Catita — É importante. Se esse grupo que participou, preparasse um trabalho para fazer um culto antes do final do ano. Um trabalho nosso, com a Igreja, vá o grupo que for, não importa e fazer uma prestação de contas à comunidade da Igreja, no dia de sábado, e nós mesmos da Igreja contarmos a nossa experiência e termos um trabalho preparatório para a Igreja, vamos sentir quais são os elementos que vão se interessar de ir, qual vai ser o interesse deles naquela conversa e podemos aproveitar muita coisa para o ano que vem. Vamos fazer um bom convite, preparar o povo para uma grande reunião. Mas vamos preparados, pelo menos é um teste para nós que nos envolvemos.

SIGNIFICADO DA EVENTUAL ENTRADA DE UM PASTOR CONSERVADOR

Jorge — Durante um período da Pastoral, a comunidade metodista estava mais representada pelos pastores principalmente o pastor Melquias. Depois, num outro momento é que começamos a ter as nossas reuniões e começaram a participar pessoas da Igreja. A minha pergunta é a seguinte: Tendo em vista o sistema de itinerância, em que os pastores podem mudar a qualquer momento, como seria a reação, principalmente desse grupo que representa a Igreja, no caso de uma mudança de pastor que tivesse uma outra linha de trabalho, que não desse tanto incentivo a esse tipo de trabalho como da Pastoral, o que isso representaria para vocês como grupo? Isso modificaria alguma coisa?

Catita — Nós, líderes, se por acaso houver mudança pastoral, se houver, nós vamos ser os responsáveis. Então temos que assumir esta liderança e fazer tudo para que essa caminhada não seja desviada. Porque está provado que nós estamos no caminho certo. Está provado que somos a Igreja que talvez tenha caminhado mais, em todos os sentidos, sentido religioso, sentido material, em todos os sentidos ela caminhou, se identificou mais com a comunidade; hoje se houver qualquer envolvimento na comunidade alguém diz: "Tem gente da Igreja Metodista". Não estou dizendo isto porque eu tenha participado não, é que há comentários realmente. Comentários a esse respeito.

Eduardo — É, mesmo mudando o pastor da Igreja e a linha de trabalho, acho que nós já estamos com uma experiência muito grande. Fica difícil de repente a gente parar por causa de uma influência de alguém de cima.

Jorge — Uma mudança de orientação pastoral não modificaria o tipo de prática pastoral que vocês estão tendo?

Eduardo — Acho que não. Automaticamente vai haver uma diminuição de apoio da parte do pastor, de incentivo, mas a gente está muito envolvido nisso.

Elian — Creio que o nosso trabalho na Pastoral tem conseqüências. Não é simplesmente participarmos das reuniões. A partir do nosso trabalho na Pastoral temos envolvido todo o nosso trabalho na Igreja, tudo que temos feito na Igreja tem partido daí. A nossa participação na Pastoral tem surtido alguns efeitos em outros campos de trabalho, como na ação social, na educação cristã, nos jovens etc. Então, de repente não vai ser um pastor que vai mudar. A gente não vai deixar mudar toda a linha de pensamento

nosso, deixar de fazer tudo que a gente faz por causa de um pastor. Talvez fique um pouco difícil, vamos ter menos apoio, mas eu acho que não vai morrer esse trabalho. Temos capacidade de continuar, estamos convictos do que queremos, do que estamos fazendo.

Elena — Se temos consciência do que estamos fazendo que é certo e é bom, não podemos desistir, a qualquer momento, por qualquer coisa que aconteça. Nós vamos continuar.

Eduardo — Está muito vinculado à fé. De repente eu acredito, eu vejo a fé dessa maneira. A única maneira de pôr a minha fé em prática é nesse tipo de ação. Então fica difícil romper com isso. Não é qualquer um que vai fazer a nossa cabeça para mudar, fica difícil.

Catita — Eu estou achando que esse trabalho todo está sendo muito maravilhoso, estamos pedindo a Deus para que isso não aconteça, o caso de chegar um pastor de uma outra linha e tentar mudar. Temos que nos preparar porque talvez a força do mal queira se aproveitar de uma oportunidade assim. Por isso temos que estar muito bem preparados, o grupo coeso para resistir nesta caminhada. Qualquer mudança que não seja para acrescentar nesta nossa caminhada, não será correta.

Jorge — Bem, era mais ou menos isso que eu queria de vocês, agora eu não sei se alguém queria falar mais alguma coisa, algum comentário, algum tipo de palavra de esperança em termos do que têm visto da Pastoral, em termos de futuro e mesmo em termos desses materiais que a Pastoral está preparando como o audiovisual e o caderno do CEDI.

PERSPECTIVAS DO TRABALHO

Catita — Na Federação de Moradores de Caxias, a Igreja Metodista tem sido muito citada por causa deste trabalho da Pastoral da Terra. As autoridades sabem que a Igreja Metodista é um ponto de resistência contra tudo aquilo que venha prejudicar a comunidade. E realmente é isso que tem me entusiasmado muito. Todo mundo comenta, o pessoal do Cantão de Santa Cruz comenta que a Igreja Metodista tem ajudado, tem-se envolvido. Nós vemos isso como uma abertura e um ponto que cada dia nos entusiasma mais, e eu realmente fico muito satisfeito. Deus vai continuar nos abençoando e eu acredito que esse grupo vai realmente continuar sendo abençoado por Deus.

Jorge — Eu só completaria que Deus abençoe para que além das autoridades, que o povo todo possa perceber que a Igreja Metodista está tentando se envolver, aos trancos e barrancos, mas tentando dar sua força até. Mais alguém queria falar alguma coisa?

Elian — Foi muito interessante, de repente, alguém ter tido essa idéia desta Pastoral e ter lutado por ela e estarmos caminhando nesse sentido, foi muito interessante. Essa foi assim uma idéia que mais alguém poderia pensar que fosse dar tão certo. É muito boa a participação, os encontros e a amizade também que se faz com as outras pessoas. Foi válida demais essa idéia da Pastoral.

Jorge — Bem, eu acho que é só isso, quero agradecer a vocês, espero que isto seja de bastante proveito e que, em breve, se Deus quiser, vocês vão estar vendo os frutos desta entrevista, de todo este trabalho que a gente está fazendo.

Um pastor metodista na Pastoral

Jorge Luis Ferreira Domingues
— pastor metodista em Xerém.
Igreja Metodista de
Mantiquira.

Rafael — Soares de Oliveira —
assessor do CEDI.
Entrevistador.

O SIGNIFICADO DO ECUMENISMO NA PRÁTICA PASTORAL DA IGREJA

Rafael — Você, com atividades na Igreja que consomem o fim de semana, dias de semana, etc... Como é que você vê este trabalho, com uma participação agora num projeto ecumênico que também tem suas atividades, qual a ligação que elas têm ou não?

Jorge — Sempre se ouviu falar que a Igreja Metodista é ecumênica, diferente das outras Igrejas protestantes em sua grande maioria, mas isso é uma coisa que nunca foi discutida. Isso é uma coisa até um pouco problemática, porque ecumenismo é visto de uma forma preconceituosa, em termos de: “Ah! Vai juntar com a Igreja Católica”. Quando a gente começa um projeto ecumênico como começou, surgem essas questões dentro da Igreja e de certa forma um grupo de pessoas dentro da Igreja realmente têm uma posição bastante refratária. O pastor tem sempre uma posição de destaque dentro da Igreja, e, por menos que se queira, sempre se vai estar preso a esse tipo de atitude em que as pessoas vêm no pastor alguém que está dando um “sim ou não” para o que acontece. Pessoalmente, em termos de Pastoral, acredito muito na importância desse tipo de trabalho, então a gente se integra nisso e inclusive começa a “comprar brigas” com as pessoas que não aceitam. De certa forma isso é apenas um período inicial, porque há as pessoas que estão participando, e as que não podem participar por outros problemas, mas que acreditam muito. Então, se torna uma coisa muito fácil trabalhar com essas pessoas em termos de projeto. É claro que com os que não aceitam, não adianta nem ficar insistindo. Trata-se de um tipo de visão diferente de Igreja, uma eclesiologia totalmente diferente em que há um rompimento com esse tipo de trabalho. Agora, há uma questão muito séria a ser levantada, que é muito pouco discutida quando se fala de trabalho ecumênico, é exatamente a especificidade do trabalho de Igreja; a Igreja protestante aqui, no Brasil, por ser uma Igreja minoritária, é uma Igreja que tem uma atitude muito proselitista: quer crescer, aumentar, ter crescimento numérico, isso é muito importante para as Igrejas. Quando você fala em projeto ecumênico é uma coisa que se choca com aquele tipo de atitude, porque, em tese, quem teria que ser salvo é quem não está na Igreja, e quem não está na Igreja é quem não está em uma Igreja evangélica. Então há um choque: como você pode trabalhar junto com um grupo de pessoas que deveria ser o grupo alvo que você está tentando ganhar para a sua Igreja?

Rafael — Como é que isso, que você falou, se dá em Mantiquira? Qual é o projeto religioso da Igreja de Mantiquira e como é que isso “bate” com a participação num projeto ecumênico?

Ecumenismo e membros
da Igreja Metodista

Jorge — É um negócio bastante confuso e um pouco amplo devido às experiências de grupos da Igreja. Quando a gente entra nesse projeto ecumênico, a primeira idéia que se tem, é a seguinte: “Está juntando”, quer

dizer, quando começa a haver uma conscientização da Igreja de que o negócio não é isso, é que se está trabalhando junto, fica um negócio mais fácil de ser tratado dentro da Igreja. A conclusão a que se chega é que esse tipo de trabalho é um trabalho que tem uma especificidade dentro das diversas funções da Igreja, nos diversos ministérios. O ministério da Igreja não é somente converter, quer dizer, essa não é a única função da Igreja embora seja, muito importante. Há também a função de estar dando assistência, de estar respondendo às necessidades das pessoas, de se envolver com a comunidade, sendo luz da comunidade. Ser luz não é somente converter, citar testemunho de que é crente, mas estar denunciando as coisas erradas, denunciando as formas de opressão, de pecado. O grupo que participa desses trabalhos ecumênicos tem essa preocupação, já o grupo que não participa, que é contra esses trabalhos ecumênicos, não. Há também um grupo que é simpatizante, intermediário, não se envolve tanto e também não está engajado em todos os trabalhos da Igreja, por outros problemas. Muitas vezes são pessoas muito ocupadas, mas que não vêem nada contra, muito pelo contrário, até dão uma força. As pessoas que têm conhecimento e começam a saber como as coisas acontecem no trabalho ecumênico dão uma força muito grande.

Rafael — Você podia falar um pouco desse negócio do “junto” e do “trabalhando junto”, quer dizer, vai juntar ou vai trabalhar junto? Essa preocupação surge nos membros das Igrejas quando vocês começam a entrar nesse projeto ecumênico? E, não só nos membros, mas você como pastor às vezes oscila numa preocupação de estar trabalhando junto com a Igreja Católica, por exemplo, e ela ser muito grande e poder consumir todas funções pastorais e religiosas do trabalho?

Ecumenismo e as outras Igrejas locais

1986: a manutenção do apoio à ocupação

Pastor e padre em celebração no Dia de Solidariedade promovido pelas duas Igrejas



Foto Rafael Soares de Oliveira

Jorge — A Igreja Metodista em Mantiquira é muito questionada pelas outras Igrejas, por diversas práticas, inclusive a prática de trabalhar num projeto ecumênico. Questionada e esse questionamento bate principalmente dentro das pessoas da Igreja mais ligadas a uma visão pentecostal de Igreja. Tais pessoas sentem uma influência grande de fora e realmente se sentem chocadas quando membros de outras Igrejas vêm questionar o fato de estarem junto com a Igreja Católica. Mas, como pastor, acredito que uma das minhas funções é exatamente estar deixando claro e batalhando para que essa visão de Igreja anti-ecumênica não seja a que vai dar a linha do trabalho. A gente tem que estar garantindo a ação daqueles que estão envolvidos no trabalho ecumênico, no envolvimento com a comunidade. Realmente estar trabalhando com a Igreja Católica é uma questão que gera certos conflitos, algumas dúvidas a respeito de como atingir as pessoas que se tem que atingir em termos de evangelização. Mas é uma coisa que começa a ser solucionada a partir do momento em que se vê que quem está precisando ser evangelizado não são as pessoas que estão ali, não são os católicos que estão ali participando, porque esses católicos estão tão engajados no trabalho do Reino de Deus, claro, dentro da Igreja deles, quanto nós na nossa Igreja. Então quem precisa ser o alvo desse objetivo de evangelização é quem não está envolvido com Igreja nenhuma. Assim como acho que a Igreja Católica também tem esse alvo de envolver de estar tentando pegar pessoas que não estão presas a Igreja nenhuma.

Rafael — Você é pastor então, fora a sua relação com o trabalho ecumênico, você tem um projeto de trabalho dentro da Igreja, em cima de algumas questões como um projeto em termos de trabalhar ou não pessoas, ou grupos, em função de uma perspectiva religiosa, de uma postura das pes-

Ecumenismo e
a prática do pastor

Foto Rafael Soares de Oliveira



1986: culto ecumênico de
apoio à ocupação em
Tabuleiro

soas diante da vida, a partir da fé. Esse trabalho ecumênico vem contribuir, vem atrapalhar, lhe dá certos receios? Por um lado isso e, por outro, quem é o objeto do seu trabalho como pastor? São as pessoas da sua Igreja, basicamente?

Jorge — Na prática mesmo, a gente está mais envolvido com as pessoas da Igreja. O nosso trabalho pastoral, um pouco limitado, quase que só de fim-de-semana e, algumas vezes, durante a semana, é mais voltado para as pessoas da Igreja. Mas não é voltado para as pessoas da Igreja de forma exclusivista, e aí que entra o projeto pastoral. Meu projeto pastoral, meu projeto de trabalho com a Igreja, se dá em termos de que é necessário que haja uma conscientização das pessoas da Igreja para o envolvimento com a comunidade de diversas formas e dentro da especificidade da Igreja. Que especificidade é essa? Ora, nós somos de uma Igreja Metodista, acreditamos em coisas específicas, temos nossas doutrinas. Essa especificidade de Igreja Metodista é que vai dar a linha de como nos envolvermos, nos engajarmos na comunidade. Em todos os campos. Respeitando, claro, as diversas formas de atuação pessoal. Tem pessoas que realmente se engajam mais num trabalho social, outras que se engajam muito mais num trabalho de evangelização. Tem que haver um respeito mútuo dentro disso. Acho que a minha função pastoral está muito ligada a isso, de estar pegando essas linhas e colocando-as juntas e em confronto, e vendo que elas não são excludentes. Elas são complementares, é um trabalho que vai caminhar junto, dentro da especificidade da Igreja. Por se estar trabalhando, principalmente com as pessoas que estão dentro da Igreja, não temos um envolvimento direto com a comunidade, mas levamos as pessoas da Igreja a se envolverem com a comunidade. Não somos nós que levamos, mas estamos tentando fazer com que as pessoas se conscientizem de que isso é muito importante, que isso é uma parte do trabalho da Igreja. Dentro desse projeto pastoral, esse trabalho ecumênico tem uma importância muito grande, porque é uma forma da gente estar, até mesmo atendendo a um item do plano "Vida e Missão". Quer dizer, a gente está juntando forças com qualquer grupo, comunidades, instituição que esteja lutando em favor da vida, contra as forças da morte. Então não é uma questão de religião, de fé, de diferença de crença não, mas é uma questão de estar lutando em favor da vida. Estar lutando em favor do que a gente acredita que é o Reino de Deus. Nesse caso, contar com a Igreja Católica é uma coisa muito boa, muito válida e que enriquece muito a nossa prática de Igreja. A gente começa a compreender melhor, inclusive a Igreja Católica e a poder trabalhar junto, do lado dela, apesar das diferenças. A gente vê que as coisas não são tão chocantes em termos de projeto pastoral.

Rafael — Você poderia falar um pouco dessa sua participação, como pastor e do pessoal da Igreja Metodista no projeto ecumênico, o que isso implica em termos de desenvolvimento do seu trabalho pastoral. Estando num encontro desses, que tipos de problemas traz ou não. Outra coisa é quanto à participação das pessoas da Igreja, como é que isso retorna para a sua Igreja, de que forma as pessoas estão retornando essa participação no trabalho ecumênico para a sua Igreja?

Jorge — Por parte do grupo mais reacionário, mais pentecostal mesmo, existe uma rejeição completa desse trabalho ecumênico, mesmo porque



Foto Rafael Soares de Oliveira

1986: pastor metodista em culto ecumênico na área rural

Problemas com a Igreja: encaminhamentos e soluções

não conhecem esse tipo de trabalho da Pastoral da Terra. Por parte dessas pessoas há um questionamento muito grande da participação da Igreja e, conseqüentemente, do envolvimento do pastor. No primeiro momento em que ainda estávamos começando o trabalho, ainda não tínhamos muito envolvimento na comunidade e a comunidade não estava muito dentro disso, não havia tanta cobrança, quase que por ignorância mesmo, quer dizer, as pessoas não estavam sabendo como nos estávamos envolvendo. Mas, num determinado momento, em que começa a entrada da comunidade, começam a surgir cobranças. De certa forma é uma coisa bastante confusa, como a gente tem que justificar isso. Mas não chega ao ponto de atrapalhar, ou de colocar rachas dentro da Igreja, divisões por causa da participação nossa nisso, não. Muito pelo contrário, quando começam a participar pessoas da Igreja e o trabalho se torna mais conhecido, as próprias pessoas que já estão participando de uma forma consciente e autônoma, sem a dependência do pastor fazem a divulgação. Surge um clima de mais tranquilidade em termos da prática pastoral nossa. Claro que é difícil fazer com que as pessoas que não aceitam possam entender como isso acontece e como isso vai refletir na nossa prática pastoral que para eles é muito ligada só à evangelização.

Rafael — Você tem pessoas na Igreja, que estão acreditando e que não estão acreditando. No momento em que você começou a receber, de determinadas pessoas, reações em contrário à sua participação ecumênica, o que você fez? Como é que você agiu em relação a isso? Isso chocou? Fez recuar? Como é que você avaliou?

Jorge — Recuar não recuamos, porque é a prática da Igreja. Já é do conhecimento geral há tanto tempo. A reação é de um grupo muito minoritário e que realmente não tem peso e muita força dentro da Igreja. Quem dá a linha de ação dentro da Igreja são as pessoas mais conservadoras, é o grupo mais tradicional. Esse grupo, pode levantar até um questionamento, mas nunca vai contra totalmente, sem estar totalmente por dentro do que é. Ele pode levantar questões, dúvidas. Mas, quando eu recebo esse tipo de questionamento, a reação imediata é de rebater. Eu tento justificar e colocar a minha visão bíblica, a visão pastoral a respeito da importância da participação nesse tipo de trabalho. Quer dizer, para esse tipo que levanta o questionamento, não adianta nada você ter uma base bíblica, você ter uma visão pastoral, uma visão de trabalho ecumênico, que envolva as forças que lutam contra a morte, contra a opressão que se vive. Para eles isso não quer dizer nada, eles têm uma visão muito "bitolada". Esse tipo de coisa não me preocupa tanto. Trata-se de pessoas que não têm respaldo dentro da Igreja, respaldo do povo da Igreja. É um tipo de pessoas que estão à frente, falam muito, agitam muito mas não têm muito respaldo em termos de prática mesmo, de trabalho na Igreja. De certa forma, quando eu tento passar isso para essas pessoas ou para um grupo através da palavra, às vezes até da pregação ou alguma coisa assim, isso já é uma forma de se estar pondo a Igreja a par de tudo e estar envolvendo a própria Igreja.

COMO OS METODISTAS RETORNAM À IGREJA AS DISCUSSÕES

As pessoas que participam da Pastoral Ecumênica têm um envolvimento na Igreja diferente do meu, que é um envolvimento pastoral. Essas pessoas têm um envolvimento dentro da sua sociedade, dentro do seu grupo mais pessoal, de amizade e até mesmo da sua classe de Escola Dominical. Dentro desses grupos de que eles participam é que eles passam realmente o conhecimento que adquirem. Passam inclusive formas de trabalho, passam, às vezes até, convites para reuniões, organizações e há uma integração disso. Essa integração é ainda um pouco pequena. Creio que o trabalho está entrando numa caminhada que se está iniciando e que está sendo já um pouco proveitosa. As pessoas da Igreja já se conscientizam, de que a Igreja participa desse trabalho pastoral ecumênico da terra. Dentro de sua especificidade, de um trabalho amplo, como ele é, mas a gente sente que já está havendo uma certa aceitação da Igreja. Principalmente por parte daqueles que não são radicais, que têm a princípio, até um certo receio, mas que, quando começam a conhecer como o trabalho se dá, ouvindo ou às vezes até mesmo participando, se tornam muito entusiasmadas com o negócio e põem muita fé naquilo.

UMA QUESTÃO PASTORAL: PASTOR ECUMÊNICO E IGREJA CONSERVADORA

Rafael — Bom, você falou das pessoas, são refratárias a isso, contra o projeto ecumênico que são os carismáticos, os pentecostais da Igreja, que não seriam problema, porque é um grupo que não tem poder na Igreja. Mas a pergunta que ficaria de fundo é: e se tivesse? Se fosse uma outra Igreja que tivesse esse peso? Como é que você vê essa coisa de ter poder na Igreja, não ter poder na Igreja. E como é isso em termos de desenvolvimento de um trabalho que tem uma perspectiva ecumênica? Se você estivesse numa outra Igreja, se de repente você vai para uma outra Igreja e continua com uma perspectiva ecumênica?

Jorge — Acredito que a linha de que ação tomar dentro da Igreja, quem dá são os mais conservadores. Os carismáticos e os mais progressistas, têm destaque, chegam até a galgar postos de poder dentro da Igreja, mas não têm respaldo quando se radicalizam nas suas posições. Então, os carismáticos que são radicais dentro da Igreja, os pentecostais mesmo de alma, até o fundo do coração, encontram, às vezes, barreiras, por parte dos conservadores. Bem, quando se tem um tipo de linha pastoral como temos ali em Mantiquira, que é uma linha pastoral mais “progressista”, mais voltada para as relações sociais, ecumênicas etc., tem-se uma arrumação das forças da Igreja que dá uma grande vazão a esse tipo de trabalho. Se tivéssemos um outro pastor, um pastor pentecostal, carismático, a linha que estaria dando mais peso seria uma linha dessas, pentecostal, mas que também não elimina a visão das pessoas mais voltadas para o contexto social da fé. Quer dizer, apesar do pastor ser uma pessoa que ainda hoje marca muito a linha pastoral da Igreja, isso não interfere muito no trabalho da comunidade, se a comunidade está participando autônoma e consciente, e acredita no que está participando. Acho que esse já está sendo o caso das pessoas que estão participando de uma Pastoral da Terra. Quer dizer, mesmo que fosse uma

linha de ação mais carismática, mais pentecostal, acho que ainda haveria espaço dentro da Igreja para esse tipo de ação, por causa das pessoas que acreditam nisso. Falo em termos da tradição metodista, das pessoas se envolverem com a comunidade. Agora, por isso eu acredito seria mais difícil, mas não seria uma coisa impossível. Em termos meus, pastorais, eu sei que, em Mantiquira eu tenho uma Igreja propícia a esse tipo de trabalho, então temos várias linhas de trabalho e temos um grupo bastante consciente em termos de participação, em termos de envolvimento. É uma Igreja que está, comparada com outras Igrejas, bastante à frente, em seu engajamento. Mas uma coisa que eu já percebi também na maioria das Igrejas da Baixada e numas outras Igrejas que eu conheço é que, uma coisa que está arraigada nas pessoas que se sentem metodistas, que não sentem apenas que estão numa Igreja qualquer, mas que se sentem metodistas, é que a participação social é uma coisa muito presente, que não pode faltar dentro da Igreja. Um exemplo: Eu estava presenciando numa reunião há algum tempo atrás, no distrito, em que se falava num trabalho de evangelização, que era preciso intensificar a evangelização, e uma senhora se levantou — e eu nunca poderia imaginar que ela pudesse levantar tal questão — falando: “Mas, e o social? Como que isso vai estar no mundo? Como é que a gente vai estar mostrando, dando um apoio às pessoas que estão precisando? Como é que a gente vai estar lá dando o que as pessoas precisam em termos materiais também? A gente não pode dar só o Evangelho, a gente precisa dar também o alimento, dar o apoio, dar os meios de vida necessários, a gente precisa estar ajudando nisso”.

Eu sinto que existe isso, conforme eu presenciei nessa reunião, que me trouxe a consciência de que isso acontece na maioria das Igrejas que conheço mais a fundo: pessoas que têm um tipo de trabalho, de ação, que mesmo numa reunião em que se estava falando sobre evangelização — como é importante evangelizar e como é importante ver o aumento do número de pessoas na Igreja —, levanta como o fez uma senhora da Igreja do distrito, a questão sobre o aspecto social sobre a ação social da Igreja e defendem a idéia de que se deve levar o Evangelho junto com as condições dignas de vida, o alimento, a participação, etc.

Estou começando a crer — é algo que vai clarear durante a caminhada — que, dentro da tradição da Igreja Metodista, existe a conscientização da importância de se estar envolvido na comunidade, desenvolvendo um trabalho social e levando isso à frente. O que isto representa em termos de Pastoral para mim? Eu descubro que posso encontrar esse tipo de visão, por menos casos que sejam, em quase todas as Igrejas. Talvez até com um trabalho pastoral de base e com tempo, poderíamos levar para uma Igreja que não tenha visão alguma do trabalho social, uma consciência de que é necessário estar envolvido nessa área, nesse tipo de atividade.

No caso de eu me mudar para outra Igreja, mesmo para fora da Baixada ou para qualquer outro lugar, eu acredito que essa perspectiva de trabalho ecumênico tem respaldo na Igreja Metodista. Não só em termos de documentos, mas em termos de prática. Apesar de terem muito receio, elas acabam acreditando que é importante estar envolvidas com a comunidade, levando a luz, como eles mesmo dizem. Isto é, ser luz dentro das trevas. Isso não significa estar com a Bíblia pregando na praça, mas ser luz dentro das trevas significa estar levando uma mensagem de esperança, de fé, de que as coisas podem ser melhores para o povo que está sofrendo nessa situação tão precária que estamos vivendo.

Um padre católico na Pastoral

Domingos Coelho Ormonde Filho — padre católico em Xerém. Paróquia Nossa Senhora das Graças.

Rafael Soares de Oliveira — assessor do CEDI. Entrevistador.

O SIGNIFICADO DO ECUMENISMO NA PRÁTICA PASTORAL DA IGREJA

Rafael — Poderia dizer o que representa para você trabalhar num projeto ecumênico, de um modo geral?

Domingos — Primeiramente é algo novo. Nunca tivemos uma experiência semelhante a esta. Estuda-se na faculdade ecumenismo, a importância dessa prática, mas não se leva isso em termos concretos e não se tem a oportunidade de se trabalhar com protestantes, muito menos numa dimensão social. Pensando em termos de Igreja Católica, esse envolvimento traz algumas vantagens. A primeira, dentro do contexto da atuação histórica da Igreja nos conflitos sociais nestas duas décadas, em que a Igreja tomou a frente da denúncia ao desrespeito aos direitos humanos, se envolveu com o problema do índio, do negro, da terra, do operário. O ecumenismo traz uma certa vantagem porque, trabalhando com outras Igrejas, cada vez mais a Igreja Católica tem que reforçar uma postura que respeite a autonomia do movimento social. Evita uma possível pretensão de liderança. Mais ainda, em vista do que aparece nos jornais, ou mesmo nos livros para uso interno da Igreja, pode parecer que não haja diferenças religiosas entre o povo brasileiro: é um povo oprimido, religioso e parece ser todo católico; embora haja diferenças entre os participantes de comunidade e mesmo os outros que mantêm um catolicismo mais privado, privatizado. Trabalhar com outras Igrejas faz a gente ser mais realista e perceber que, na população, um pequeno grupo de pessoas está nucleado pela Igreja Católica em comunidades ou movimentos, e que outros grupos são das Igrejas chamadas evangélicas. Exige igualmente uma postura mais discreta frente ao movimento social. Isto é benéfico não só para o movimento, mas também para a própria Igreja. Ela deve continuar sempre incentivando com sua palavra, suas celebrações, com a sua utopia, a fim de que o Reino se concretize.

Rafael — Você está aqui há uns dois anos em Xerém. Como está isso na sua cabeça? Você, como padre, tem um plano pastoral, idéias pastorais, por um lado. Por outro, você tem projetos de ação bastante direta, da relação com seus fiéis. Tem o plano de ação pastoral e o seu plano de ação com os fiéis. Pensando essas duas coisas, como isso se situa dentro de um projeto ecumênico, ou seja, o que é fazer um projeto ecumênico nesse contexto? Além do plano pastoral, ter também um trabalho ecumênico?

Ecumenismo e a pastoral católica

Domingos — Como projeto pastoral o desafio maior para a Igreja, tanto em termos de Brasil como de Xerém, é formar comunidades populares em cuja experiência de fé entrem a problemática social e os conflitos vividos pelo povo. Então, o nosso projeto pastoral não pode ser simplesmente: o de formar comunidades católicas, pois ele não acaba no fato de agrupar o povo e expandir a Igreja, mas formar comunidades que sejam tipicamente populares nas suas lideranças, no seu modo de interpretar a fé e de

viver o Evangelho. E, naturalmente, que nessa interpretação da fé, na vivência na oração, na celebração possam aflorar a problemática do povo. Comunidades voltadas de fato para a vida, empenhados cristãos concretamente nas lutas populares não fazendo da Igreja, da comunidade, um espaço de decisão, nem de encaminhamento de lutas populares, mas um momento em que o povo católico reflete e procura caminhos. O aspecto extra-ecclesial é bastante importante. E nisso o projeto ecumênico faz a gente reconhecer a eclesialidade das outras Igrejas. Nós não somos a única Igreja de Jesus Cristo. Percebemos que há outros que também vivem a fé cristã. Isso nos faz ser mais humildes na nossa própria vivência de fé. É preciso superar a preocupação apologética. A fidelidade e a eclesialidade vêm da nossa própria prática como cristãos. O Evangelho que tenta ser pregado e vivido tanto na Igreja Católica como nas demais Igrejas é o Evangelho que nos questiona a todos. O ecumenismo nos ajuda, pois, a deixarmos de ser auto-suficientes. Dentro da problemática que o povo vive, o Evangelho nos impele, a todos sem distinção, a sermos mais autênticos na fé. Portanto, esse projeto ecumênico da Pastoral da Terra é interessante, primeiramente, pelo fato de reconhecer outras Igrejas na área, reconhecer que são Igrejas de Jesus Cristo que tentam viver com seriedade a fé cristã; e em segundo lugar, por ele se dar em cima de problemas concretos do povo. Não vamos discutir nem teologia, nem organização de Igreja, nem ministérios; mas, como cristãos, nos colocamos diante dos desafios, das questões que a vida de luta e de sofrimento do povo coloca.

Rafael — Você, como padre, tem uma série de atividades em Xerém e uma disponibilidade para estas atividades. Além dessas atividades, você tem disponibilidade para o projeto ecumênico. Como você pensa isso no conjunto: estão ligados ou separados?

Lugar do ecumenismo na prática do padre

Domingos — Isso cria problemas porque, como padre, a gente tem uma série de solicitações e expectativas por parte do povo, seja participar de reuniões de conselho de comunidades, de celebrar os sacramentos, atender aos doentes, tudo isso. Diante de um projeto ecumênico que exige de nós tempo para poder entrar em contato com pastores e membros de outras Igrejas, participação nas reuniões de lavradores, etc, às vezes surge uma tensão: de um lado os compromissos comuns do ministério, e de outro esta tarefa que, à primeira vista, não se enquadra no papel eclesiástico de um padre. Às vezes nos encontramos diante de uma certa necessidade de reservar mais tempo para uma coisa ou outra, e o conflito interior de perceber que muitas das vezes não damos conta das duas, se é que podemos separar. Um caminho, não digo de solução, mas de tentativa de resposta a esse problema, é reservar o tempo realmente necessário. Perceber que como padre, como pastor, tudo o que é problema do povo, diz respeito ao ministério pastoral não somente os sacramentos e a pregação da palavra. E aqui a gente vê as motivações de Jesus Cristo diante dos sofrimentos humanos. O caminho é permearmos tudo o que fazemos, a partir da problemática dos lavradores e dos operários de Xerém. De um lado, os lavradores que se vêem ameaçados pela falta de incentivos governamentais e cada vez mais pressionados pelos veranistas; no lado mais urbano de Xerém, os trabalhadores desempregados, subempregados. Então, essa problemática tem que motivar a fundo minha pregação e minha prática pastoral. Eu não posso pregar sem ter como horizonte esses lavradores e operários; não posso

exercer o seu ministério e celebrar a eucaristia sem pensar nos que passam fome, não têm condições de plantar, de vender e comercializar a sua produção. Celebrando os sacramentos, pregando a palavra, aconselhando individualmente as pessoas, visitando um doente, essa problemática tem que aflorar, tem que ser o chão de onde brota todo o meu ministério. Para mim, tem que ser isto: não separar os campos como se fossem duas coisas diferentes — uma coisa, eu como padre, envolvido numa prática social ecumênica e outra coisa o meu ministério intra-eclesial, católico como sacerdote. Deve haver uma interação entre as duas práticas.

Rafael — Historicamente a Igreja Católica tem recebido acusações e, às vezes até elogios, pela sua capacidade de adaptação e readaptação diante da realidade em que ela se insere, realidade histórica ou geográfica. Você acha que essa questão passa pela sua cabeça quando você está participando de um projeto ecumênico? Isso tem sentido no contexto de Xerém? Estaria a Igreja simplesmente se adaptando para se reproduzir em Xerém e através do ecumenismo furar as barreiras à sua penetração?

Domingos — Não tenho resposta, embora seja uma questão que sempre tive presente. Sendo sincero, a presença grande de protestantes aqui em Xerém é uma questão não resolvida, isto é, não me acostumei a ser padre em uma região com tantas Igrejas Protestantes. Em toda a Baixada Fluminense existem muitas Igrejas protestantes, sobretudo as pentecostais, que estão espalhadas por toda parte. Aqui em Xerém, porém, me parece diferente. Não tenho muitos dados para dizer isso — é meio a olho nu — mas há uma presença muito grande de protestantes. Talvez na Baixada mesmo, nos municípios de São João de Meriti, Caxias e outros como Nova Iguaçu, haja muitas Igrejas protestantes, mas poucas diante da população total. Aqui, pelo número de habitantes, há muitas Igrejas. E se comparar o número de Igrejas protestantes e de Igrejas católicas, se vê que há muito mais protestantes do que católicos participantes. E os conflitos doutrinários são constantes, quer dizer, constantemente católicos e protestantes estão se questionando, sobretudo nós estamos sendo interpelados por causa das imagens, a devoção aos santos e outras questões. Então, eu confesso que não estou acostumado ainda a viver nesse ambiente, o que me fez neste ano procurar conhecer melhor o protestantismo, me interessar mais pelas Igrejas protestantes, tanto no conhecimento direto de visitar os membros, saber como funcionam as Igrejas, qual o seu modo de compreender a fé, assim como também alguma coisa sobre a história do protestantismo, a expansão protestante no Brasil, os vários grupos, as diferenças entre as Igrejas históricas e as pentecostais.

Pode ser que a Igreja Católica fature com esse projeto ecumênico; acho, no entanto, que seria muito mais cômodo para ela criar uma Pastoral da Terra, fazer aqui em Caxias uma Comissão Pastoral da Terra. Tanto assim que o que motivou o surgimento desta Pastoral Ecumênica foram dois conflitos por ocasião da criação da diocese. Pela maneira de atuar da Igreja, ela assumiu o conflito, indicou um advogado, convocou o povo para reuniões, enfim, ela assumiu publicamente a defesa dos lavradores. A partir do projeto ecumênico a coisa já se deu de maneira diferente. No momento em que outro conflito surja e que a Igreja tenha que intervir diretamente, não será mais a Igreja Católica sozinha, mas a Igreja Católica e a Igreja Metodista, no caso.

Ecumenismo ou
adaptação proselitista
católica

1986: padre em culto
ecumênico na área rural

Uma outra tensão que passa na nossa prática pastoral é esta: encontramos na paróquia um trabalho grande de formação de novas comunidades, e que nós impulsionamos mais ainda; isso porque nós já viemos convictos de que a Igreja não podia ser aquela tradicional, as sedes que o povo buscava para receber os sacramentos; mas tinha que ser Igreja de comunidades de base, nas quais o povo estivesse à frente, se sentisse responsável, participante.

O nosso trabalho não era para concorrer com o número de Igrejas protestantes, mas está baseado no modo como vemos a Igreja. As pessoas só podem viver a experiência de Igreja em comunidades pequenas; então, cada vez mais nós vamos incentivá-los.

De outro lado, isso traz uma certa satisfação: saber que no bairro tem uma igreja da Assembléia de Deus e também uma igreja católica, claro. Na área rural, a coisa é mais difícil porque a presença da Igreja Católica é muito pequena: algumas comunidades eram assistidas apenas uma vez por mês pelo padre, no sistema de “desobriga” — o padre ia para celebrar as missas, fazer os batizados —, não houve nenhum trabalho sério de evangelização, formação de grupos, reflexão bíblica, nada disso.

Então o projeto ecumênico de pastoral se encontra ao lado do projeto interno da Igreja, que é formar comunidades na área rural. E isso nos coloca num pé de desigualdade, sobretudo com a Igreja Metodista, pois a Igreja Metodista não tem comunidades na área rural, não tem membros lavradores — se tem, são pouquíssimos —, e a Igreja não tem pretensões de adquirir adeptos na área rural. No trabalho da Igreja Católica, a gente não deve parar de formar grupos, comunidades na área rural, simplesmente porque estamos num projeto ecumênico. Sabemos que a maioria do povo é católico, embora o seu catolicismo não seja o nosso.

Trabalhar com outra Igreja vai exigir sempre momentos de autocrítica da Igreja Católica, de rever a evangelização. De qualquer forma, a gente

não tem pretensões nenhuma de desestabilizar aqueles que são protestantes, de forma alguma. Ao contrário, o nosso desejo é reconhecê-los como irmãos, como cristãos.

Uma outra questão que está por detrás disso é que um dos problemas do projeto ecumênico, em Xerém e em qualquer parte do Brasil onde possivelmente possa haver um projeto desses, é que expressamente os protestantes não esperam ser reconhecidos pelos católicos, e é difícil o católico ser reconhecido como cristão diante dos protestantes. E aqui nós sabemos claramente que somos vistos como incrédulos. Então, aceitar um católico numa reunião, ou participar de uma reunião convocada pelas Igrejas Católica e Metodista, ainda que seja para refletir problemas do bairro, dos moradores, é sentar lado a lado com um incrédulo, que não está vivendo com fidelidade a mensagem de Jesus. Aí está mais uma face da questão. Não se trata simplesmente da Igreja Católica reconhecer os outros como cristãos, mas também de ser reconhecida e de se apresentar como Igreja cristã diante dos outros.

Um fator atenuante é que os conflitos que se dão em termos institucionais, quer dizer, entre padres e pastores, Igreja e Igreja, ou membro de uma igreja e membro de outra, não são tão fortes no relacionamento diário das pessoas. Existe ajuda mútua entre católicos e crentes, uma convivência pacífica, de vizinhança. Quando não se discute a questão da religião, as pessoas se ajudam, se visitam, e mesmo diante de problemas sociais, há um entendimento comum entre elas.

O encaminhamento do projeto ecumênico de pastoral coincide também com o envolvimento da Igreja Católica com a problemática social, de motivar seus membros para que atuem, se engajem na problemática social e tudo aquilo que for de luta para o bem do povo. E acompanha também uma reflexão nova da Igreja em Xerém, através dos círculos bíblicos, das pregações e subsídios nessa linha de reflexão ligada à prática. É interessante que essa reflexão já vai sendo feita, tendo como baliza outras Igrejas cristãs que também estão sensibilizadas para os problemas sociais.

O SIGNIFICADO PARA A IGREJA DA COOPTAÇÃO DE SUAS LIDERANÇAS PARA O ECUMENISMO

Rafael — Nesse projeto ecumênico há líderes que começam a se envolver. Existe algum tipo de preocupação de estar emprestando líderes para esse projeto que diminuam as prioridades na Igreja Católica?

Domingos — Esse problema praticamente não existe. O que acontece é o seguinte: essas pessoas que estão se envolvendo com o projeto ecumênico, por própria opção nossa de escolher pessoas que têm a capacidade de refletir a pastoral da Igreja de maneira crítica e perceber as dimensões mais amplas da Pastoral, já são membros que têm um envolvimento muito grande na Igreja. Na medida em que eles assumem outro trabalho, seja a nível de Igreja, seja a nível de movimento social, vai ser benéfico, tanto para a forma de liderança que ele vai exercer dentro da Igreja, o tipo de reflexão e de encaminhamento que ele vai fazer com a sua comunidade, como também vai exigir que ele se desprenda de certos compromissos na Igreja, naturalmente dando oportunidade a outros. Não existe preocupação de nossa parte, pois vai implicar numa qualificação maior do membro da Igreja, ele vai trazer questões novas para refletir o Evangelho, para

organizar a sua comunidade, e também vai exigir dele que divida suas tarefas com outros.

A DIFUSÃO DA PASTORAL NA IGREJA CATÓLICA

Rafael — Como está sendo a difusão, na Igreja Católica, desse projeto ecumênico? Como está se dando isso nas comunidades? Têm-se visto alguns reflexos disso? E por outro lado, você já nota algumas barreiras que trazem incômodo na sua prática?

Domingos — A penetração do projeto nas comunidades tem sido interessante porque, durante um ano, através do informativo paroquial, nós passamos um pouco as motivações do projeto; procuramos transmitir para todas as comunidades o que se estava passando nas regiões rurais, o problema das pessoas que são obrigadas a vender seus sítios, problema das estradas, a ocupação de terras que houve aqui no ano passado. Tudo isso nós procuramos transmitir à comunidade através do informativo, sempre procurando colocar reflexões bíblicas e do magistério eclesiástico, para que a Igreja se envolvesse, tentasse dar uma resposta pastoral a esses problemas do povo. Durante mais de um ano, desde que nós chegamos para aqui, sempre uma vez por mês, saía alguma matéria a respeito da área rural e mais ainda de área urbana.

Depois, os nossos primeiros contatos com a problemática rural — os dois conflitos, de Penha-Caixaão e Santo Antônio — sempre foi com a presença de um dos membros da Igreja. Mariazinha e Sebastião, por exemplo, que hoje estão no projeto ecumênico, visitaram juntamente conosco Penha-Caixaão, na primeira vez que fomos conhecer os conflitos de terra, há três anos atrás. No caso de Santo Antônio também acontece o mesmo. As pessoas que estão envolvidas hoje com o projeto ecumênico são membros ativos, participantes da Igreja. Não foi uma tarefa assumida somente pelos padres, nós demos estímulo e procuramos envolver as pessoas para que elas conhecessem diretamente a problemática.

Na área rural, sempre através de nossas pregações, procuramos, desde o início, trazer para o bojo das reflexões, a problemática do povo.

E a penetração, por incrível que pareça, nesse segundo semestre sobretudo, está sendo feita a partir dos próprios leigos. Não tem havido um grande esforço por parte dos padres de legitimar a Pastoral nas comunidades. Os próprios leigos, que já participam, é que transmitem para os outros, durante as celebrações e reuniões de conselhos. E um fato notável para mim é que em uma das reuniões do Cursilho de Cristandade, movimento leigo que é vazado por tipos de condições sociais diferentes, os próprios leigos fizeram questão de apresentar um audiovisual e, sem a presença de padres, sem seu apoio estratégico, resolveram passar para os outros o que está sendo feito na Pastoral da Terra. Isso deu um incentivo muito grande. As comunidades — me parece — vêm com bons olhos esse envolvimento da Igreja; e sobretudo porque não é o envolvimento dos padres, mas de membros das comunidades.

RESISTINDO À FÉ E VIDA E ACEITANDO O ECUMENISMO: LEGITIMAÇÃO RELIGIOSA DOS CATÓLICOS

Rafael — Há barreiras de membros ditos conservadores a esse projeto?

Domingos — Embora nós estejamos aqui numa periferia de periferia, periferia da Baixada Fluminense, existem pessoas aqui com condições de vida melhores. A mesma divisão que existe dentro da sociedade, existe dentro da Igreja. Assim como nós temos comunidades onde o grosso das pessoas são operárias, são donas-de-casa, também existem, raríssimos — um por cento talvez — um profissional liberal até algum “fazendeiro” que participa da comunidade, grande e médio comerciante. Essa é uma barreira que a gente encontra porque, através da proposta pastoral de envolvimento da Igreja nas questões sociais, esbarra-se em interesses particulares, do ponto de vista da situação concreta de classes. De outro lado, há pessoas das classes populares que têm uma visão da Igreja que não se coaduna com esse tipo de prática. Por incrível que pareça, há mesmo pessoas que no passado tiveram um envolvimento de luta, mas um envolvimento que não era explicitado pela fé. Hoje, elas têm dificuldades de levar a fé que professam às últimas conseqüências, receios, medos. Nas celebrações das comunidades, que são feitas em sua maioria pelos leigos, muitas vezes o Evangelho lido aponta diretamente para questões que estão sendo vividas pelo povo, e no entanto, por medo, por bloqueios pessoais daqueles que estão à frente das celebrações, esses problemas não afloram no momento da reflexão.

No contato com outras Igrejas, eu tenho percebido que os católicos estão muito contentes quando dizem que há reuniões em que estão sentados juntos católicos e protestantes, pois é um sinal do reconhecimento de que somos cristãos. Do ponto de vista de envolver católicos e protestantes, isso não tem problema nenhum para os católicos. É até positivo.

SIGNIFICADO DA EVENTUAL ENTRADA DE UM PADRE CONSERVADOR

Rafael — A questão da itinerância. Você, em termos gerais, está à disposição da diocese para qualquer outro serviço. E se você sai daqui, como é que fica esse projeto ecumênico, como você pensa que estão as soluções de continuidade desse projeto, continua sem a sua presença, não continua?

Domingos — Do ponto de vista pessoal, eu fiz questão de permanecer em Xerém por mais dois anos, completar no mínimo cinco anos aqui. E o que me levou a isso foi, de um lado, o propósito de não abalar ainda mais a vida das comunidades com a mudança de padre. Elas já passaram por toda uma reestruturação, com esse tipo de reflexão que envolve o social. De outro lado, para que pudesse se consolidar um pouco mais o projeto ecumênico de Pastoral da Terra. Foi um pedido que eu fiz ao bispo explicitamente. Por quê? Porque eu vejo que para que se consolide esse projeto, é preciso que os membros das Igrejas, os cristãos leigos, percebam e assumam esse projeto como deles, e não, da hierarquia. Então, é fundamental que esse projeto seja deles, que eles saibam o alcance, os limites, que façam o projeto junto conosco, e não que simplesmente executem, porque se assim fosse, a vinda de um novo padre, com uma outra visão de Igreja, ou com uma prática social diversa, tiraria o apoio institucional do projeto

que poderia acabar. O fundamental é que os leigos percebam a pertinência do projeto para a fé e prática cristã. Eu acho que existem perspectivas de permanecer o projeto, na medida em que a gente vai percebendo que membros das comunidades estão envolvidos de fato, existencialmente. Não é simplesmente por simpatia ao padre, mas é porque percebem que é importante.

Além disso, nós católicos tivemos a preocupação, nestes anos de tentativas de formulação desse projeto, de que não fosse simplesmente um projeto da paróquia católica de Xerém, mas que fosse também assumido a nível diocesano. Acoplado a esse projeto que aqui em Xerém se dá ao nível ecumênico e mais voltado para a problemática do lavrador, também no restante da diocese se está procurando fazer uma Pastoral voltada para a terra de moradia, do solo urbano. Também está sendo compreendido pelos padres e pelo bispo, que esse trabalho em Xerém é um trabalho diocesano. Creio que esses dois envolvimento, dos membros do próprio local, e da Igreja a nível diocesano, bispo e padres, é fundamental para que esse projeto continue. Dessa maneira, a nível diocesano, foram dados alguns passos. Por exemplo, a novena de Natal, num de seus dias, traz a problemática da terra e foi apresentada a Pastoral Ecumênica da Terra como preocupação diocesana. Os grupos de novena de Natal em toda a diocese, São João e Caxias, discutiam a problemática da terra, e todos têm, mesmo a nível superficial, conhecimento de que existe um esforço ecumênico. Depois, uma das prioridades do sínodo, que foi iniciado com criação da diocese é a problemática da terra urbana e rural. Nos próximos anos, essa problemática será discutida em todas as comunidades e assim o projeto de Xerém vai ser conhecido de todos.

Membros católicos envolvidos com a Pastoral

Domingos Coelho Ormonde
Filho — padre católico em
Xerém. Entrevistador.

Membros católicos envolvidos
com a PET:

Luiz Paulino do Nascimento

Euclides da Silva Pereira

Maria Dalva de Souza

José Francisco de Oliveira

Sebastião Penido

O SIGNIFICADO DA LIGAÇÃO FÉ E VIDA E DA PASTORAL

Domingos — O que vocês acham dos cristãos da Igreja se envolverem com os problemas do povo? Nosso trabalho pelo Evangelho é esse ou será outro?

Luiz — Eu acredito que a Igreja deveria ter-se preocupado com estas coisas há muito tempo atrás, ao invés de agora. Está começando agora, mas essa é uma questão que já poderia existir, porque a luta dos cristãos é uma luta de uns pelos outros, a bem dos irmãos, das famílias, da nação brasileira. Porque na Bíblia já existem os problemas da terra, não é o fato de a Bíblia ter sido lida agora que isso tenha surgido agora. Na Bíblia já estão escritas essas lutas do povo, esses problemas da terra, essas brigas dos poderosos querendo separar uns dos outros. Isso tudo não é de agora.

Eu acho essa Pastoral muito importante pela luta que estamos levando, a bem dos irmãos; é uma luta em que nós estamos nos unindo, sem distinção de religião, sem distinção de Igreja; tudo isso é uma coisa muito importante e nós devemos continuar lutando por esses problemas e passar a nos conhecer. O conhecimento nosso está crescendo e, conhecendo as pessoas através da Pastoral, estamos nos unindo. O pessoal visitando os bairros, vendo a necessidade, sentindo a necessidade do povo, através da reunião é que nós sentimos a necessidade de cada um. Porque nós nos encontramos pela rua, passamos uns pelos outros, ninguém sabe o que é que o outro está sentindo. E na reunião nós estamos sentindo e vendo a necessidade de cada um, de cada família, de cada morador, de cada bairro, de cada região.

Nós vemos aqui no 4º Distrito muita necessidade de lutar pelo povo: terra desapropriada, terra abandonada, o pessoal sem segurança nos terrenos. De vez em quando aparece um com um montão de papel na mão dizendo que é o dono da propriedade. Aparece outro querendo as terras dos sitiantes “no peito”, dizendo que é dono. Aparece muita coisa... E o Sindicato também não está ajudando a gente a lutar por isso.

Tem também o pessoal que fica vendendo os terrenos. Não que seja preguiçoso. O pessoal da cidade fala: “O pessoal da roça não quer nada, o pessoal da roça é preguiçoso, o pessoal da roça é isso, o pessoal da roça é aquilo”. Não é isso não. É porque ele se sente desamparado, sem segurança de terra, de moradia, sem dinheiro para lutar para trabalhar, e às vezes desanima, pensa em vender o terreno e cair fora. Preferem procurar emprego a ficar na roça. Não é que sejam preguiçosos. E também, sozinho a gente não produz, e é preciso de uma ajuda para trabalhar e lutar. Os filhos não querem ficar com os pais pois não estão vendo resultado. Cada um parte para um emprego, deixam os pais sozinhos, o que os pais vão fazer? Acabam não fazendo nada, e a terra fica abandonada e sem produção.

Domingos — E a gente que segue o caminho de Jesus deve...

Luiz — Deve lutar, os cristãos devem lutar contra isso, por isso, sem medo. Eu sei que existe alguém com medo. Mas se nós olharmos direitinho como cristãos — no começo do mundo os cristãos enfrentavam as coisas — nós devemos imitá-los e lutar por isso. Se a Igreja deve estar ao lado, é da luta daqueles que são menores, que não podem lutar e não sabem lutar como devem, daqueles fracos.

Sebastião — Acho também que desde o momento em que nós nos conscientizamos de que somos uma Igreja-povo, a Igreja em si, somos nós mesmos que temos de correr atrás dessa luta. Acho que é um motivo muito grande para haver uma união das Igrejas para lutar pelo pequenino. Porque se a gente acompanhar bem na Bíblia, vai ver que desde o princípio a Igreja vem caminhando ao lado do povo.

Francisco — Sobre esse trabalho da Pastoral da Terra, achei muito importante e que isso é nosso dever, é nós nos unirmos neste ponto de trabalho. Aqui não tem protestante, não tem católico, não tem nada; vamos todos a outro fim unir. Foi por aí que eu comecei a conhecer a Igreja. Porque eu vivia isolado, minha distração era trabalhar. Por intermédio dos padres, eu comecei a saber da Igreja, e sobre a união, a Pastoral da Terra e outros mais. Hoje em dia eu me considero um cristão; naquela época eu não sabia o que eu era. Eu acho que o trabalho da Igreja é este mesmo e nós temos que trabalhar nisto. Com muita força, fé e luta mesmo.

ECUMENISMO E PASTORAL

Domingos — (Aproveitando a entrada do sr. Francisco). A Pastoral Ecumênica é ecumênica, quer dizer, são católicos e protestantes. O que vocês acham disso: uma pastoral que procura unir católicos e protestantes, num mesmo objetivo?

Sebastião — Partindo disso aí, já se começa a analisar o trabalho de uma nova Igreja. Eu acho que influi muito, porque agora já temos um ponto a mais para nos segurar, um, dois, três e até mais, o que antes não tinha. Então reforça: a gente passa a ter naquele irmão daquela outra religião um mesmo irmão que temos na nossa religião. O fato de ser ecumênico dá uma abertura ampla para todas as pessoas se aproximarem, várias religiões. Outra questão é o fato de sermos pioneiros nesse tipo de trabalho. Acho, porém, que está faltando um pouco de interesse daquelas pessoas das outras áreas em se entrosarem também nesse tipo de trabalho. Eles ainda estão meio distantes, achando que “tem comunista no meio” etc. As Igrejas Católica e Metodista foram bem aceitas. Se não mudar nada na Igreja Metodista e na Igreja Católica, dentro de dois, três anos, elas vão aglomerar um número maior de pessoas e religiões. Então esse tipo de trabalho cada vez será mais forte. É o mesmo que você caminhar sozinho na escuridão. Quando aparecem dois ou três para andar com você, aí se anima e vai embora. Esse tipo de trabalho está sendo assim: começou a Católica e a Metodista, e já apareceram várias pessoas da Assembléia de Deus, da Batista também. Daqui a dois, três anos já vai estar entrosado. A Igreja Metodista e Católica já se abriram para a luta com o povo, que Cristo não é só na Bíblia e tem que lutar também. E as outras estão ainda um pouco por

trás, para chegar a esse ideal, a esse conhecimento. Mas eu acho muito importante a gente ter esse trabalho ecumênico. Acho que nós crescemos muito com a Pastoral Ecumênica, não só em conhecer várias pessoas novas e conviver com pessoas que foram do nosso meio e foram para outras regiões e acabar com aquilo de um Deus cá e um Deus lá, caminhando todos com um mesmo Deus, na mesma caminhada. Se o barco afundar, todo mundo afunda; mas enquanto estiver indo para a frente, vamos todos juntos. Acho importante esse trabalho da Pastoral Ecumênica, principalmente por levar esse nome, “Ecumênica”, porque ela está abrindo as portas para várias outras religiões entrarem e se juntarem.

Euclides — Para mim, foi uma grande surpresa a criação da Pastoral Ecumênica. Porque o que a gente vê é uma grande divisão. Mas com a criação da Pastoral da Terra aqui nesta área, foi uma surpresa ver católico, metodista, batista, da Assembléia. Foi uma surpresa agradável. Porque as pessoas já começam a se unir. Já não existe: “Não vou te ajudar, porque você é da Assembléia”, “não vou na sua casa porque você é católico”. Se o sentido é ajudar, já não houve mais a religião, e sim o sentido cristão. Quando a gente pensa em ajudar, todo mundo que pensa em ajudar tem um pouco de cristão. Como disse Sebastião, esse nome “Pastoral Ecumênica” é de grande importância.

Dalva — Acho que o trabalho ecumênico faz crescer muito as pessoas. Realmente a gente via as briguinhas que existiam entre as religiões. Se a Igreja é a mesma, a busca é a mesma não tem por que essa briga. De repente muita gente não sabe o que significa a palavra ecumênica. Com o meu envolvimento com a Pastoral, comecei a ver o entrosamento entre duas ou mais religiões e percebi que não tem essa divisão. Quando o objetivo é lutar para dar melhores condições ao povo, se colocar ao lado do menor, não existe essa separação preto e branco, católicos e protestantes. Quando Jesus veio, ele não pregou a divisão. E essas briguinhas eram horríveis, parecia que não estamos buscando a mesma coisa. A partir do momento em que o trabalho passa a ser ecumênico, as religiões têm muita coisa em comum, é possível fazer bastantes trabalhos juntos. E todas as religiões, o povo vai crescer muito com isso. Só o fato dessa troca de experiências — saber o que é comum — vai ser muito bom.

Domingos — Sr. Francisco, o pessoal lá do seu bairro estranhou quando soube que havia várias Igrejas se reunindo?

Francisco — Estranhou, mas quando soube qual era o sentido para as reuniões, eles foram se acostumando. Ainda hoje existe gente lá no meu setor que tem medo de se abrir, de falar, porque alguém pode prejudicá-lo. Essa é a razão, o sinal por que muita gente não se reúne ainda. Mas o significado da Pastoral é muito grande, é muito bom; temos que lutar mesmo.

Domingos — Sr. Luiz foi a algumas Igrejas protestantes, convidar os membros para a reunião...

Luiz — É, já compareceram às reuniões indivíduos da Assembléia de Deus, da Nova Sião e da Igreja Batista. Nós temos pessoas muito fortes lá, que não têm medo de lutar pelo que é delas, e têm mais amor pelo terreno do que pela vida deles.

COMO OS CATÓLICOS RETORNAM À IGREJA AS DISCUSSÕES DA PASTORAL

Domingos — E agora nas comunidades que vocês participam — inclusive o Sr. Luiz e o Sebastião são até ministros da comunidade, ministros da palavra da comunidade — vocês fazem comunicações sobre a Pastoral da Terra? O pessoal sabe o que está acontecendo? O que é que as comunidades acham disso? O que as pessoas acham da Igreja fazer essa Pastoral Ecu-
mênica e sobre os problemas dos moradores da área rural?

Luiz — Eu sempre aproveito os momentos de celebração, de reunião, para explicar para eles como a Pastoral está andando e o seu significado, e o que o pessoal tem de fazer para conseguir mais coisas: a união e, a partir da união, sem divisão da Igreja, sair para convidar mais pessoas. Isso eu sempre converso com eles, em qualquer reunião que vou. Aviso que nós estamos lutando e continuando a lutar e convidando para participar também da luta, que eu acho que é um dever de todas as comunidades. Não convidar uma só, mas sim todas as comunidades para essa caminhada. E me ofereço para também dar alguma explicação a mais se alguma Igreja quiser isso. Se o pastor quiser a comunidade também, eu vou na própria Igreja ajudar na explicação para eles.

Sebastião — Na minha comunidade, no início da Pastoral da Terra, tinha muita gente que partia na corrida do ouro; “opa! chegou o homem que vai entregar a terra para a gente agora”. Mas quando viu que a Pastoral só trazia ferramenta para ele lutar, o resto da luta seria com ele, começou a falar que esse movimento era o mesmo que aconteceu em 1963, 1964, aquele movimento do comunismo, etc. Mas no decorrer das reuniões o pessoal foi começando a entender que nem a Igreja iria dar terra para ninguém — a Igreja não tinha terra para dar a ninguém —, mas que ele deveria lutar pela terra, ele deveria lutar pelo direito dele, por aquilo que alguém deixou para ele, ou pela ocupação por mais de cinco anos, já que existia uma lei que garantia que ele ficasse por ali alguns dias para trabalhar, ou que teria direito para arrendar a terra etc. Ele foi tomando consciência de que a Pastoral não era para dar terra a ninguém, e sim conscientizar sobre o movimento da terra. Conforme foi descoberta a documentação, o pessoal foi lá embaixo no INCRA verificar a documentação, houve pessoas que falavam que não iriam nem pagar o INCRA e iam correr atrás do usucapião. Aí a Pastoral orientou que a questão não era bem essa, e que as pessoas tinham direito, mas tinham que ver o local em que estavam etc. Desde o momento em que o povo começou a se conscientizar, poucos começaram a se interessar, porque descobriram que a Pastoral da Terra não dava terra, somente dava no sentido de trabalho. Seria como a Pastoral da Saúde, a Pastoral do Batismo, uma outra pastoral qualquer. Seria o trabalho de pastoral. A única coisa que ela teria de diferente das outras seria o ecumenismo, ela seria ecumênica para outras Igrejas trabalharem juntas. A Assembléia ficou assim, “meia lá, meia cá”, e disse que teria que aguardar a resolução do pastor-presidente. De qualquer maneira foi bem aceita a idéia, para aquelas pessoas que entenderam o que é Pastoral, quando eles começaram a entender que não era alguém para dar título de terra, mas que seria um trabalho de pastoral ele fazer e não a Pastoral, fazer por ele. Aqueles que entenderam que seriam eles a Pastoral continuaram aceitando, conversando, dialogando e, às vezes, até iam nas reuniões.

Sempre o povo foi muito enganado. E quando aparece um movimento desse tipo, o povo acha que é mais um movimento para enganá-los. A Pastoral só vai fazer muito pelo povo, quando ele descobrir que ele é a Pastoral, é ele quem vai lutar pelos seus direitos e não mais ninguém por ele. Então, ele vai poder ter muito trabalho, e mostra muito trabalho nas outras comunidades — talvez até em outros Estados e municípios. Agora, o trabalho do momento é conscientizar as pessoas que elas são a Pastoral. Ele, pessoa como cristão, é pastoral. Porque tem algumas pessoas que dizem que a pastoral do batismo é diferente; “porque não sou médico, não posso participar da pastoral da saúde”. No caso da Pastoral da Terra, as pessoas pensam também: “eu não tenho terra, para que vou participar da Pastoral da Terra?” O trabalho não é esse da pessoa ser ou ter. Ele próprio tem que ser pastoral.

Euclides — Lá em Santo Antônio, enquanto nós estamos reunidos neste assunto, há pessoas que não são capazes de participar porque dizem que é um movimento comunista. Agitadores eles chamam, porque eu estou me envolvendo, e aproveitando que sou cristão e tentando me encaixar, como cristão. Mas estou cansado de ouvir: “você é agitador, você é comunista, sua tarefa é só agitar”. Estou cansado de ouvir isso de irmãos das Igrejas. Quero dizer, quando você aparece com boas idéias, é taxado de agitador. E esse que taxa é o que consegue, normalmente, manipular a mentalidade de um, de dois, de duzentos, de mais. E a maioria entra no “papo”.

O PAPEL DA PASTORAL NO CONJUNTO DO MOVIMENTO SOCIAL

Domingos — A Pastoral vai substituir o trabalho das associações e dos sindicatos rurais?

Sebastião — Olha, eu compararia a existência de um hospital do Serviço de Assistência Social Evangélica (SASE) com um médico que mora em frente ao SASE. Se uma pessoa chega no SASE e o hospital não o atende, e ele procura o médico que o atende, o médico não está fazendo o trabalho do SASE, mas sim cumprindo a sua parte. Da mesma forma, é o caso da associação de moradores e a Pastoral da Terra. Eu acho que a Pastoral vem fazer aquilo que os outros órgãos — associação de moradores, sindicatos rurais — deixaram de fazer. Se, por exemplo, eu tenho um problema, procuro o Sindicato e as pessoas de lá me dizem que não podem resolver o meu problema, eu recorro à associação de moradores. Chego lá, eles dizem que também não dá para ajudar. Vou a outro e também não dá. Então, o que restou foi a Pastoral da Terra. A sua finalidade, portanto, é acolher essas pessoas. Ela não vai resolver a vida daquela pessoa, mas vai levá-la até onde possa para ajudá-la. A finalidade da Pastoral não é tomar o lugar de ninguém, e sim procurar encaminhar o caso naquele ponto em que a pessoa não foi atendida. Por exemplo, uma pessoa que não tenha documentação nenhuma, procura o hospital do SASE e não é atendido, a Pastoral, através de duas ou três pessoas ou com pessoas que sabem que o hospital tem por obrigações atender, dar os primeiros socorros ele vai ser atendido. Eu acho, então, que a Pastoral deve atender esses trabalhos que os outros estão deixando de fazer, ou não estão tendo condições, ou não estão querendo fazer. O trabalho da Pastoral é acolher todas as pessoas que não têm

condições de lutar, porque não tiveram apoio do Sindicato, da Associação de Moradores, de ninguém.

Dalva — Eu discordo de você, porque você disse que o cara passa pela associação, pelo sindicato etc, e depois procura a Pastoral. Desse jeito colocou a pastoral no último ponto. Eu vejo a Pastoral de modo diferente, acho que na Pastoral, como na associação é que a pessoa vai tomar consciência. Cada um órgão assume o seu espaço. Por exemplo, na Pastoral da Terra, a gente está vendo problemas globais, dificuldades, problemas de falta de água, problemas de ruas descalças. Agora, na Pastoral a gente vê dificuldades no morador da área rural. A Pastoral da Terra não pode entrar nessa questão pois pode prejudicar, enquanto a entidade é órgão específico da área rural. Acho que a Pastoral da Terra vem mais como um grupo de conscientização, de orientar a pessoa no sentido de saber a quem recorrer e onde recorrer, e com força suficiente para recorrer na hora certa. Ninguém vai ocupar o espaço de ninguém. Por exemplo, eu estou com um problema de terra, e vou procurar a associação de moradores; ela, vendo que não pode fazer nada para ajudar, me orienta no sentido de procurar a Pastoral da Terra, pensando que ela tem mais argumentos e condições de resolver esse problema. Quer dizer, uma não vai substituir a outra, mas ambas vão participar, um apoiando se a outra não pode resolver. A Pastoral da Terra não vai resolver os problemas de esgoto, de água, porque isso é problema da associação de moradores. E a Pastoral vem com a finalidade de mostrar à pessoa o que deve fazer e como recorrer da forma certa. Eu acho que cada uma entidade tem uma finalidade e um objetivo básico, sem uma influenciar a outra, mas todas apoiando umas às outras.

Sebastião — O que eu falo é que a Pastoral é conscientização do povo. E associação é instrumento de luta. Então na Pastoral a pessoa vai conhecer um pouco daquilo que vem de Deus e na associação ele já pensa na luta. Por isso que o meu ponto de vista de dizer que as pessoas procuram a Pastoral se não conseguem nada é nesse sentido, pois ela vai encaminhar. ela não vai separar uma da outra, e tomar o lugar da outra. E nem vai ficar renegada, porque o trabalho pastoral tem muito a parte espiritual, que vem de Deus, e na parte de entidade tem a questão do trabalho propriamente dito. Eu acho que não vai haver esse perigo de pegar só uma parte e deixar a outra. Porque você consegue participar da Pastoral da Terra, da associação de moradores e dos sindicatos.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Frederico G.B.

1982. *As Lutas pela Terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ.

FUNDREM

1979. *Unidades Urbanas Integradas de Oeste: Plano Diretor. Volume II: Duque de Caxias*. SECPLAN.

1982. *Plano de Desenvolvimento Metropolitano. Parte II: Caracterização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro* — SECPLAN.

GEIGER, Pedro P. & MESQUITA, Myriam G.C.

1956. *Estudos Rurais da Baixada Fluminense: 1951-1953*. Rio de Janeiro, IBGE.

GEIGER, Pedro P. & SANTOS, Ruth L.

1954. "Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 16(3):292-313.

GEIGER, Pedro P. & SCHAEFFER, Regina P.G.E.

1951. "Nota sobre a evolução econômica da Baixada Fluminense". In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 4:93-102.

GRYNSZPAN, Mário

1982. *Lavradores e Grileiros na Luta Democrática*. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ.

IBGE

1959. "Duque de Caxias-RJ". In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Volume XXII. Rio de Janeiro.

MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo (coord.)

1983. *Lutas Sociais no Campo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ.

O'DWYER, Eliane C.

1982. "Expropriação e luta dos camponeses fluminenses". In: *Boletim da ABRA*. Campinas, vol. 12, nº 2.

PUREZA, José

1982. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro, Marco Zero.

SIGLAS

ALDC – Associação dos Lavradores de Duque de Caxias
ALF – Associação dos Lavradores Fluminenses
BNH – Banco Nacional de Habitação
CCDC – Centro Comunitário de Duque de Caxias
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
DJP-NI – Comissão Justiça e Paz – Nova Iguaçu
CPT – Comissão Pastoral da Terra
FALERJ – Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FNM – Fábrica Nacional de Motores
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
MUB – Movimento União de Bairros
NAF – Núcleo Agrícola Fluminense
PAS-BAIXADA – Programa de Assessoria e Serviço à Baixada
PDS – Partido Democrático Social
PET – Pastoral Ecumênica da Terra
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Programa de Assessoria à Pastoral Protestante
PT – Partido dos Trabalhadores
SASE – Serviço de Assistência Social Evangélica
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STRA – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos